

A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

IZABELLA MARIA ZANAGA DE CAMARGO NEVES

“DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ASSENTAMENTOS URBANOS POPULARES EM
CAMPINAS NA DÉCADA DE 90”

CAMPINAS
AGOSTO/ 2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**DINÂMICA DEMOGRÁFICA E ASSENTAMENTOS
URBANOS POPULARES EM CAMPINAS NA
DÉCADA DE 90.**

IZABELLA MARIA ZANAGA DE CAMARGO

Dissertação de mestrado em Demografia apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha, este exemplar corresponde à versão final da dissertação apresentada à banca em 29 de Agosto de 2007.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (orientador)

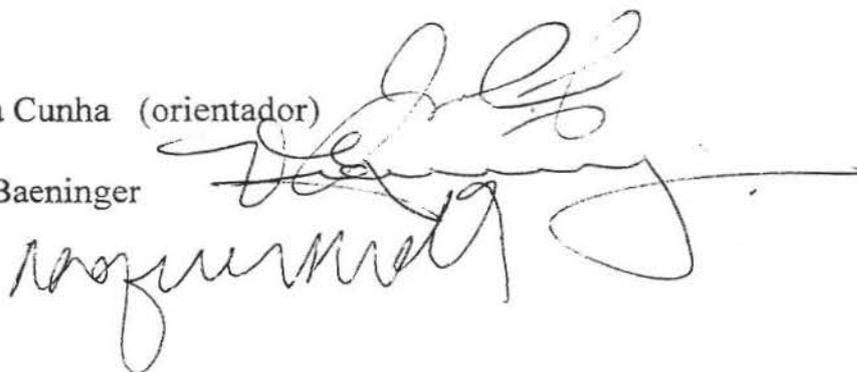
Prof^ª. Dr^ª. Rosana Aparecida Baeninger

Prof^ª. Dr^ª. Raquel Rolnik

Suplente:

Profa. Dra. Ivone Salgado

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo



AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma trajetória que me trouxe novas experiências, tanto acadêmicas como pessoais; conhecimentos e entendimento acerca de muitas questões que em muito superaram minhas expectativas quando decidi enfrentar o desafio de cursar mestrado em demografia.

Entendo que o apoio de amigos, familiares, professores e colegas foi fundamental ao longo deste período e, assim, agradeço o privilégio de poder contar com eles. A todas essas pessoas que compartilharam comigo esta experiência, agradeço a oportunidade que me deram de aprender com elas; seja pelos exemplos de amizade, pelo companheirismo, seja pela forma desinteressada como me ajudaram em inúmeras situações que vivenciamos.

Ao professor José Marcos Pinto da Cunha, meu orientador, pelo entusiasmo e confiança que sempre depositou em meu trabalho, por seu empenho e dedicação, deixo aqui meu sincero agradecimento.

Às professoras Maria Isabel Baltar da Rocha e Rosana Baeninger, minha admiração e respeito, entre tantos motivos, pela forma amigável como me receberam e acolheram.

À CAPES e ao CNPQ, pelo apoio financeiro.

Agradeço ainda a muitas outras pessoas que, indiretamente, participaram dessa pesquisa, contribuindo com seus conhecimentos e experiências, acadêmicas ou não; emprestando seu tempo, livros ou artigos. Dentre elas, gostaria de mencionar:

Ângela Maria Marques, minha colega e amiga da coorte de 2005; Claudia Siqueira, Ana Paula Belon, Simone Azevedo, Joice Vieira, Andréa Young e Ana Paula Rocha.

Em especial, agradeço a Alberto A. E. Jakob, Marcelo Tavares de Lima e Ricardo Ogima, que auxiliaram no trabalho de tabulação dos dados censitários e elaboração de mapas.

À Maria Tereza Manfredo pela revisão do texto, colaborando com seus comentários, correções e, principalmente, com sua disposição em ajudar.

A todos os funcionários do NEPO – Núcleo de Estudos de População – que, de formas as mais diversas, ofereceram-me o suporte necessário para a realização deste trabalho. Especialmente, à Adriana Cristina Fernandes, bibliotecária do núcleo, por sua usual eficiência e boa vontade e, pela revisão bibliográfica deste trabalho.

Gostaria de registrar minha gratidão ao trabalho desenvolvido pelas profissionais do CECI (Centro de Convivência Infantil), pelo carinho e competência com que cuidaram do meu filho e à UNICAMP, que mantém esse serviço de apoio inestimável às mães que trabalham e/ou estudam no *campus*.

Agradeço também aos funcionários da COHAB Campinas e Coordenadorias de Habitação da Prefeitura de Campinas, sempre tão solícitos e generosos, que, de forma tão aberta, dispuseram de seus conhecimentos e tempo para enriquecer meu trabalho.

Meu muito obrigada às minhas queridas amigas de todos os momentos: Gislene, Ionara, Sueli, Mônica e Flávia, que muito me estimularam a enfrentar esse desafio.

Meus agradecimentos mais do que especiais:

À minha mãe, por me incentivar continuamente a buscar conhecimento desde meus primeiros anos de vida; e a meu pai, que, entre outras coisas, transmitiu-me o interesse pelas questões urbanas, através de sua visão modernista da cidade. Embora tenha participado e apoiado o início de minha jornada no campo da demografia, infelizmente não está mais entre nós para receber esse agradecimento. Ainda assim deixo aqui, pai, minha gratidão e imensa saudade registradas.

A meus irmãos Patrícia e Rogério, agradeço a convivência e o carinho de tantos anos, que, com certeza, refletem em grande parte o que sou hoje.

A toda a família Teixeira – especialmente sr. Dewey e dona Maria da Conceição – por seu apoio e amizade.

Ao Dewey, o melhor amigo e companheiro com quem eu poderia sonhar, por seu amor e total apoio, sempre acreditando mais em minha capacidade do que eu mesma.

E, finalmente, ao meu querido André, por me ensinar todos os dias o que é amar incondicionalmente.

RESUMO

O estudo proposto visa examinar o perfil demográfico da população residente de algumas áreas habitacionais de baixa renda específicas de Campinas SP, classificadas segundo momento e tipo de ocupação. A escolha das áreas foi feita também tendo em conta o período político-institucional, econômico e histórico em que ocorreu cada uma das situações de assentamento. A relevância do estudo acerca do tema reside no fato que as conseqüências sócio-econômicas, urbanísticas e ambientais da irregularidade têm sido muitas e graves, pois, além de afetar diretamente os moradores dos assentamentos informais, produz um grande impacto negativo sobre as cidades e sobre a população urbana como um todo. Parte-se do pressuposto que os distintos processos de ocupação, por envolverem estratégias e momentos diferentes, tenderiam a mobilizar migrantes com perfis diferentes em termos de procedência, tempo de residência, composição familiar etc. Trata-se, portanto de investigar quais elementos demográficos estariam associados à essas distintas condições de assentamentos. Desta forma, o estudo busca dar ênfase especial às características migratórias da população residente em cada uma destas áreas, tendo como pressuposto que o grupo de pessoas que as ocupa apresentaria perfis que refletiriam a estrutura de condicionantes que motivaram tais assentamentos. Embora os dados sobre áreas de ponderação do Censo Demográfico 2000, pelo tamanho, não permitam precisar as localizações de assentamentos específicos – como, por exemplo, um loteamento em particular -, propõe-se avaliar zonas maiores que correspondam a um território em que predomine áreas dos tipos mencionados. Em termos das características a serem analisadas destacam-se: sexo, idade, estrutura familiar, origem dos migrantes, tempo de residência, renda, educação e ocupação.

ABSTRACT

The considered study intends to examine the demographic profile of resident population from some habitation areas of low income, specific from Campinas, São Paulo, classified according the moment and specific type of occupation. The choice of the areas will also be made having in account the institutional politician, economic and historical period where each one of the nesting situations occurred. The relevance of the study concerning the subject is based on the fact that the consequences of social-economic, urbanities and ambient of the irregularity have been many and serious, therefore, beyond directly affecting the inhabitants of the informal nesting, it produces a great negative impact on the cities and the urban population as a whole. It is possible to say that distinct processes of occupation, for involving different strategies and moments, would tend to mobilize migrants with different profiles in terms of origin, time of residence, familiar composition etc. Therefore, its necessary to investigate which demographic elements would be associates to these distinct conditions of nesting. On this way, the study searches to give special emphasis to the migratory characteristics of the resident population in each one of these areas, having as estimated that the group of people that occupies them would present profiles that would reflect the structure of conditions that had motivated such nesting. Although the data about the balanced areas of Demographic Census 2000, for the size, do not allow correct localize this specific nesting - as, for example, a land division in particular -, it is considered to evaluate bigger zones that correspond to a territory where areas of the mentioned types predominates. In terms of the characteristics to be analyzed, they are distinguished according to sex, age, familiar structure, origin of the migrants, time of residence, income, education and occupation.

Lista de Figuras

Figuras 1 - Pirâmide Etária segundo população total, município de Campinas, 2000.....	132
Figura 2 - Pirâmide Etária segundo população total, Complexo de Favelas dos Amarais, Campinas, 2000.....	132
Figuras 3 - Pirâmide Etária segundo população total, Loteamentos Populares Aeroporto, Campinas, 2000.....	132
Figuras 4 - Pirâmide Etária, segundo população total, Loteamento Popular COHAB Vida Nova, Campinas, 2000.....	132
Figuras 5 - Pirâmide Etária segundo população total, ocupação Vila Vitória, Campinas, 2000.....	132
Figuras 6 - Pirâmide Etária segundo população total, Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança, Campinas, 2000.....	132
Figuras 7 - Pirâmide Etária segundo população total, Complexo Parque Oziel, Campinas, 2000.....	132
Figuras 8 - Pirâmide Etária segundo população total, Conjunto Habitacional COHAB Pe. Anchieta, Campinas, 2000.....	132
Figuras 9 - Pirâmide Etária, População Total, Ocupação Pe. Josimo, Campinas, 2000.....	132
Figuras 10 - Pirâmide Etária segundo população migrante, município de Campinas, 2000.....	145
Figuras 11 - Pirâmide Etária segundo população migrante, Complexo de Favelas dos Amarais, Campinas, 2000.....	145
Figuras 12 - Pirâmide Etária segundo população migrante, Loteamento Popular COHAB Vida Nova e Ocupação Vila Vitória Campinas, 2000.....	145
Figuras 13 - Pirâmide Etária segundo população migrante, Loteamentos Populares Aeroporto, Campinas, 2000.....	145
Figuras 14 - Pirâmide Etária segundo população migrante, Complexo Parque Oziel Campinas, 2000.....	145
Figuras 15 - Pirâmide Etária segundo população migrante, Conjunto Habitacional COHAB Pe. Anchieta e ocupação Pe. Josimo, Campinas, 2000.....	145
Figuras 16 - Pirâmide Etária segundo população não migrante, município de Campinas, 2000.....	148
Figuras 17 - Pirâmide Etária segundo população não migrante, Complexo de Favelas dos Amarais, Campinas, 2000.....	148
Figuras 18 - Pirâmide Etária segundo população não migrante, Loteamento Popular COHAB Vida Nova e Ocupação Vila Vitória Campinas, 2000.....	148
Figuras 19 - Pirâmide Etária segundo população não migrante, Loteamentos Populares Aeroporto, Campinas, 2000.....	148

Figuras 20 - Pirâmide Etária segundo população não migrante, Complexo Parque Oziel Campinas, 2000.....	148
Figuras 21 - Pirâmide Etária segundo população não migrante, Conjunto Habitacional COHAB Pe. Anchieta e ocupação Pe. Josimo, Campinas, 2000.....	148

Lista de Tabelas

Tabela 1: Ocupações irregulares, por tipo, número de domicílios e população estimada, Município de Campinas, 2003.....	54
Tabela 2: Distribuição da população segundo tipo de Setor Censitário, município de Campinas, 2000.....	76
Tabela 3: Condição de ocupação do domicílio e terreno, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	80
Tabela 4: Domicílios segundo origem do abastecimento de água, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	87
Tabela 5 Domicílios segundo existência de Canalização de Água, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	88
Tabela 6: Domicílios segundo forma de esgotamento sanitário, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	88
Tabela 7: Domicílios segundo destino do lixo, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	89
Tabela 8: Domicílios segundo existência de identificação, Município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	92
Tabela 9: Domicílios segundo existência de iluminação pública, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	93
Tabela 10: Domicílios segundo existência de calçamento/ pavimentação, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	93
Tabela 11: Domicílios segundo número de banheiros, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	95
Tabela 12: Domicílios segundo número de moradores por cômodo servindo de dormitório e número de moradores por cômodo, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	96
Tabela 13: Responsável pelo domicílio segundo renda e escolaridade, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	98
Tabela 14: Domicílios segundo renda média <i>per capita</i> mensal, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	99
Tabela 15: Responsáveis pelo domicílio segundo categorias sócio-ocupacionais, Município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	101
Tabela 16: Indicadores demográficos selecionados, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	127
Tabela 17: Responsável pelo domicílio segundo tempo de residência no município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	136
Tabela 18: Responsável pelo domicílio segundo local de residência em 31.07.1995, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	138
Tabela 19: População total segundo arranjos familiares, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	140

Tabela 20: Famílias de chefes migrantes segundo arranjos familiares, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	142
Tabela 21: Famílias de chefes não migrantes segundo arranjos familiares, município de Campinas e assentamentos selecionados, 2000.....	143

Lista de Mapas

Mapa 01 - Áreas de Ponderação e Setores Censitários que envolvem os assentamentos selecionados, município de Campinas, 2000.....	71
Mapa 02 - Setores Censitários e Áreas de Ponderação, segundo o IBGE, município de Campinas, 2000.....	166
Mapa 03 - Resultados do Índice de Moran para o indicadores do status sócio-econômico (SES) em 2000 para o município de Campinas.....	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I. PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO: QUESTÕES URBANAS E O MUNICÍPIO DE CAMPINAS.....	23
I.1 Algumas questões sobre o processo de urbanização no Brasil.....	23
I.2. Campinas e seu processo de formação e expansão.....	30
II. CAMPINAS E ASSENTAMENTOS URBANOS POPULARES.....	53
II.1 Motivações e expectativas na escolha das áreas de estudo	59
II.2 A heterogeneidade da pobreza: aspectos infra-estruturais urbanos e sócio-econômicos dos assentamentos escolhidos	73
II.3 Algumas impressões e considerações sobre os locais em estudo.	102
III. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DOS ASSENTAMENTOS ESCOLHIDOS: OS DIFERENTES PERFIS DAS POPULAÇÕES RESIDENTES E AS DIFERENTES FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	125
CONCLUSÕES	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	163

INTRODUÇÃO

Grande parte das áreas urbanas ocupadas e adensadas pela população não existe nos cadastros municipais, provocando total incompatibilidade entre a chamada cidade legal e a cidade real. Segundo Maricato (1996), o uso ilegal do solo e a ilegalidade das construções atingem mais de 50% das construções nas grandes cidades brasileiras.

A ilegalidade tornou-se tão evidente quanto a incapacidade das legislações de uso e ocupação do solo em acompanhar o dinamismo das cidades em seus processos de transformação. Após anos ignorando tal ilegalidade, o poder público acorda para a realidade urbana, em grande parte motivado por determinação do Estatuto das Cidades (outorgado em 2001), que prevê a *regularização fundiária* como instrumento de inclusão social, visando trazer a população habitante de áreas irregulares para a legalidade.

A irregularidade urbana tem apresentado sérias implicações nos mais variados âmbitos da sociedade, não se restringindo apenas aos moradores de tais assentamentos; traz prejuízos sociais, econômicos e ambientais para todas as camadas da população.

Assim, juntamente com as outras formas de assentamentos urbanos, sejam aquelas estimuladas pelo Estado ou pela iniciativa privada, os espaços constituídos de forma irregular, por via da ocupação, ou mesmo por produção imobiliária fora dos moldes impostos pelas municipalidades, constituem um mosaico de situações dentro da cidade.

Posta esta complexidade de situações, caberia também perguntar se tal diversidade também se expressaria em termos sócio-demográficos, seja em termos das

dinâmicas de formação desses assentamentos, seja quanto ao perfil das pessoas que os constituem.

Desta forma, esta dissertação tem por objetivo articular uma possível relação entre o processo de periferização, impulsionado por diversas formas de ocupação, e diferentes características demográficas, dos movimentos migratórios e deslocamentos intra-urbanos observados na cidade de Campinas nas últimas décadas do século XX.

Para tanto, a partir de um diagnóstico da diversidade sócio-espacial e das distintas formas de produção do espaço intra-urbano da periferia do município de Campinas, foi possível identificar áreas que oferecessem maior possibilidade de observação da diversidade do intra-urbano, através das várias formas de habitar. Por este motivo, foram escolhidas situações distintas de organização do espaço urbano: áreas de ocupação irregulares de glebas públicas e privadas (ocupações, favelas), conjuntos habitacionais da COHAB Campinas e loteamentos populares realizados pela iniciativa privada. Acoplados a estas condições, também foram considerados aspectos da cronologia desses assentamentos, bem como a possibilidade de que estes, ainda que de forma aproximada, pudessem ser captados a partir dos Microdados dos Censos Demográficos, em particular o Censo de 2000.

A intenção, ao selecionarmos tais categorias, foi testar a hipótese de que possa haver alguma distinção entre os perfis sócio-demográficos das populações, em particular no que se refere à migração, que tomam iniciativas próprias como estratégia para solucionar seu problema de habitação, e aquelas que se valem de iniciativas tanto

do âmbito público quanto privado. O presente estudo foi estruturado em três capítulos, além da Introdução e das Conclusões.

No primeiro capítulo, são definidas as linhas de pesquisa fundamentais e as formulações teóricas nas quais se embasaram as perguntas principais levantadas. Trata-se, nesse capítulo, de resgatar a justificativa teórica segundo a qual o tema abordado nessa dissertação poderia ser analisado, introduzindo uma discussão sobre a questão urbana contemporânea, buscando relacionar as transformações pelas quais os espaços urbanos vem passando, com questões sociais como os movimentos migratórios para os grandes centros e seus rebatimentos demográficos urbanos.

Ainda nesse primeiro capítulo, abordamos o cenário histórico e político em que o município de Campinas surgiu e no qual se deram sua ocupação e sua expansão territorial. Ao reconstituir essa trajetória da produção do espaço urbano, pretendemos utilizá-la como pano de fundo para as análises, aspectos específicos do processo de urbanização da cidade, as medidas legais e ações adotadas pela Prefeitura Municipal para o enfrentamento das questões habitacionais surgidas no período.

No segundo capítulo, são indicados os assentamentos urbanos selecionados para o estudo, desde suas origens até situação atual; apontam-se aí tanto o aspecto legal de sua (ir)regularidade junto aos órgãos municipais como o aspecto social da formação das comunidades, suas lutas e reivindicações.

Também no segundo capítulo apresentam-se aspectos da infra-estrutura urbana dos assentamentos e dados sócio-econômicos das respectivas populações,

como forma de traçarmos um panorama das condições de vida em diferentes pontos da periferia do município. Nossa intenção foi identificar situações de maior ou menor precariedade, ainda que todos abarquem população de baixa renda e escolaridade, buscando – como diz o próprio título – a heterogeneidade da pobreza.

Tais informações foram levantadas por meio da tabulação de dados censitários, pesquisas bibliográficas e, também, em visitas de “caráter exploratório” feitas às coordenadorias de Habitação Norte, Sul e Sudoeste¹. Estes primeiros contatos feitos com essas coordenadorias foram importantes no que diz respeito à confirmação dos assentamentos que fariam parte do trabalho, ao direcionamento e esboço do roteiro das entrevistas qualitativas junto a moradores, agentes públicos e da sociedade civil envolvidos.

O terceiro capítulo foi organizado de forma a demonstrar a relação entre a dinâmica demográfica dos diferentes assentamentos escolhidos – por meio da análise de componentes demográficos como idade, sexo, fecundidade, taxa de crescimento, tempo de residência – e as diferentes formas de produção de espaço urbano, mais especificamente, dos assentamentos populares, que são objeto de estudo deste trabalho; e, assim, conformar um perfil sócio-demográfico predominante, específico a cada área de estudo. Além disso, enfatizamos as diferenças mais significativas entre os assentamentos em estudo, no tocante a tais características.

¹ Administrativamente, o município está dividido em quatro SAR's (Secretarias de Ação Regional): Norte, Sul, Leste e Oeste, sete Macrozonas (MZ's), subdivididas em 37 Áreas de Planejamento (AP's). A Secretaria Municipal de Habitação está dividida em cinco Coordenadorias: Norte, Sul, Leste, Oeste e Sudoeste.

Enfim, buscamos encontrar nos aspectos sócio-demográficos pesquisados, na infra-estrutura urbana, influência de redes sociais e de políticas públicas urbanas, uma somatória de fatores que teriam levado a população – de cada assentamento estudado – a desenvolver estratégias distintas que resultaram em diferentes formas de conquistar seu espaço para morar.

As conclusões apresentam o que pudemos avaliar da hipótese inicial, por intermédio das análises dos dados e entrevistas realizadas. Pensando na possibilidade de uma continuidade desta pesquisa, indicamos alguns outros aspectos que permitem novos levantamentos que venham a contribuir para a discussão proposta, os quais, todavia, não foram explorados, devido – principalmente – à indisponibilidade de tempo.

As questões técnicas e metodológicas, mais especificamente, os caminhos trilhados na escolha das áreas de estudo e tabulação dos dados disponíveis, estão demonstradas nos Anexos. Tal etapa foi um momento bastante significativo deste trabalho, já que o seu resultado nos permitiria chegar o mais próximo possível da confirmação da hipótese inicial. Embora este tenha sido um momento de reflexão e de pesquisa bastante profundos, temos clareza de que não é possível abarcar todas as possibilidades e nuances das quais a população é composta usando, para isso, apenas um conjunto de seis assentamentos populacionais.

A metodologia proposta também envolveu entrevistas de campo objetivando complementar a análise com base nos dados secundários. Com estes depoimentos,

feitos a partir de entrevistas semi-estruturadas², buscou-se um aprofundamento de algumas questões que somente poderiam ser inferidas com os dados censitários. Assim, mesmo não se constituindo em um capítulo específico, tais entrevistas contribuíram igualmente para a finalização da pesquisa e encontram-se inseridas nos vários capítulos, de forma a corroborar e contextualizar os dados quantitativos analisados.

Vale a pena, ainda, ressaltar que, além de seu objetivo propriamente dito, esta dissertação também pretende oferecer alguma contribuição metodológica no que se refere ao enfrentamento das debilidades dos dados censitários para análises intra-urbanas. De fato, como tentaremos mostrar nesse estudo, parte das potencialidades do Censo Demográfico, as quais, a princípio, pensavam-se aplicáveis apenas em nível municipal, também poderiam ser utilizadas na análise intra-urbana.

Por último, cumpre registrar que o presente estudo é parte de uma pesquisa em desenvolvimento no Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, denominada “Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-Demográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”.

² Ver “Roteiro de entrevista”, em Anexos.

I. PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO: QUESTÕES URBANAS E O MUNICÍPIO DE CAMPINAS

I.1 Algumas questões sobre o processo de urbanização no Brasil

A população urbana, na maioria, está privada – ou limitada, em virtude de suas características sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas. A distribuição espacial das classes sociais no tecido urbano, dentre outros fatores, revela a segregação espacial da população de baixa renda, bem como das classes mais altas.

Embora exista alguma controvérsia teórica entre autores e pesquisadores da área, ao considerar a prevalência de dicotomia ou heterogeneidade entre alocação espacial de ricos e pobres no tecido urbano das grandes cidades brasileiras, a realidade mostra uma clara segregação na maioria destas.

A exemplo do que está acontecendo no contexto mais amplo do mundo em desenvolvimento, o processo de produção informal do espaço urbano está avançando de maneira significativa. Áreas já ocupadas estão se adensando e novas ocupações têm surgido, cada vez mais em áreas de preservação ambiental, de proteção de mananciais e risco. "A urbanização da pobreza tem tido todo tipo de implicações nefastas – sócio-ambientais, jurídicas, econômicas, políticas e culturais – não só para os ocupantes dos assentamentos, mas para as cidades como um todo" (ALFONSIN, 2002, p.12).

O fato de a terra urbanizada não ser acessível à população de baixa renda é um dos aspectos mais importantes quando se estuda o problema da habitação na América Latina. Essa escassez de terra urbanizada leva à ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas. Em geral, são áreas carentes de infra-estrutura nas periferias urbanas, áreas que não são aproveitáveis pelo mercado imobiliário formal, seja por serem reservadas à preservação ambiental, seja pelas características topográficas ou geológicas que apresentam, as quais oferecem riscos como inundações e deslizamentos.

Por meio de processo deliberado de "invasão", ou de loteadores ilegais (clandestinos) que parcelam glebas irregularmente, este tornou-se o único modo possível de grande parte da população das cidades conseguir um lote habitacional, conformando assim os chamados assentamentos irregulares.

O custo pago e o custo social assumidos por essas populações acaba por ser ainda maior, se comparados à aquisição de lotes no mercado formal – caso elas tivessem acesso à linhas de crédito e houvesse iniciativas públicas para tais projetos. Custo mais elevado exatamente por estas áreas carecerem totalmente de toda infra-estrutura básica (água tratada, rede de esgotos, energia elétrica, telefonia) e acesso a equipamentos sociais, como assistência médico-hospitalar, rede de educação, transportes coletivos e emprego.

Contabiliza-se que 60% a 70% das terras das grandes cidades são ocupadas de modo irregular. A irregularidade na obtenção da terra urbana já ganhou importância

no âmbito político e cultural dos países. Para as famílias de baixa renda, a única maneira de viver nas cidades é adquirindo ou invadindo áreas ilegais ou irregulares (SMOLKA e IRACHETA, 1999).

Na verdade, já se trata de uma atitude culturalmente assimilada e politicamente aceita: as famílias instalam-se onde podem na expectativa de que, algum dia, o Estado promova a regularização dos lotes.

Paradoxalmente, essa expectativa de uma futura regularização abre campo para "valorização" dos lotes semi-urbanizados, comercializados por parceladores clandestinos. Observa-se que as políticas de regularização implantadas não apenas são ineficientes no tocante a facilitar o acesso regular da população à terra urbanizada, como induzem a especulação imobiliária, alimentando a "indústria da irregularidade".

"O atual padrão de urbanização brasileiro reflete espacialmente o modelo de desenvolvimento econômico experimentado pelo país. Um modelo de desenvolvimento econômico excludente que refletiu no meio urbano gerando espaços urbanos segregados, onde residem grandes parcelas da população excluídas do processo de integração econômica e social" (CAIADO, 1998, p.459).

A rápida expansão da malha urbana foi definida por severas desigualdades sociais e distribuição de renda, dando espaço à cidades segregadas, fragmentadas, apresentando clara periferização da população de baixa renda.

"O processo de urbanização brasileiro apresenta características que se disseminam pelo conjunto da rede urbana, conformando um

padrão definido pela segmentação e diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental³.

Em consonância com o cenário mundial, também no Brasil o déficit habitacional vem se agravando nas últimas décadas. Sem a devida atenção do Estado, a população mais pobre passou a adensar os loteamentos clandestinos, ocupações e favelas. No que tange ao cumprimento das leis urbanísticas de uso e ocupação do solo, a ilegalidade tornou-se regra nas grandes cidades brasileiras.

As políticas habitacionais sofreram várias mudanças de perspectiva, causadas, em parte, por seu fracasso em atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda. Este fato, conjuntamente com o agravamento da crise econômica que, desde o final da década de 70, tem atingido os países em desenvolvimento e, mais recentemente, os desenvolvidos, provocou o crescimento de favelas, loteamentos clandestinos e invasões (MACHADO, 1995).

As famílias mais carentes continuam tomando iniciativas próprias para resolver o problema da moradia, em situações de informalidade, alcançando percentuais de até 50% da população e dos domicílios subnormais em importantes aglomerações urbanas metropolitanas do país⁴.

O acelerado processo de urbanização observado nas últimas décadas, a exemplo de outros países da América Latina, somado à ineficácia (ou inexistência) de

3 Fonte: Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/admin/uploads/projeto/1.PDF>>. Acesso em: 06/02/2006.

4 O dado refere-se às metrópoles de Belém, Recife e Salvador. **Roteiro para a elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais**. PEMAS/Habitar-Brasil/BID, 1998.

políticas de habitação adotadas, representa outro fator que contribui para o quadro atual de carência de moradias e lotes urbanizados, principalmente nas cidades grandes e médias.

Tal processo de urbanização acelerado foi reflexo do padrão de acumulação da economia brasileira, que, a partir da década de 50, baseou-se na expansão industrial, com decréscimo de investimentos nas atividades agrícolas.

Sobretudo as cidades das regiões Sudeste e Sul passaram a constituir sedes das indústrias, e principalmente o eixo Rio–São Paulo torna-se centralizador do parque industrial emergente, passando a receber contingentes cada vez maiores de população migrante, que, expulsa do campo pela política de cunho industrial adotada pelo Estado, buscava nesses centros urbanos melhores oportunidades de emprego e condições de vida (TASCHNER, 1997).

Já nos anos 70, Paul Singer alertava para o fato de que, na América Latina, existia um pressuposto de que a migração interna contribui para a formação de população marginalizada nas regiões de destino: "[...] É preciso assinalar, desde já que a 'marginalidade' é, em geral, conceituada como não integração em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos" (SINGER, 1980, p.244).

Com base neste ponto de vista, dentre esses serviços urbanos dos quais a população migrante tende a ficar excluída, podem-se citar o acesso aos lotes urbanizados, inseridos social e espacialmente no tecido urbano.

A busca por emprego e uma melhor estrutura de serviços são fatores preponderantes para o deslocamento dessa população expulsa de outras localidades. E, apesar de encontrar apenas empregos – bem como moradias – precários e provisórios, essa população migrante vê nas grandes cidades a possibilidade de ascensão social e conseqüente melhora nas condições de vida, sendo Campinas claro exemplo desta realidade.

Como demonstra o texto de Patarra e Cunha (1987), já faz parte do imaginário da maioria das pessoas – do censo comum –, que migrantes são pobres e excluídos socialmente e, além disso, que migrantes tendem a atrair mais migrantes, em função das redes de relacionamento estabelecidas no local de origem.

“Ao se falar em “migração”, hoje, provavelmente a associação imediata refere-se a contingentes populacionais carentes, chegando às grandes cidades em busca de um mínimo de sobrevivência, dirigindo-se às periferias ou bolsões de pobreza dos centros urbanos onde, através de parentes ou amigos, iniciam uma busca de trabalho e de um cantinho para morar” (p.32).

Ainda, confirmando tal situação, Preteceille e Valladares (2000) explicitam o estigma de marginalidade sofrido pelos migrantes nos grandes centros: “O favelado, o morador da favela, passou a simbolizar o migrante pobre, semi-analfabeto, biscateiro, incapaz de se integrar e se adaptar ao mercado de trabalho da cidade moderna, industrial” (p.377).

Segundo Santos (2005), em Campinas, a população migrante é alvo de certo preconceito, geralmente associado à marginalidade e violência.

“Como vimos anteriormente, a migração esteve ligada à favelização em Campinas, e para as famílias entrevistadas, aqueles que vêm de fora, ou seja os desconhecidos são associados a malandros, sendo o Complexo de Favelas dos Amarais, ainda hoje local que acolhe essa população, por intermédio das redes sociais” (p.100).

Tendo em vista as dificuldades e/ou particularidades de inserção no espaço urbano, que, certamente, podem variar segundo certas características, como ciclo vital familiar, condição migratória, inserção produtiva, rede social no local de destino etc., assim como a diversidade de situações em que tal inserção pode acontecer, é possível pensar em investigar a existência ou não de padrões que caracterizem cada uma dessas situações.

Na verdade, tendo em vista os contextos e condições estruturais existentes, que implicariam diferentes constrangimentos ou incentivos, poder-se-ia pensar em distintas “respostas” sócio-demográficas e, portanto, perfis diferenciados da população que ocupa essas áreas, não apenas em termos de formas de organização familiar, ciclo vital etc, mas também quanto à trajetória migratória, em especial na mobilidade no interior da cidade.

I.2. Campinas e seu processo de formação e expansão

Campinas foi fundada em 1797, como resultado de um dos desmembramentos do município de Jundiaí. De acordo com Zaluar *apud* Baeninger (1996), suas origens estão relacionadas à função que desempenhava como passagem para o Caminho de Goiás. O processo de ocupação de seu território teve início com uma agricultura de subsistência bastante rudimentar e um comércio voltado para as tropas que vinham de Santos e se dirigiam para as Minas Gerais, Goiás e Cuiabá (p.16).

Com o declínio das atividades de mineração, um novo ciclo econômico surge baseado na agricultura exportadora. O estado de São Paulo inicia a implantação da cana-de-açúcar, sendo este o princípio de sua ascensão econômica e populacional.

Em função dessa nova atividade econômica, foi iniciada uma política de povoamento e as grandes extensões fundiárias locais começam a transformar-se em áreas de exploração canavieira. Foram abertas ruas nos focos iniciais de ocupação do bairro, e a freguesia ganhou uma cadeia e um tronco, surgindo assim uma malha urbana inicial, definindo os primeiros contornos de Campinas.

“Desde fins do século XVIII, Campinas destaca-se no contexto estadual em função de seu dinamismo econômico. Sua posição geográfica privilegiada permitiu-lhe, em diferentes momentos da história servir de ligação entre o Interior e a Capital” (BAENINGER, 1996, p.10).

Todavia, essa prosperidade econômica não foi imediatamente acompanhada pela conformação urbana. Segundo Lapa (1996), a modernidade parece ter chegado muito timidamente a Campinas:

“[...] até 1869 a cidade ainda conservava muitos traços urbanos coloniais, com ruas sem calçamento, cheias de buracos, atoleiros, parques meios de comunicação e minguidos transeuntes durante a semana... nas casas populares ou nas aristocráticas era possível perceber que até meados do Dezenove sua arquitetura ignorava o banheiro” (p.20).

A partir da década de 50 do século XIX, a transição de uma economia açucareira para a promissora e lucrativa produção cafeeira elevou a cidade à condição de *capital agrícola da província* (grifo do autor), provocando a ascensão de uma nova elite que, contrapondo-se aos antigos hábitos aristocráticos locais, empenhou-se num projeto de redimensionamento do público e do privado (MOURA, 1998)⁵.

“Aos lucros gerados pelo café e à nova camada dominante que se configurou neste contexto outros ritmos somaram-se ao cotidiano da cidade, com a diversificação do quadro ocupacional, a transformação lenta das relações de trabalho e a agilização dos deslocamentos através das estradas de ferro” (LAPA, 1996, p.30).

O arquiteto Ramos de Azevedo (que, em junho de 1879, abriu seu escritório em Campinas) foi um marco na modernização da cidade. Promoveu uma remodelação urbanística arquitetônica, de acordo com aspirações cosmopolitas a elite local. O traçado do perímetro urbano, a largura das vias e calçadas passaram a levar em conta

o coletivo, o circular das pessoas, e as posturas detiveram-se no "aformoseamento" das fachadas e ruas.

Foi neste período que teve início a transição da cidade de taipa para a cidade de tijolos. Entre os fatores preponderantes para essa transformação, podemos citar a mão-de-obra imigrante, dominando técnicas de construção, e o capital cafeeiro acumulado, que foi reinvestido em grande escala na reurbanização moderna da cidade.

Novos equipamentos urbanos tornaram-se necessários para responder às imposições de quantidade, qualidade e complexidade dos serviços que passaram a ser oferecidos. Medidas de saneamento e higiene (aliando medicina e engenharia) e arte foram combinadas para atender aos novos traçados da cidade. A partir de 1872, foram instituídos códigos sanitários e de obras, e iniciou-se o processo de instalação de água encanada e esgoto, além de estradas de ferro (Mogiana e Companhia Paulista). Surgiram as calçadas e a iluminação a gás nas ruas.

"Ligação natural entre a Grande São Paulo e o Interior agrícola, dos dois lados Campinas auferiu benefícios. De um lado, foi capaz de desenvolver funções de "lugar central" na mais rica região do Interior agrícola paulista e de capitalizar para si benefícios e riquezas provenientes do avanço da ocupação econômica no Oeste do estado. De outro, estabeleceu-se uma certa complementariedade entre as duas cidades (Campinas e São Paulo), tanto com respeito ao complexo econômico estruturado para o desenvolvimento cafeeiro em bases capitalistas no século XIX, como em relação à industrialização pesada desencadeada nos anos 50 do século XX". (GONÇALVES e SEMEGHINI, 2002, p.27).

A partir da década de 1930, a expansão da indústria torna-se significativa, em razão da crise mundial – e, conseqüentemente, nacional – do café; crise que já vinha sendo percebida desde o final do século XIX e tornou-se crítica em 1929.

Segundo Pires e Santos (2002), a crise cafeeira dos anos 30 e as mudanças políticas do país marcaram o início de grandes transformações. Da década de 1930 à de 1960, a economia urbana – notadamente industrial – adquire predominância na estrutura produtiva da região (p.55).

De acordo com Negri *apud* Baeninger (1996), ocorre então uma troca do modelo produtivo, de agrário para industrial, “a crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação do setor agro-exportador para o industrial” (p.49).

Como um dos reflexos da crise na economia cafeeira, cresce a importância dos negócios imobiliários na cidade e com ela a perspectiva de expansão e intensificação da urbanização. Nessa etapa, a industrialização começava a se desenvolver no Estado, intensificando o processo de urbanização em Campinas (BAENINGER, 1996, p.47).

Sob o ponto de vista urbanístico, a necessidade de se estabelecer um horizonte seguro para as inversões de capitais (advindos da economia agrária), levaram a elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas – 1934 a 1938, instituído

pelo Ato 118 de 1938 do Prefeito João Alves dos Santos, lançando as bases do traçado urbano atual e preparando a cidade para a “era do automóvel”⁶.

“O desenvolvimento econômico ocorrido no período compreendido entre 1945 e 1980, marcado pelo intenso crescimento do mercado interno, com elevadas taxas de crescimento do PIB, acelerado processo de industrialização, estabelecimento de uma complexa divisão social do trabalho gerou por todo país, guardadas as diferenças regionais, um acelerado processo de urbanização, com grandes deslocamentos populacionais, causando assim profunda alteração na estrutura demográfica” (CAIADO, 1998, p.72).

Em 1945 tem início em Campinas um processo de ocupação por grandes e extensivas ampliações da mancha urbana, fora da malha consolidada e de forma segregada, cuja tendência se confirma a partir dos anos 50. Tudo isso contribui para configurar o que podemos chamar de primeiro momento da periferização da cidade, sendo que a ocupação efetiva de muitos loteamentos dessa época levaria décadas para se concretizar⁷.

Podemos citar como exemplo uma das áreas em estudo, hoje conhecida como Parque Oziel, - mas que na verdade envolve três assentamentos: Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B, - situada às margens da Rodovia Santos Dumond. O loteamento originalmente aprovado pela prefeitura data de 1954. Contudo, o mesmo permaneceu

6 Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf>>. Acesso em: 31/05/2006.

7 Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf>>. Acesso em: 31/05/2006.

praticamente desocupado até o final da década de 1990, quando foi alvo de ocupação popular, como poderá ser visto no terceiro capítulo dessa dissertação.

É, justamente, em meados da década de 1950 que se verifica um intenso processo de valorização imobiliária de áreas mais centrais, quando Campinas desfrutava de altos índices de “qualidade de vida”, e o deslocamento, para áreas mais periféricas, de população mais pobre, começava a se tornar freqüente.

Verifica-se também um processo da aquisição de lotes pela classe média, (local ou não) com expectativa da valorização futura. Notadamente na região do Aeroporto de Viracopos⁸, esse processo aconteceu através de loteamentos habitacionais aprovados, registrados e nem sempre implantados⁹.

Ademais, devemos lembrar que Campinas se potencializa ainda mais, quando em 1948 a Via Anhangüera é pavimentada. De acordo com Pires e Santos (2002), os anos 50 trazem grandes empresas estrangeiras - e também fornecedores e seu efeito multiplicador – atraindo grande contingente populacional; ocorre uma expansão sem precedentes da mancha urbana, que em 1945 era de 16,25 km², passando, em 1954, para 53 km².

O Código de Obras e Urbanismo, de 1959, constituiu um outro instrumento legal municipal, que traria mudanças na conformação urbana de Campinas,

8 Interessante destacar aqui que este Aeroporto foi fundado na década de 1930, tendo seu grande desenvolvimento nos anos 1950.

9 Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf> >. Acesso em: 31/05/06.

institucionalizando, entre outros, os parâmetros para o parcelamento, uso e ocupação do solo.

Segundo Baeninger (1996), a segunda metade dos anos 50 já indicava novas características para o Município de Campinas no que se refere às formas de parcelamento e ocupação do solo. A implantação das indústrias dispersas no espaço urbano do Município, propiciou a ação do capital industrial conjugado com o capital imobiliário, sob aprovação do poder público. Iniciava-se assim um intenso processo de especulação imobiliária:

“[...] dava-se início a um novo processo de crescimento urbano, com um padrão definido por espaços vazios à espera de valorização, verticalização das áreas já urbanizadas e, posteriormente, o surgimento de novos bairros e loteamentos (cada vez mais distantes) para as classes de mais baixas rendas” (BAENINGER, 1996, p.65).

Dentro desse contexto no qual se anuncia uma continua demanda por habitações populares, em fevereiro de 1965 é institucionalizada, através da Lei 3.213, a COHAB Campinas, empresa de economia mista cujo acionista majoritário é a Prefeitura Municipal de Campinas¹⁰.

É a partir de 1965, que conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação – (SFH) - além de loteamentos populares da iniciativa privada - passam a trazer a periferação como marca do espraiamento da mancha urbana

¹⁰ De acordo com a legislação municipal a COHAB de Campinas tinha “[...] por objetivo o estudo e a solução do problema da habitação popular no Município de Campinas, planejando e executando, prioritariamente, a erradicação

campineira. Tais empreendimentos eram desenhados visando atender à crescente população de baixa-renda e tinham como característica pouca (ou nenhuma) infraestrutura básica.

De acordo com Cunha e Oliveira, o grande crescimento demográfico ocorrido em Campinas na década de 70, muito em função da elevada migração atraída pelo desenvolvimento do município, fez surgir entre as regiões Oeste e Sul uma nova cidade, cujos limites ainda não se vislumbravam.

“Ao longo da via Anhangüera formaram-se novos loteamentos e surgiu grande número de favelas. A construção do Aeroporto de Viracopos também contribuiu para este crescimento desordenado com a formação de loteamentos clandestinos e a instalação de conjuntos populares pela COHAB” (CUNHA e OLIVEIRA, 2001, p.356).

Situa-se na década de 70, durante a gestão do Prefeito Orestes Quércia (1969/73), o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas – PPDI, aprovado através da Lei n. 3960 de 09/03/1971. O próprio PPDI se define como uma etapa das “definições e decisões” a serem “implantadas mediante a intervenção planejada do Poder Público”. Também não aparece uma instância de julgamento e aprovação das propostas, sendo que o plano se mostra como auto-regulador. Esse

de moradias que apresentam condições semelhantes às favelas, substituindo-as por casas que possuam os requisitos mínimos de habitabilidade.”

plano não contempla mecanismos de participação popular e foi realizado num contexto de restrição às liberdades políticas¹¹.

O Plano contempla basicamente três linhas mestras: Estratégias de Desenvolvimento, Plano Preliminar de Estruturas - formulado para os horizontes de 1973, 1980 e 1990 - que seria institucionalizado através de leis e decretos, após ser revisto e detalhado na etapa de estudos complementares - e o Plano de Ação, tendo sido criado logo após o Geplan - Grupo Executivo do Plano Diretor. Porém, a administração Quéricia não formalizou de forma institucional um "Plano Diretor"¹².

O seu diagnóstico aponta a necessidade de se implantar novos eixos viários que estimulem o crescimento urbano, tendo em vista a saturação do centro tradicional da cidade, e outras ampliações do sistema viário, formuladas para atender às necessidades do intenso crescimento de Campinas dessa época, não se ocupando, porém, das áreas mais periféricas do município e da cidade constituída fora dos padrões legais estabelecidos.

E assim, o crescimento periférico acentua-se ainda mais no decorrer dos anos 70, fazendo parte dessa dinâmica a retenção de áreas urbanizadas, como forma de reserva de valor. Como verificar-se-ia anos depois, a cidade continuou sua marcha de expansão na razão inversa do valor imobiliário, contemplando as regiões Oeste e Sudoeste como áreas de moradia reservadas à população mais pobre,

11 Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf>>. Acesso em: 31/05/2006.

12 Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf>>. Acesso em: 31/05/2006.

"[...] a porção sudoeste do município é caracterizada por uma ocupação rarefeita, de baixo padrão ocupacional e população de baixa renda, apresentando tendências de intensificação desse padrão" (CAIADO, 1996, p.476).

A implementação do Distrito Industrial de Campinas – DIC – na porção Sul do município em 1974, foi realização da prefeitura municipal. Próximo ao traçado definido para a Rodovia Bandeirantes, trouxe para a região maior demanda por infra-estrutura básica, tanto para os loteamentos já existentes quanto os Conjuntos Habitacionais da COHAB que o seguiram. Contudo, as diretrizes de planejamento urbano para o local não consideravam as questões ambientais. De acordo com Cunha:

"A formação da periferia imediata de Campinas, que se iniciou na década de 1970, articula-se aos expressivos fluxos migratórios oriundos da sede metropolitana, cujo processo de expansão vê-se reproduzido além de seus limites geográficos" (CUNHA et. al, 2006, p.144).

Apenas a partir de 1979, com as normas de âmbito federal estabelecidas para o parcelamento do solo urbano - Lei Lehman - Campinas passaria por uma suposta retração no seu processo de expansão periférica.

A Lei Lehman, como ficou conhecida a Lei 6.766/79, estabelecia exigências mínimas de padrões urbanísticos necessários para aprovar a implantação do loteamento urbano: drenagem de águas pluviais, redes de abastecimento de água

potável e esgotamento sanitário, energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação, pavimentadas ou não.

Além destes padrões mínimos, a lei estabelecia limites para a ocupação do solo observando cuidados com a preservação do meio ambiente. Também determinava que os loteamentos deveriam reservar (sem edificações) uma faixa de 15 metros de cada lado ao longo de cursos d'água, rodovias, ferrovias e dutos, e exigia a doação para o Poder Público de, no mínimo, 35% da área da gleba a ser loteada para a implantação de sistema de circulação, áreas verdes e equipamentos como escolas, creches, posto de saúde, etc.¹³

Porém, o caráter restritivo e punitivo da Lei Lehman, acabou por revelar uma outra face, garantindo acesso à moradia para a classe média e dando ao poder público o papel de fomentador da especulação imobiliária capitalista. Segundo Caiado (1996), esta lei contribuiu também para a segregação espacial, eliminando uma forma ainda que ilegal de acesso a moradia pelas classes mais pobres.

Principalmente nas grandes cidades, o rigor imposto pela referida lei (que, por exemplo, previa cadeia para os loteadores clandestinos, entre outras punições) interrompe a produção informal do espaço através do "parcelador clandestino", porém, incrementa a opção por outros tipos de ilegalidades, como favelas e cortiços e aumenta o número de ocupações:

13 Fonte: Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/dicas_interna.asp?codigo=58>. Acesso em: 24/11/06.

“[...] parte do segmento de renda mais baixa, vem, desde os anos 60, acumulando população que não encontra condições de suprir suas necessidades habitacionais através do mercado formal, instalando-se na forma de favelas e ocupações. Essa camada da população ocupa inicialmente áreas públicas de loteamentos inseridos na malha urbana mais consolidada, para depois ocupar áreas públicas mais periféricas, e, posteriormente, passa a ocupar áreas particulares”.¹⁴

De acordo com Baeninger:

“[...] a população favelada cresceu vertiginosamente; entre 1971 e 1980 registrou uma taxa média de crescimento de 34,6)% a.a. (enquanto a população urbana crescerá 5,83% a.a.), passando de 600 barracos no início do período para 8.700, em 1980” (BAENINGER, 1996, p.85).

Em contrapartida, a porção Norte/Leste da cidade atende à demanda de crescimento das classes mais privilegiadas, sendo uma característica da expansão os loteamentos e condomínios fechados de alto padrão verificada na década de 90. Podemos afirmar, portanto, que tanto a ênfase dada pelo PPDI ao Eixo de Expansão Geográfica Norte, quanto os investimentos de infra-estrutura rodoviária do Estado, favoreceram essa destinação. Um reflexo urbano desse fato foi a expansão e valorização imobiliária dessa região, acompanhando a rota de grandes instituições, estabelecimentos de consumo regional e indústrias tecnológicas:

14 Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf>>. Acesso em: 31/05/06.

“Enquanto três direções (Oeste, Sudoeste e Norte) destacam-se por consolidarem áreas cuja ocupação foi induzida pelas ofertas imobiliárias para a população de mais baixa renda, em duas outras (Nordeste e Sudeste), percebe-se uma maior concentração de áreas com maiores atrativos para a população de mais alta renda, como os condomínios fechados, as áreas de preservação e até mesmo um complexo de atividades de alta tecnologia” (CUNHA et al, 2006, p.341).

Ou seja, uma “cidade rica” se expande ao longo da rodovia D. Pedro I e no entorno do eixo Sousas/Joaquim Egídio; uma outra cidade segue seu intenso crescimento populacional ao longo da via Anhangüera, na direção dos Municípios de Sumaré, Hortolândia, Monte Mor e Indaiatuba - condicionada, dentre outros fatores, pela regra de interiorização do desenvolvimento, através da instalação industrial nos grandes eixos rodoviários regionais. O vetor Anhangüera, em direção ao interior, caracteriza-se pela localização de populações pobres, “expulsas” das áreas urbanas mais valorizadas (CAIADO, 1998).

E assim, “empurrada” pela valorização do mercado imobiliário campineiro, a população de baixa renda passa a migrar para os municípios limítrofes¹⁵.

Outra característica dessas áreas é a grande carência de serviços básicos de infra-estrutura. Mais uma vez o direcionamento da ocupação do solo orientado pelos interesses imobiliários foi condicionador dessa situação. Sem um padrão de continuidade geográfica, com um padrão de ocupação de glebas esparsas pelo

município, levavam consigo não só a valorização das áreas contíguas, como também a geração de maiores custos e dificuldades para a prefeitura na cobertura desses serviços básicos, além de um posterior lucro para seus proprietários. Caiado nos lembra que: "A década de 80 é marcada pela perda do dinamismo econômico que caracterizou o período anterior, acompanhado da precarização das relações de trabalho e desassalariamento" (1998, p.459).

Possivelmente em função de fatores ligados à economia nacional, o capital mobiliza-se para os investimentos imobiliários – caracterizado por ser um investimento de pouco risco financeiro. Corroborando esta hipótese, podemos observar que nesse período em questão foram aprovados pela prefeitura e registrados muitos novos loteamentos na cidade, perdendo, em número, apenas para a década de 1950¹⁶.

Durante a década de 1980, mesmo num período de crise econômica, Campinas e região se diferenciam da capital do estado e outras regiões do país, mantendo a característica de dinamismo econômico. Porém, já no final dessa década a região passa a sofrer os efeitos do panorama econômico nacional, refletindo em desemprego, fechamento de indústrias, queda na produção agrícola e conseqüente agravamento das questões sociais (BAENINGER, 1996).

15 Autores como Cunha et al (2006) ou Manfredo (2007) lembram que na Região Metropolitana de Campinas um grande número de pessoas reside em municípios como Sumaré e Hortolândia, mas trabalha ou estuda na sede metropolitana, Campinas.

16 Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/projetos/planodiretor2006/doc/historico.pdf>>. Acesso em: 31/05/06.

Contudo, até então a formulação de políticas públicas – no caso fundiárias e habitacionais – não parece conhecer a lógica do processo de exclusão social que se instalou ao longo das últimas décadas, refletida na acelerada urbanização, de caráter desigual, em todo o país. Apenas a partir da década de 1990 serão definidas ações que contemplem a inserção social da população mais carente no meio urbano. Exemplos desse tipo de ações podem ser observados na própria Constituição Federal de 1988, que prevê a introdução de instrumentos e princípios que abordem a função social da cidade e da propriedade, que permitam a participação da sociedade na definição destes instrumentos de gestão urbana.

E assim, atendendo a nova Constituição promulgada em 1988, foram aprovados a Lei Orgânica do Município – LOM – de 1990, e o Plano Diretor do Município de Campinas, em 1991. Contudo, devemos observar aqui que as propostas destas duas leis municipais têm caráter prospectivo, buscando mais encaminhar novas diretrizes para uma futura implementação. Por outro lado, em termos de seus avanços podem ser citados: a reflexão sobre a questão urbana, a abordagem das questões ambientais, a discussão sobre a necessidade de uma política metropolitana desperta para a premência do enfrentamento da situação precária das áreas de assentamentos irregulares ocupadas pelas camadas mais empobrecidas da população.

Apenas três anos após a aprovação da Lei Orgânica do Município, um novo Plano Diretor tem seus estudos iniciados, e em 1996 é aprovado. De modo geral mantém as diretrizes básicas do plano anterior – intitulado-se plano de revisão -, porém adotando políticas urbanas mais descentralizadas e avançando no envolvimento

da sociedade no seu processo de planejamento. Privilegia questões como habitação, sistema viário, infra-estrutura de saneamento, por considerá-las centrais para a temática urbana.

Cabe ressaltar que durante a década de 1990, Campinas ainda contou com os Planos Plurianuais de Investimentos – PPA's, efetuados para os quadriênios, a partir de 1994, apesar de bastante semelhantes entre si, em vários aspectos estes apresentam discordâncias em relação aos Planos Diretores vigentes.

Essa discordância pode ser explicada pelo fato de tais planos urbanísticos serem elaborados como resposta a uma exigência constitucional, sem necessariamente estabelecer um compromisso com ações integradas que visem fazer frente ao “aparente caos” urbano instaurado pelo acelerado crescimento das cidades observado nas últimas décadas.

Para os governos municipais executarem a política urbana proposta pela Constituição Federal de 1988 foi necessário regulamentar o texto constitucional. Após longo percurso legislativo iniciado em 1990¹⁷ e concluído em 2001 foi promulgado o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001), que atendeu a essa exigência¹⁸.

Carvalho (2003) esclarece que, de acordo com o Estatuto da Cidade, o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, e o plano plurianual,

17 O projeto de lei referente foi o de nº 5.788/90, de iniciativa do Senado Federal.

18 Carvalho (2003) lembra que o Estatuto da Cidade deve ser entendido como “[...] conjunto de diretrizes, instrumentos gerais, específicos e de gestão para a execução da política urbana, formulado em consonância ao

bem como as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual devem, ser elaborados em conformidade às diretrizes e às prioridades nele contidas.

Além da obrigatoriedade de um Plano Diretor, o Estatuto das Cidades também inaugura um novo capítulo para a ocupação do solo urbano brasileiro na medida em que inova os mecanismos da regularização fundiária. A regularização fundiária, por sua vez, é um processo de intervenção pública, sob o aspecto jurídico, físico e social, e tem como objetivo principal legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas irregularmente para fins de habitação - implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e na qualidade de vida da população beneficiária (ALFONSIN, 1997).

Os mecanismos de regularização fundiária previstos no Estatuto das Cidades pretendem garantir o direito constitucional da moradia à população de baixa renda, para que possa exercê-lo sem o risco de sofrer um processo de expulsão de sua comunidade.

Porém, têm necessariamente que serem conciliados com a regularização urbanística e ambiental dos assentamentos. Devem contemplar o conceito de habitação de interesse social¹⁹. Portanto, deverão estar regulares quanto à questão urbanística (edificação e uso do solo), técnica (infra-estrutura urbana) e fundiária (posse).

objetivo, atribuição de competências e abrangência da política urbana, fixados nos artigos 182 e 183 da Constituição federal" (p.25).

19 Aqui entendido segundo os conceitos apresentados na Agenda Habitat (1966): habitação além das funções de abrigo, o que inclui o acesso às atividades urbanas, às condições de saneamento básico e à garantia de posse.

Maricato (2005), considera a obrigatoriedade da elaboração de Planos Diretores em municípios com população superior a 20.000 habitantes (prevista no Estatuto da Cidade) abre uma evidente oportunidade de ampliação do debate sobre o planejamento de cada cidade, formando novos sujeitos políticos e uma nova consciência sobre os problemas urbanos.

No entanto, considerar que as mudanças serão profundas devido à aprovação dos PD's seria ingenuidade. Afinal, é sabido que historicamente em nosso país nem todas as leis são aplicadas em seu rigor: muitas vezes funcionam de acordo com as circunstâncias, e dificilmente contrariam interesses dos grupos mais poderosos e eternizados no poder.

Além disso, não seria correto, ou mesmo viável, dar aos PD's o status de "panacéia para todos os males" urbanos e sociais. Como pode ser visto em diversos estudos, a eficácia de um Plano Diretor *per se* é bastante controversa.

Paul Singer, por exemplo (*apud* VILLAÇA, 2005), demonstra seu desapontamento com os resultados apresentados pelo Plano Diretor elaborado para a cidade de São Paulo durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, da qual era Secretário de Planejamento:

"Os Planos Diretores falharam não só em São Paulo mas no Brasil e em toda América Latina. Fracassaram não só porque eram falhos, mas porque tomaram os desejos pela realidade" (VILLAÇA, 2005, p.2).

Já para Villaça, em “As Ilusões do Plano Diretor” o fato deste constar da Constituição Federal de 1988 como obrigatório para as cidades com mais de 20.000 habitantes são reflexos dessa enorme (e descabida) importância dada a um instrumento que nunca foi utilizado de forma eficiente pelas prefeituras do país.

Segundo este mesmo autor, além da referida lei não prever sanções para as prefeituras que não a cumprirem no prazo determinado (cinco anos a partir de sua promulgação), ainda, no caso da mesma ser levada a sério, corre-se o risco de profissionais inescrupulosos passarem a elaborar reproduções xerográficas de planos de gaveta:

“É fácil ter planos diretores; basta pagar por um – e se a procura aumentar o preço deverá cair – e se, por acaso, o fiscal aparecer (?), basta abrir a gaveta e mostrá-lo” (VILLAÇA, 2005, p.18).

De acordo com os relatos e depoimentos obtidos durante as visitas às coordenadorias de habitação do município foi possível apurarmos que em Campinas (diferentemente de outras cidades da região, ao menos segundo relatado), existe efetivamente uma preocupação e movimentação por parte do poder público em atender às exigências impostas pelo Estatuto das Cidades - tanto no que se refere à elaboração de um Plano Diretor, quanto à questão da regularização fundiária.

Ações como a promulgação da Lei nº 11.837 de 19.12.2003 - que “dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo implantados ilegalmente no município até 30 de junho de 2001” -, a criação da CERF (Comissão Especial de Regularização

Fundiária - que reúne uma equipe de profissionais nas áreas de arquitetura e urbanismo, engenharia, social e jurídica para o desenvolvimento de todo o processo) indicam a intenção de atender ao estatuto.

Contudo, ainda que existam ações municipais que respondam às exigências do Estatuto das Cidades no que diz respeito à regularização de áreas ocupadas²⁰, como se verá nas linhas a seguir, foi possível apreender durante nossa pesquisa de campo em que medida tais ações trazem benefícios efetivos à população envolvida - pelo menos por parte da população entrevistada e dos agentes públicos municipais que se encontram na "ponta da linha".

O relato de uma das coordenadoras de habitação transpõe alguma dúvida quanto aos ganhos reais por parte dos moradores:

"A regularização é importante para eles sim, sob um ponto-de-vista: a segurança quanto à moradia, de lá eles não serão removidos... também tem a infra-estrutura. Mas, o problema é que as despesas aumentam, as tarifas deixam de ser sociais, muitos deles não conseguem pagar, voltam para favelas ou ocupações".

Uma outra coordenadora deu o seguinte depoimento sobre os benefícios trazidos à população pelo processo de regularização fundiária:

"...talvez por ainda ser uma situação recente, não foi percebido nenhum efeito sobre a população, sendo que a maioria deles não demonstra conhecimento e conseqüentemente interesse pelo título..."

20 De forma mais detalhada, estas ações a que estamos nos referindo seriam, basicamente, a urbanização das áreas e a outorga de títulos de Concessão Real de Uso ou Propriedade à população.

Questionada sobre a possibilidade de melhorias na qualidade de vida da população contemplada com o título de propriedade ou concessão de uso, como maior fixação no local ou acesso a linhas de crédito ela coloca:

“...não propiciou a fixação das famílias no local nem o acesso ao crédito para melhorias da habitação. As instituições financeiras não reconhecem o título de concessão real de uso para liberação de financiamento. Apenas a FUNDAP libera verbas para esses casos, porém, a situação da moradia deve obedecer a uma série de critérios específicos para o empréstimo como estar em área de risco, não ser de alvenaria, e por ser a fundo perdido, constitui valor bastante reduzido²¹”.

No que diz respeito á postura do poder municipal em relação às determinações do Estatuto das Cidades (sobretudo no que concerne às ocupações irregulares):

“...o processo de Regularização Fundiária está em fase de implementação em várias áreas de favelas. A estratégia usada pela prefeitura de Campinas é começar pelas menores áreas de ocupação, com a finalidade de atender o Estatuto das Cidades, postergando o enfrentamento de situações mais difíceis em áreas que demandam maiores investimentos financeiros e sociais...”.

Já as entrevistas por nós realizadas junto aos moradores das áreas irregulares (em processo de regularização ou não), deixam claro que a grande vantagem do título do imóvel é a certeza de que não serão despejados ou removidos do local.

21 Importante esclarecer aqui que o Fundo de Apoio à População de Sub-habitação Urbana (referido na fala como FUNDAP) tem como objetivo definir a política habitacional de apoio às famílias mais carentes da cidade. Sua principal atividade é a captação e distribuição de recursos, destinados à concessão de empréstimos para aquisição de material de construção ou mão-de-obra às famílias moradoras em favelas em processo de urbanização e também em loteamentos do Programa de Lotes Urbanizados da prefeitura.

Também foi citado como benefício o acesso a um endereço próprio para correspondência, todavia o estigma de “favelado” ou “invasor” não parece ser atenuado pelo processo de regularização fundiária; da mesma maneira, não transforma o aspecto precário de tais áreas quando estas se convertem em “Núcleos Habitacionais”²².

²² Para maior compreensão ver a classificação dada pela Prefeitura Municipal de Campinas às diferentes formas de assentamentos no Capítulo 2.

II. CAMPINAS E ASSENTAMENTOS URBANOS POPULARES

Passados pouco mais de 200 anos de sua fundação, Campinas já contabiliza quase um milhão de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, demonstrando grande semelhança com a realidade de outras metrópoles brasileiras²³. Nesse panorama destacam-se taxas elevadas de crescimento da população e intenso processo de espraiamento de sua mancha urbana:

“[...] apresenta estreita semelhança com o que se verifica em outras metrópoles do país, definindo-se por taxas expressivas de crescimento populacional e pela periferização do crescimento físico residencial” (CUNHA et al, 2006, p.144).

Segundo dados da prefeitura, em 2003 contabilizavam-se no município cerca de cento e sessenta mil pessoas habitando em moradias de condições precárias. Localizadas em mais de 230 áreas distintas -, entre ocupações irregulares, clandestinas, núcleos e favelas.

23 Através da Lei Complementar nº. 870, de 19/6/2000, foi criada A Região Metropolitana de Campinas, constituída por 19 Municípios e cerca de 2,4 milhões de habitantes.

Tabela 1

Ocupações irregulares, por tipo, número de domicílios e população estimada
Município de Campinas
2003

Categoria de Assentamento	Quantidade	Moradias	População Estimada
Favelas	82	14149	63690
Núcleos	20	1544	6984
Ocupações	121	21783	82174
Ocupações em fase de regularização	10	1272	4800
Total	233	38748	157648

Fonte: Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov/habitacao/regularizacao>> Acesso em: 07/08/2006.

O processo de favelização em Campinas teve início na década de 1960, se intensificando na década seguinte numa trajetória ascendente, se tornando crítico nos anos 90.

Essa realidade é reflexo de um modelo de desenvolvimento que concentrou renda, levando consigo um processo de urbanização acelerado e sem precedentes históricos, que pode ser observado principalmente nas grandes e médias cidades de todo o país.

Outros aspectos podem ser apontados como componentes deste cenário: recessão econômica, desemprego, queda da renda, periferização, déficit habitacional, precarização das moradias. Conforme nos lembra Santos:

“Como é da lógica do desenvolvimento capitalista, quanto mais avançado é o desenvolvimento, maiores são os problemas sociais decorrentes do avanço da concentração de renda e dentre eles a deficiência na satisfação das necessidades humanas de morar,

como por exemplo, o histórico de favelização que Campinas carrega” (SANTOS, 2005, p.40).

A ausência de planejamento público, a ineficácia das poucas ações realizadas para enfrentar tal realidade, somadas à política fundiária segregacionista adotada pela COHAB Campinas (que iniciou a construção de conjuntos habitacionais populares em áreas distantes do centro, em função do baixo custo da terra), corroboraram esta situação. O resultado de todo este processo pode ser observado na formação de grandes bolsões de pobreza, carentes de infra-estrutura. Muitas destas aglomerações tiveram a formação de favelas e ocupações dentro das suas áreas destinadas à praças ou uso comum.

Cabe, no entanto, aqui fazer referência às diferenças conceituais entre o que se chama de favela e área de ocupação. Como foi dito anteriormente, a Prefeitura Municipal de Campinas classifica esses tipos de assentamento da seguinte forma:

Ocupação: áreas que não são passíveis de regularização;

Favelas: podem ser regularizadas ou mesmo já estão em processo de regularização;

Núcleos habitacionais: assentamentos já regularizados pelos órgãos municipais competentes, de acordo com o critério municipal.

Porém, deve-se alertar para o fato de que, na literatura a esse respeito não se consegue constatar a existência de consenso em torno das definições utilizadas. Assim, segundo Taschner (2001), há sérios problemas conceituais relativos à definição das

várias formas de arranjo domiciliar destinadas à população de mais baixa renda, como as favelas, cortiços, conjuntos públicos e sem teto.

Sobre a conceituação das favelas ela expõe:

“Como já foi dito, será que ainda se sustenta a definição de favela apenas a partir de seu estatuto jurídico? Esta tem sido, entretanto, a definição corrente, e a que é usada operacionalmente pelos cadastros da prefeitura do município de São Paulo e pelo IBGE (com seus problemas de mensuração, que só levam em conta aglomerados com mais de 50 unidades). Invasões organizadas e espontâneas merecem o mesmo tratamento? Como fica uma favela urbanizada? Continua favela? E uma favela com situação de posse regularizada? Segundo o IBGE, continuaria favela por mais 10 anos. Porque?” (TASCHNER, 2001, p.4).

No caso do IBGE - responsável pelo Censo Demográfico de 2000 um dos instrumentos de pesquisa do presente estudo -, este não faz distinção quando descreve o setor especial de aglomerado sub-normal (que são as áreas reconhecidas como favelas):

“Setor especial de aglomerado subnormal é o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (FUNDAÇÃO IBGE, 2000).

Contudo é válido fazer menção às possíveis distorções da realidade geradas pela definição de favela (ou área favelizada) usada pelo IBGE, segundo Guimarães (2000):

“Um dos primeiros pontos a ser destacado é saber o que o IBGE considera favela. Sob a denominação de aglomerado subnormal, o Censo somente considera um setor censitário como favelizado quando nele existem cinquenta ou mais casas faveladas contíguas. Caso um aglomerado possua trinta casas em um setor, quarenta em outro e quarenta e cinco em um terceiro, ainda assim esses setores não são considerados favela, o que por um lado leva a uma visão subestimada da realidade. Por outro, quando identificada a presença de cinquenta ou mais casas faveladas num mesmo setor, o Censo considera todo aquele setor favelizado. Ou seja, a forma como o fenômeno é censitariamente definido pode levar a uma visão sub e superestimada da realidade” (*apud* QUEIROZ, 2000, p.352).

Assim sendo, de forma a classificar este tipo de aglomerado sub-normal considerou-se, para efeitos desse estudo, o critério utilizado pela Prefeitura Municipal de Campinas. Além destes, também foram contemplados em nossa análise aqueles assentamentos que poderiam ser chamados de “institucionalizados”, ou seja, estabelecidos de maneira legal e formal, como são os conjuntos habitacionais da COHAB Campinas e os loteamentos populares organizados pela iniciativa privada. Todas essas áreas foram selecionados nas três zonas de mais intensa periferização da cidade, já citadas anteriormente: Sudoeste, Sul, e Norte.

Para seleção das áreas de estudo, foi utilizado um levantamento realizado pela COHAB Campinas em parceria com a Secretaria de Habitação, que resultou no

mapeamento de todas as áreas de favelas, ocupações e conjuntos habitacionais COHAB existentes na cidade .

Como poderá ser visto no decorrer desta dissertação, são feitas descrições de cada uma das áreas selecionadas, abordando aspectos como sua localização na malha urbana, histórico, dados sócio-demográficos²⁴, em especial os referentes aos setores censitários (dados do universo) e, quando possível, àqueles coletados através do questionário da amostra (referente às Áreas de Ponderação)²⁵.

24 Obtidos pelo Censo Demográfico 2000.

25 Maiores esclarecimentos estão contidos em Questões Técnicas e Metodológicas, Anexos.

II.1 Motivações e expectativas na escolha das áreas de estudo

Como já foi dito anteriormente, a busca principal deste trabalho é identificar nos objetos de estudo (assentamentos urbanos de baixa renda em Campinas) perfis diferenciados em algumas características sócio-demográficas das populações residentes.

Assim, a etapa de seleção dos assentamentos que seriam estudados foi de ampla reflexão e interlocução com urbanistas²⁶, demógrafos e agentes da prefeitura (mais especificamente das Coordenadorias de Habitação Norte, Sul e Sudoeste), que trouxeram subsídios fundamentais acerca do histórico de formação, situação ambiental, população, condição fundiária de muitas áreas passíveis de serem escolhidas, sendo que, de todas estas, apenas seis foram contempladas.

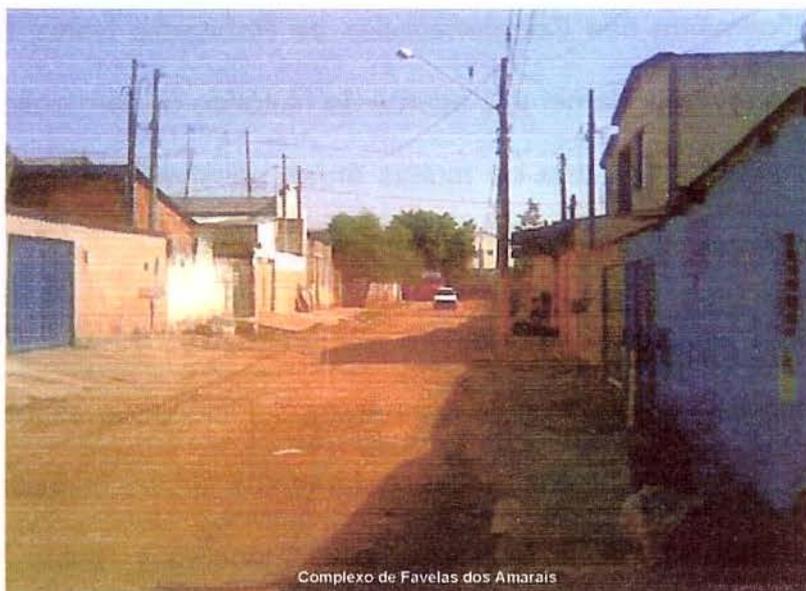
Cumprе esclarecer que embora representativas de situações típicas existentes na cidade, não se acredita que as seis áreas selecionadas esgotem as possibilidades de análise e de “tipos ideais” de assentamentos urbanos. Todavia, ainda que não contenham todas as possibilidades, acreditamos que estes seis assentamentos abrangem um amplo espectro de situações de interesse para a análise, cujo conteúdo deveria ser suficientemente rico em informações para testarmos satisfatoriamente nossas hipóteses.

26 Cabe fazer referência a Maria Célia Silva Caiado e Maria da Conceição Silvério Pires, pesquisadoras do NESUR/IE/UNICAMP, que colaboraram nessa tarefa com seu amplo conhecimento sobre o município de Campinas e sua extensa periferia.

Outro critério que utilizamos foi o recorte temporal, na tentativa de resgatar o histórico de formação da periferia do município a partir de assentamentos cujo início correspondesse ao período preestabelecido: década de 1970 a 2000.

E assim foram escolhidas as seguintes áreas:

1 - Complexo de Favelas dos Amarais. Foi escolhido para integrar nosso trabalho por apresentar características relativas ao seu histórico de formação e sua condição de regularidade (junto à Prefeitura Municipal) relevantes para a hipótese inicial.



Situado na porção Norte do município, faz parte da Administração Regional Norte (AR Norte). Distante 10 km do centro da cidade, tem como confrontantes Fazenda Santa Genebra, diversas chácaras, Aeroclube dos Amarais, Cemitério N. S. da Conceição, Central de Abastecimento da cidade (CEASA) e ainda indústrias de médio e pequeno porte, dispostas ao longo da Rodovia D. Pedro I, que secciona a região.

O Complexo de Favelas dos Amarais compreende os Bairros Jardim São Marcos, Santa Mônica, Jardim Campineiro, Recanto Fortuna e suas respectivas áreas de favelas. Os processos de regularização fundiária que estão em etapa de implementação, tramitam atualmente pelos órgãos municipais competentes, em diferentes fases de aprovação. Parte da população instalada em áreas de risco foi transferida para a Vila Esperança, que é um conjunto habitacional construído pela COHAB Campinas, vizinho à região, que também é objeto de estudo deste trabalho.

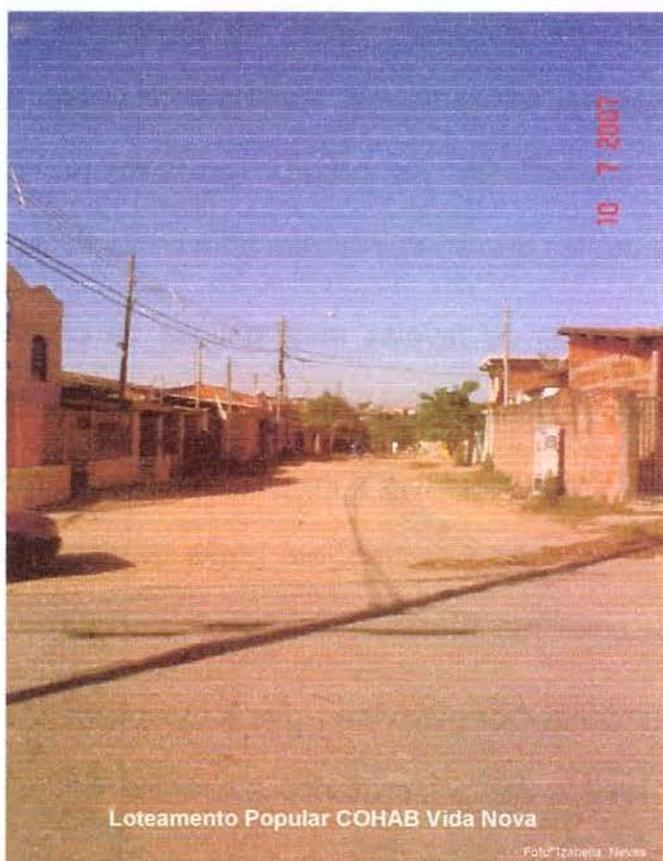
Sua formação data de meados da década de 1960. Segundo dados fornecidos pela Coordenadoria de Habitação Norte, foi constituída inicialmente por famílias que vieram dos estados de Minas Gerais, Paraná e da região Nordeste. Seu adensamento populacional foi intensificado na década de 1970, em decorrência dos constantes movimentos migratórios que se destinaram para o município na época.

Uma das áreas de favelas mais antigas da cidade, apresenta famílias cujas segunda e terceira gerações moram no local; mescla quarteirões regulares e consolidados com áreas precárias e irregulares, onde estão localizadas ocupações em processo de regularização e, outras, em áreas de risco (nas margens de um córrego que corta o local, cujos moradores esperam por remoção);

2 - Loteamento COHAB Vida Nova e Ocupação Vila Vitória. Datam de meados da década de 1990 e estão localizados na região Sudoeste do município. Uma das características que atraiu nosso interesse em relação a estes dois assentamentos é o fato de serem contíguos. Vila Vitória é uma área de ocupação irregular em gleba particular e o Vida Nova é um loteamento popular implementado pela COHAB

Campinas. Nosso interesse na escolha de tais áreas foi o fato de que, apesar de próximos fisicamente, poderiam abrigar famílias de perfis distintos, visto que chegaram ao local por vias diferentes (institucional – através da COHAB - e espontânea, na forma de ocupação irregular).

O Loteamento Popular COHAB Vida Nova conta com 2.261 lotes e uma área de 703 mil metros quadrados. Foi lançado em 1995, como uma tentativa da prefeitura de realocação de toda população residente em áreas de risco da cidade.



Uma outra parcela dos moradores designados para tal loteamento eram funcionários públicos que aderiram a um programa habitacional, chamado Projeto

Minha Casa²⁷, e que ficaram com as primeiras quadras de lotes, mais próximas ao asfalto.

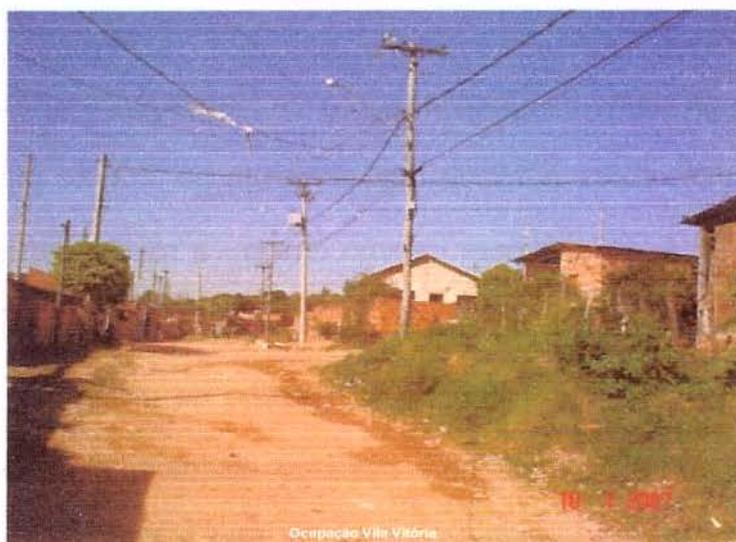
Segundo relato da Coordenadora de Habitação responsável pela área, dessas famílias de funcionários públicos que entraram no Projeto Minha Casa poucas ainda moram no local. A maioria nem mesmo chegou a residir no Loteamento Vida Nova, e grande parte daquelas que lá construíram já se mudaram. De acordo com sua avaliação, ocorreu um equívoco na formulação do programa, por inserir num mesmo espaço físico perfis populacionais bastante distintos, e desta maneira, aqueles que eram minoria acabaram buscando outro local para residir²⁸.

Para a população reassentada, num primeiro momento a habitação era fornecida pela prefeitura na forma de um “Kit Barraco” que consistia em madeira, caibros e telhas galvanizadas para a construção de um cômodo. Depois, os moradores eram encaminhados à FUNDAP para pleitear financiamento para construção.

Já a ocupação Vila Vitória se iniciou em 1992, numa área destinada à praça pública de um loteamento privado não implementado. Localizado inteiramente em área de risco, foi feito, na época, levantamento da população a fim de iniciar processo de remoção para o Loteamento Popular COHAB Vida Nova, porém, de acordo com as informações coletadas, não houve interesse por parte dos moradores, nem “pressão” suficiente por parte da prefeitura para desocupação da área.

27 O “Projeto Minha Casa”, consistia na parceria entre proprietários de glebas, a Prefeitura, a COHAB e as famílias de baixa renda interessadas na compra de lotes urbanizados. Fonte: Disponível em: <www.cohabcp.com.br>. Acesso em: 30/11/06.

28 Tal depoimento nos pareceu relevante por colocar, ainda que sob uma perspectiva inversa, aspectos bastante pertinentes à hipótese inicial, a existência de um perfil populacional predominante na conformação de um assentamento.

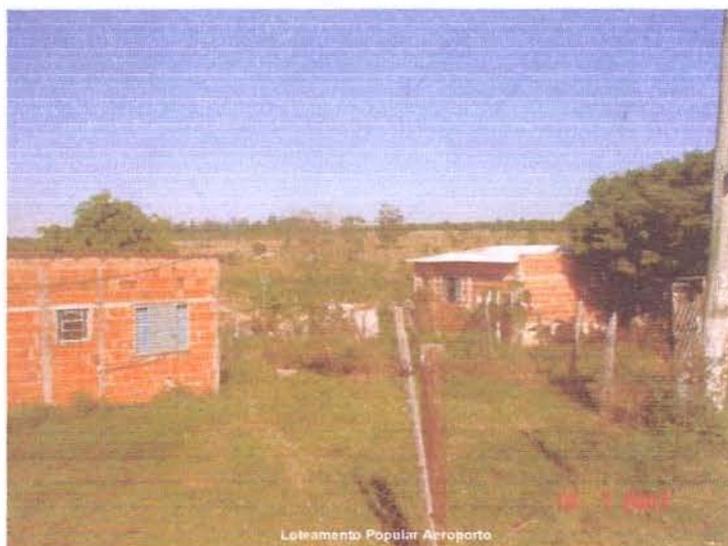


Em 1996, foi iniciada a ocupação Vila Vitória 2, locado em área de propriedade particular próxima. A comissão organizadora do movimento, intermediada pela prefeitura, contratou a COHAB para negociar com os proprietários a compra da gleba. Através do PSH²⁹ (Programa de Subsídio à Habitação) os moradores deram início ao processo de regularização, contudo, apesar de alguns lotes até já estarem quitados, há empecilhos legais que dificultam sua aprovação.

3 - Loteamentos populares na região do Aeroporto de Viracopos. Conforme nossa proposta inicial uma das áreas escolhida para estudo deveria conter populações moradoras de loteamentos populares implementados pela iniciativa privada, independentemente de sua condição de regularidade junto à prefeitura.

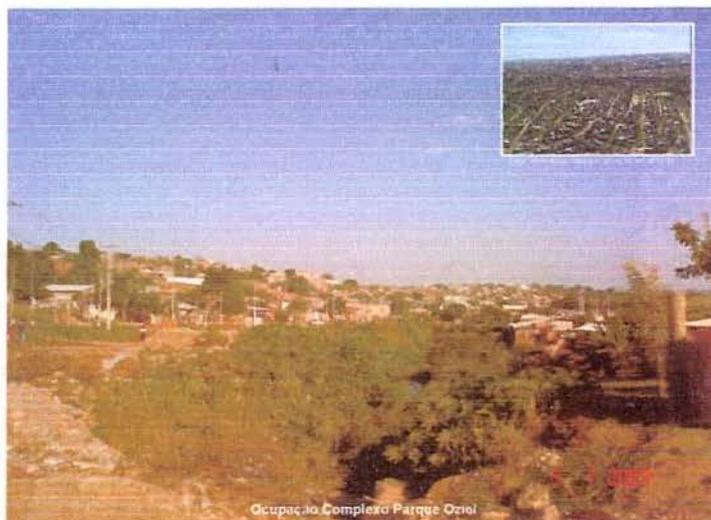
29 O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios.

A data da aprovação dos loteamentos da região de Viracopos é de 1954, período em que foram aprovados muitos empreendimentos próximos ao Aeroporto. Contudo grande parte destes não chegaram a ser implementados. Tratam-se de dois loteamentos contíguos, situados à margem da Rodovia Santos Dumont, em frente à região dos DIC's (Distrito Industrial de Campinas).



Segundo a coordenadora de habitação responsável pela área, sua peculiaridade em relação ao entorno é o fato dos lotes terem sido ocupados de maneira regular, isto é, não se caracterizam pela forma de ocupação chamada comumente de "invasão", mas, pela aquisição dos lotes junto a loteadores particulares (muito embora não se possa afirmar sobre a situação de regularidade de suas construções). A execução das casas se deu através do modelo de autoconstrução, sendo sua população caracterizada principalmente pela baixa renda e baixa escolaridade.

4 - Complexo Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B. Localizados na região Sul da cidade, às margens da Rodovia Santos Dumont, muito próximo ao anel viário de intersecção com a Rodovia Anhanguera, que dá acesso à Campinas pela Av. Prefeito Faria Lima.

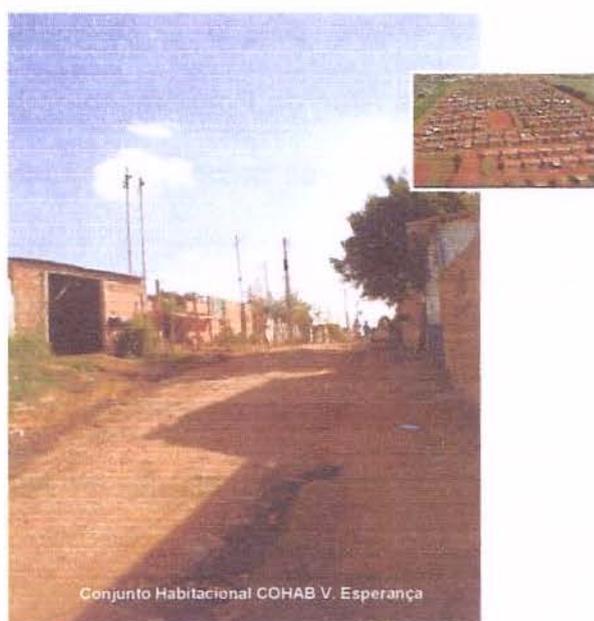


Essa área apresenta pelo menos uma grande diferença com relação às demais estudadas nessa dissertação: sua localização pode ser considerada privilegiada, já que se dá em uma zona bastante consolidada urbanisticamente. Esta área está ainda relativamente próxima à região mais central da cidade, possuindo uma vizinhança diferenciada - uma vez que existe nas proximidades estabelecimentos comerciais de variados setores e portes, como um *shopping center*, um hotel de luxo e um condomínio fechado de alto padrão (estando este último em fase de lançamento).

O processo de ocupação se deu de forma rápida, intensa e bastante organizada, tornando-se de certa forma uma “bandeira” para as populações participantes dos movimentos de ocupação, bem como uma referência para a

problemática questão dos assentamentos urbanos irregulares, não só na cidade de Campinas, mas em nível nacional. Assim, o complexo Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B já foi considerado “a maior área de ocupação da América Latina”, com uma população avaliada em mais de 45.000 pessoas. Porém, não encontramos confirmação para tal afirmação³⁰. Devido ao seu caráter emblemático, e à forma organizada como foi articulada e implementada, tal área torna-se praticamente “obrigatória” como objeto de estudo em uma pesquisa que pretende analisar a conformação da periferia de Campinas.

5 - Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança. Também localizado na AR Norte, foi implementado em 1997, com a finalidade de abrigar famílias de baixa renda que viviam em situação de risco há mais de 15 anos na região do Complexo de Favelas dos Amarais (São Marcos, Santa Mônica, Jardim Campineiro, Recanto da Fortuna e



³⁰ Constatamos durante a tabulação dos dados referentes à população da Área de Ponderação na qual este aglomerado está inserido (AP 33), que contabilizava cerca de 16.000 pessoas no ano de 2000.

Recanto dos Pássaros).

O primeiro conjunto de casas foi concluído em 1997, e desde então os módulos vêm sendo construídos e entregues periodicamente. No período de referência do Censo 2000 foram registrados 580 domicílios no local. Como poderá ser observado no depoimento da líder comunitária do bairro³¹, em 2000, numa atitude por parte dos moradores das áreas consideradas de risco do local, foi feito um movimento de ocupação de um conjunto de casas cuja construção havia sido paralisada antes de sua conclusão. Assim alguns indícios de irregularidade fundiária apreendidos nos dados do Censo Demográfico podem ser decorrentes de tal situação.

Faz-se necessário esclarecer que os dados que serão apresentados, obtidos do questionário do universo, são bastante reveladores sobre a realidade do local; porém na pesquisa com os dados da amostra, percebemos que as informações resultantes não eram adequadas. Tal fato ocorre porque o Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança está localizado numa Área de Ponderação onde há grande heterogeneidade sócio-demográfica, já que inclui outros setores censitários (além daquele relativo ao assentamento em questão), correspondentes a bairros já consolidados e cuja população apresenta, majoritariamente, médias mais altas de renda e escolaridade.

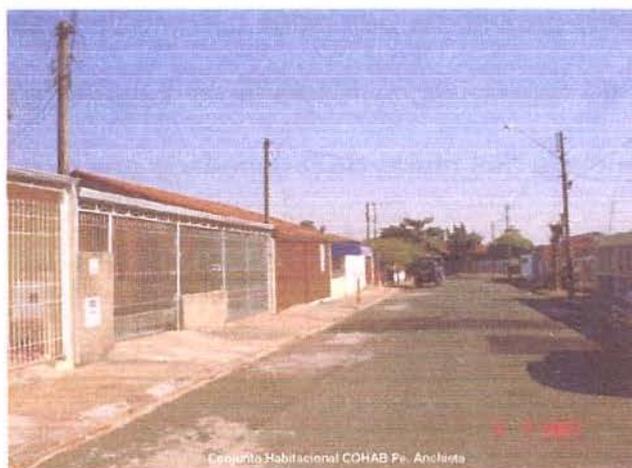
Além de não atender ao critério da homogeneidade como exposto acima, a população não possuía representatividade numérica em relação à população total da

31 Detalhado nas páginas a seguir.

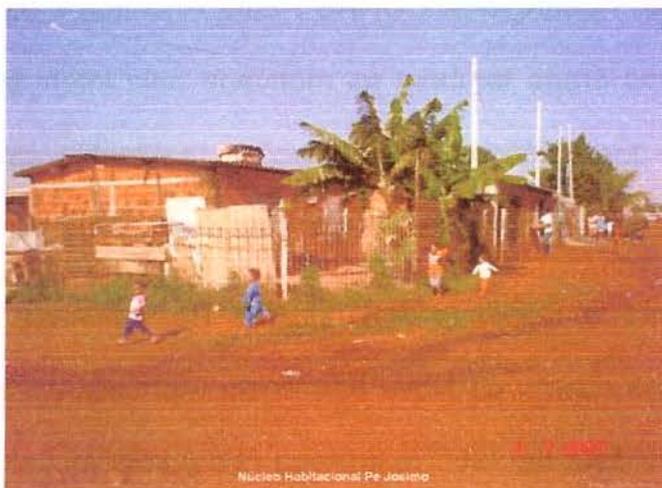
Área de Ponderação na qual está inserida. Portanto, neste caso usamos para nossas análises e inferências apenas as informações obtidas a partir do questionário do universo, bem como os dados obtidos nas entrevistas de campo.

6 - Conjunto Habitacional COHAB Padre Anchieta e ocupação Padre Josimo. A escolha destas duas áreas também foi motivada pela intenção de tecer comparações entre dados sócio-demográficos de populações residentes em áreas geograficamente contíguas, cujo acesso às moradias tivesse sido dado por caminhos diferentes.

Assim, tanto o Conjunto Habitacional Pe. Anchieta como a ocupação Pe. Josimo situam-se no distrito de Nova Aparecida, Administração Regional Norte. Porém enquanto o primeiro data de 1980 (a entrega das primeiras unidades), e destaca-se por ser a maior obra da história da COHAB Campinas com 3.554 unidades habitacionais (entre casas e apartamentos).



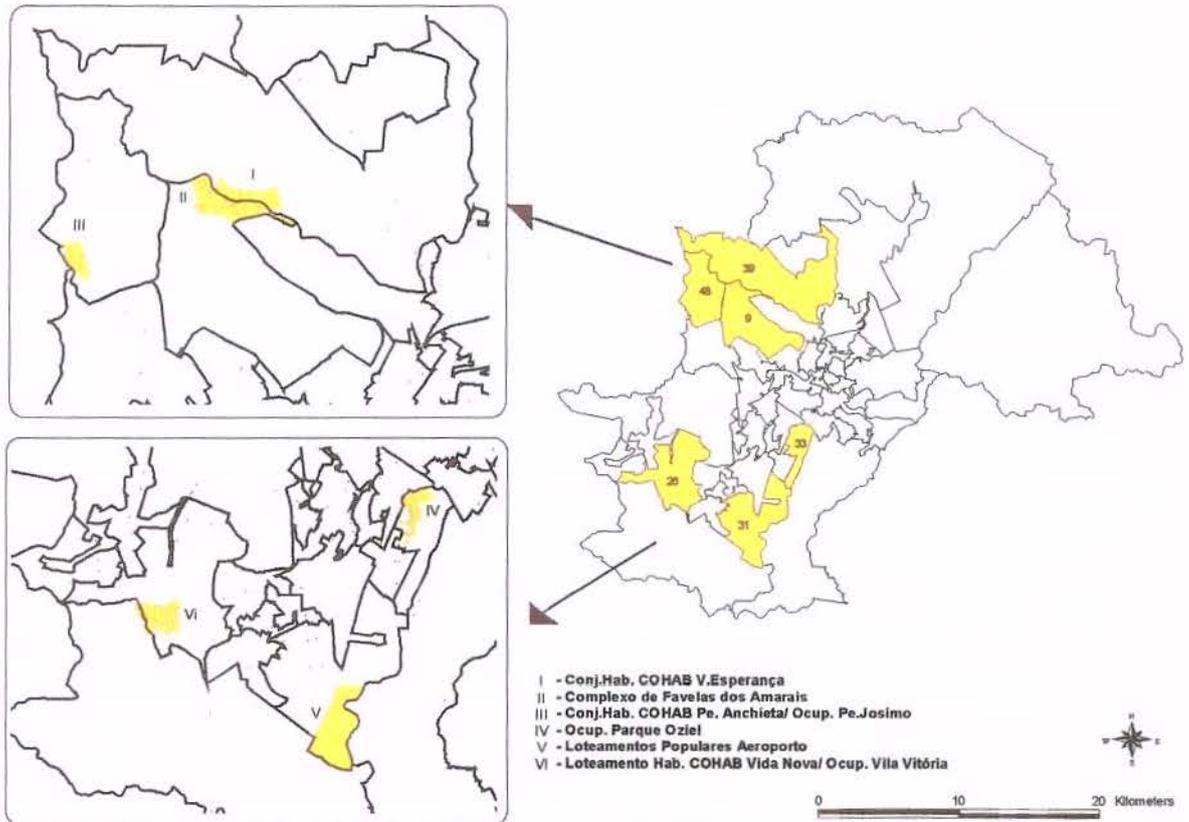
A área de ocupação Padre Josimo teve seu início no início de 2000, e, de maneira diferente, originou-se quando cerca de 200 famílias ocuparam uma área particular localizada no distrito de Nova Aparecida.



Ainda, no que diz respeito à ocupação Padre Josimo, somente após quatro anos de reivindicações junto ao poder público e negociações com os proprietários do local, foi assinado pelo prefeito de Campinas o termo de desapropriação da área. Dessa forma, o processo de regularização fundiária do local foi encerrado no final de 2006, quando ocorreu a entrega dos títulos de propriedade aos moradores.

Mapa 1

Áreas de Ponderação e Setores Censitários que envolvem as áreas em estudo
Município de Campinas, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Malhas Digitais de Setores Censitários do Brasil 2000, Elaboração NEPO/ UNICAMP.

Antes de aprofundarmos a análise das relações entre os processos de formação, expansão e consolidação desses assentamentos e suas dinâmicas demográficas, seria importante conhecer um pouco mais sobre o perfil sócio-econômico de cada área, de maneira a que se tenha a uma visão mais ampla do tipo de assentamentos com os quais trabalhamos.

Obviamente que, por opção metodológica, todos os eles apresentam certa semelhança, ou seja, são predominantemente de baixa renda. No entanto, como será visto, mesmo nesse caso há uma grande diversidade de situações, fato que mostra a importância de um estudo mais pormenorizados destes.

Assim, como explicitado em nosso Anexo (“Questões Técnicas e Metodológicas”), a partir de compatibilização possível entre os Setores Censitários, Áreas de Ponderação (AP) e os assentamentos, organizamos alguns indicadores relativos às condições sócio-econômicas dos responsáveis do domicílio e de infraestrutura urbanística, de modo a constituir um quadro comparativo geral sobre a condições de vida imperantes em cada assentamento.

II.2 A heterogeneidade da pobreza: aspectos infra-estruturais urbanos e sócio-econômicos dos assentamentos escolhidos

Para a escolha das informações a serem levantadas nesta seção, utilizamos alguns critérios definidos em trabalho do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), denominado Radar Social, desenvolvido com a finalidade de informar a sociedade sobre determinados aspectos indicativos da qualidade de vida no país (sendo a habitação um deles).

Como tais critérios foram elaborados para o uso do banco de dados da PNAD IBGE (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar), algumas adaptações foram feitas em decorrência de diferenças nas variáveis disponíveis, em relação ao Censo Demográfico de 2000.

As variáveis do Questionário do Universo escolhidas visam abordar os seguintes aspectos:

- a) A propriedade do imóvel, através da condição de ocupação do domicílio e terreno;
- b) As condições de saneamento, a partir do levantando das formas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação do lixo;
- c) O padrão habitacional dos domicílios através do número de moradores e o número de sanitário por domicílio;

d) O perfil sócio-econômico da população usando as variáveis renda e escolaridade média dos responsáveis pelos domicílios, bem como renda domiciliar *per capita* e a distribuição sócio-ocupacional dos chefes de família.

Com base nesses critérios observamos que Campinas, a exemplo do que passa no país, urbanizou-se fortemente nas últimas décadas a ponto de atingir um alto índice de urbanização que, em 2000, chegava a 97%.

Contudo, o que mais chama a atenção não é essa aglomeração da população em áreas urbanas, mas a grande proporção destas vivendo em áreas precárias. De fato, os dados do Censo Demográfico de 2000 mostram que 31778 dos domicílios situam-se em setores censitários classificados como sub-normais³² que, por sua vez, representam 13% dos mais de 1000 setores em que o IBGE divide o município.

Para confirmação destas inferências, foi levantada a freqüência de domicílios particulares permanentes próprios em “outra condição de terreno”, para todo o município. Nesse caso, verificou-se que a ocorrência de domicílios particulares permanentes próprios construídos sobre terrenos “em outra condição” representa 2,7% do total de domicílios registrados em Campinas (7.776 casos de um total de 290.762 domicílios). Já a freqüência de domicílios particulares permanentes em outra condição de ocupação, representava 4,4% dos casos.

O que pretendemos concluir de tais informações é que os dados não condizem com a realidade da cidade, sendo incompatíveis com os levantamentos acerca da

32 “[...] conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo sido ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais p...]”. (Documentação dos Microdados da Amostra. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000, p.57.).

irregularidade fundiária em Campinas feita pela prefeitura municipal (vide Tabela 1), que se revela muito mais alta.

Analisando o “Tipo de Domicílio”, constatou-se que a grande maioria da população residia em casas, chegando a 82,4% do total de habitantes, fato que aponta para a característica espalhada da conformação espacial de Campinas. Eram 16% residindo em apartamentos, 0,6% em cômodos e – novamente - 1% como moradores de domicílios particulares improvisados e domicílios coletivos (não aplicável).

Considerando a variável “Condição de Ocupação do Terreno”, pode-se observar que em 2000, 65,1% dos habitantes da cidade ocupavam terreno próprio, 3,4% terreno cedido e 3% outra condição³³. Por outro lado, nessa variável 28,4% foram considerados domicílios particulares improvisados, domicílios coletivos ou domicílios particulares não próprios. Sabendo que 1% da população residia em domicílios particulares improvisados ou domicílios coletivos, infere-se que 27,4% de habitantes ocupavam terrenos não-próprios.

De fato, analisando a variável “Condição de Ocupação do Domicílio”, é possível inferir que se confirma a informação anterior sobre o percentual de habitantes não-proprietários do terreno onde moram, visto que 27,4% declararam pagar aluguel ou financiamento da casa própria e 58,8% moravam em domicílio próprio. A frequência da

33 Outra condição: quando o terreno em que se localizava o domicílio apresentava condição que não se enquadrava nos itens anteriores, inclusive o caso de invasão de terreno. (Agregado dos Setores Censitários dos Resultados do Universo. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000, p.11).

alternativa outra condição que se refere, entre outras possibilidades, à moradias construídas em terrenos ocupados irregularmente é de 5%³⁴.

Relacionando essas informações entre si, chama-nos a atenção o fato de que, em 2000, apesar de 13% da população da cidade estar concentrada em aglomerados subnormais (perfazendo um total estimado de 126.152 habitantes residentes em áreas de favelas), apareçam, por outro lado, poucos terrenos e domicílios declarados em “outra condição” (3% e 5%, respectivamente) - declaração esta que, como já apontado, inclui ocupações irregulares em termos jurídicos.

Tabela 2
Distribuição da População segundo Tipo de Setor Censitário
Município de Campinas
2000

Tipo do Setor Censitário					
Setor comum ou não especial		Setor especial de aglomerado subnormal		Demais tipos *	
nº abs	%	nº abs	%	nº abs	%
838.392	86,5	126.151	13,0	4.851	0,5

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000., Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

* Setor especial de quartéis, bases militares, etc; Setor especial de penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, etc; Setor especial de asilos, orfanatos, conventos, hospitais, etc.

Não obstante a importante proporção de áreas precariamente ocupadas em Campinas, essa condição não se apresenta no que se refere ao tipo de domicílio - já que 99% foram considerados particulares permanentes (isto é, construídos

34 Outra condição, quando era ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas. Incluíram-se, neste caso: o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não-residencial (oficina, loja, etc.); o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e também, o

exclusivamente para ser habitação), 0,3% particulares improvisados³⁵; sendo que os demais (0,7%) se referem aos domicílios coletivos³⁶.

Assim é nesse contexto de deficiências infra-estruturais significativas que pretendemos conhecer as especificidades de cada assentamento escolhido.

Condição de ocupação do domicílio e terreno

Esse levantamento, buscou identificar o nível de informalidade habitacional nos assentamentos escolhidos. Para tal usamos os dados sobre os tipos de Setores Censitários que compunham cada assentamento e a condição de propriedade dos domicílios e terrenos, a fim de analisar a ocorrência de situações que indicassem, de alguma forma, irregularidade fundiária³⁷ (seja referente à condição de ocupação do terreno ou do domicílio).

Analisando as informações sobre o "Tipo de Setor" percebe-se que 63,4% dos habitantes das áreas selecionadas estão em "setores comuns ou não especiais" e 36,3% "setores especiais de aglomerados subnormais", revelando um incremento de 35,8% da população residente em áreas de favela, em relação à população total da cidade. Esse dado confirma, portanto, o caráter seletivo dos assentamentos escolhidos

domicílio ocupado por invasão. (Agregado dos Setores Censitários dos Resultados do Universo. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000, p.10-11).

35 "Localizados em unidade não residencial que não tem dependências destinadas exclusivamente à moradia, como prédios em construção, vagão de trem, barracas, sob pontes ou viadutos" (Agregado dos Setores Censitários dos Resultados do Universo. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000, p.12).

36 "Aqueles nos quais a relações entre seus ocupantes é restrita a normas de subordinação administrativa, como quartéis, hospitais, presídios" (Agregado dos Setores Censitários dos Resultados do Universo Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000, p.14).

37 Refere-se aos domicílios onde o chefe se auto-declarou dono da residência (próprios já pagos ou próprios ainda pagando), mas, não do terreno onde a mesma está edificada. Refere-se também aos domicílios onde a forma de ocupação se refere a outras condições de moradia, como no caso das ocupações irregulares.

para estudo, fato que se repete na análise de outros indicadores socioeconômicos e demográficos, detalhados ao longo desta dissertação.

A variável “Condição de Ocupação do Domicílio” mostra que, nas áreas de ponderação em estudo, o número de proprietários de domicílio decresce em 32,7%, aqueles que pagam aluguel ou financiamento sofrem 10,5% de incremento e moradores em “outra condição” sobem de 5,0% para 16,7%.

Analisando a questão sobre condição de propriedade do domicílio, há casos nos quais um Setor Censitário classificado como aglomerado subnormal³⁸ apresenta declarações de moradores que dizem ser proprietários dos domicílios (pagos ou em aquisição). Ou seja, percebemos nesses casos um descompasso entre declaração e realidade: moradores de áreas consideradas pelo Censo IBGE como alheias (públicas ou privadas) declararam algum tipo de vínculo de propriedade com o terreno ou domicílio. Tais incoerências nas declarações dos moradores nos levam a inferir uma possível inconsistência dos dados sobre propriedade do domicílio e terreno, ou mesmo acerca da classificação das áreas pelo IBGE.

Analisando os aspectos específicos de cada assentamento (Tabela 3), podemos citar o Complexo de Favelas dos Amarais que apresenta frequência significativa de casas declaradas próprias em terrenos cedidos, fato que pode ser explicado pela ocorrência de famílias co-habitantes. Por estar próxima a bairros

38 Classificação segundo a natureza dos domicílios que compõem um setor. Classificação da Informação; 0 - Não especial, setor comum, sem característica especial; 1 - Aglomerado subnormal: conjunto (favelas e semelhantes) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais; 2 - Quartel; 3 - Alojamento; 4 - Embarcação; 5 - Aldeia indígena; 6 - Penitenciária; 7 - Asilo. (Censo Demográfico 2000, Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000).

bastante consolidados onde a possibilidade inserção no mercado de trabalho é maior e o início do assentamento datar da década de 1960, podemos inferir que grande parte das famílias já está instalada no local há pelo menos mais de uma geração - fato que pode levá-las a dividir o espaço do terreno com os filhos que, por ventura, estejam na fase de constituição de sua própria família nuclear.

Tabela 3

Condição de Ocupação do Domicílio e Terreno segundo assentamentos selecionados

Município de Campinas

2000

Área Selecionada	Tipo Setor Censitário*	Nº Setores	Nº Dom.	Condição de Ocupação (%)							
				Domicílio					Terreno		
				Próprio/Quitado	Em Aquisição	Alugado	Cedido	Outra Condição	Próprio	Cedido	Outra Condição
Amarais	Tipo 0	8	1.542	31,5	0,2	12,9	10,8	0,3	80,0	4,4	0,2
	Tipo 1	8	1.942	5,6	0,1	0,7	8,5	29,3	7,4	1,6	6,4
	Total (%)	100,0	100,0	37,1	0,3	13,7	19,3	29,6	87,4	6,0	6,6
COHAB Vida Nova	Tipo 0	7	2.064	4,0	87,9	3,3	4,3	0,5	99,8	0,2	0,1
	Tipo 1	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total (%)	100,0	100,0	4,0	87,9	3,3	4,3	0,5	99,8	0,2	0,1
Ocupação Vila Vitória	Tipo 0	2	472	12,5	8,3	2,5	0,9	1,0	25,4	0,0	0,1
	Tipo 1	7	1.398	1,3	59,6	1,1	2,1	10,6	73,7	0,5	0,3
	Total (%)	100,0	100,0	13,9	67,9	3,6	3,0	11,6	99,1	0,5	0,4
Aeroporto	Tipo 0	4	914	65,2	0,3	9,1	4,5	0,8	78,6	3,2	0,1
	Tipo 1	1	230	12,2	2,4	0,6	0,7	4,3	16,4	0,2	1,5
	Total (%)	100,0	100,0	77,4	2,6	9,7	5,2	5,1	95,0	3,4	1,6
Parque Oziel	Tipo 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tipo 1	15	2.841	46,9	0,6	0,7	1,1	50,8	5,0	23,0	72,0
	Total (%)	100,0	100,0	46,9	0,6	0,7	1,1	50,8	5,0	23,0	72,0
COHAB Vila Esperança	Tipo 0	4	580	0,9	78,3	0,5	6,6	13,8	98,7	1,3	0,0
	Tipo 1	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total (%)	100,0	100,0	0,9	78,3	0,5	6,6	13,8	98,7	1,3	0,0
COHAB Pe. Anchieta	Tipo 0	6	1.758	32,1	46,6	11,3	9,4	0,6	99,8	0,2	0,0
	Tipo 1	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total (%)	100,0	100,0	32,1	46,6	11,3	9,4	0,6	99,8	0,2	0,0
Ocupação Pe. Josimo	Tipo 0	1	198	2,5	0,0	4,0	1,5	91,9	20,0	0,0	80,0
	Tipo 1	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total (%)	100,0	100,0	2,5	0,0	4,0	1,5	91,9	20,0	0,0	80,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

*Setor Censitário Tipo 0 - setor normal ou não especial, Setor Censitário Tipo 1 - setor especial de aglomerado sub-normal

Sendo o Loteamento Popular COHAB Vida Nova realizado por instituição pública, portanto dentro dos padrões legais, não possui setores censitários considerados subnormais. Assim, a maioria dos terrenos foi declarado próprio no Censo Demográfico (cabe ressaltar a inexistência de terrenos em "outra condição"³⁹, o que

39 Outra condição, quando o terreno em que se localizava o domicílio apresentava condição que não se enquadrava nos itens anteriores, inclusive o caso de ocupação irregular de terreno.

poderia indicar a existência de ocupação irregular). Já no que diz respeito aos domicílios, a maioria foi declarada “em aquisição”⁴⁰, o que pode ser um indício de que o grande percentual das famílias residentes está numa fase inicial ou intermediária de seu ciclo-vital, pois ainda não adquiriu o imóvel onde moram.

Na área de ocupação Vila Vitória a situação de irregularidade fundiária é bastante clara, apesar de estar em sua maioria localizado em áreas classificadas como aglomerados subnormais - sete dos nove Setores Censitários que a compõe. Novamente nesse caso, observamos que mais de 70% dos entrevistados pelo Censo declararam morar em domicílio próprio ou em aquisição.

Acreditamos que tal fato ocorra não apenas por erro de declaração, mas, porque, mesmo sendo clara a situação de irregularidade fundiária, exista um mercado imobiliário ativo, do qual população se vale para “adquirir” sua moradia. Cumpre ressaltar que é muito provável que essa aquisição possa a vir a representar elemento de vulnerabilidade para as famílias, já que nada garante que tenham sido regulares tendo em vista a situação formal desse assentamento. Já os dados sobre condição de ocupação indicam um alto percentual de terrenos declarados próprios, assim como domicílios já pagos.

Os Loteamentos Populares próximos ao Aeroporto apresentam uma característica diferenciada das demais áreas de periferia distante: trata-se do número relativamente expressivo de domicílios alugados, o que poderia sugerir alguma

40 Próprio - em aquisição, quando era de propriedade, total ou parcial, de um ou mais moradores e ainda não estava integralmente pago;

valorização da área, principalmente nesses quatro Setores Censitários classificados como não especiais.

Já no assentamento Parque Oziel todos os Setores Censitários foram classificados como subnormais, fato que indica a precariedade da área. Ademais, dois fatos bastante peculiares também podem ser observados, como detalharemos a seguir.

Um fato que consideramos peculiar, diz respeito ao alto percentual de domicílios próprios (47,0%) em uma área bastante recente. No período em que foram coletados os dados, o Parque Oziel contava com três anos de existência, ocupada por população de baixa renda, que certamente não possuía capital financeiro para aquisição de casa própria pelos moldes convencionais.

Tal singularidade pode ser indicativo de uma estratégia adotada para o acesso à habitação, através de uma ocupação espontânea e coletiva, redesenhando o loteamento existente em lotes menores, onde foram construídas habitações bastante precárias, com a finalidade de fixação no local. Estava assim garantida sua "posse", ainda que irregular.

Além deste, um segundo aspecto nos pareceu significativo. Apesar da precariedade do local, apenas seis domicílios (entre os 2.847 existentes no local) foram considerados improvisados, representando 0,2% das unidades. Uma explicação para esse fato, foi obtida a partir dos relatos colhidos nas entrevistas realizadas: no processo de ocupação da área foi fundamental que as casas fossem construídas em alvenaria, a fim de evitar que fossem derrubadas.

Acreditamos que após esse período de fixação no lote, possa ter surgido um mercado imobiliário "paralelo" entre parte dos ocupantes e aqueles que procuravam moradia a um custo acessível às suas possibilidades financeiras, na tentativa de deixar de pagar aluguel. De fato, observa-se que o Parque Oziel apresenta uma das menores ocorrências de domicílios alugados (0,7%) entre todas as áreas em estudo.

Essa inferência encontra respaldo na declaração da Coordenadora de Habitação AR Sul. Sobre as pessoas envolvidas no processo ela comenta:

"É claro que tinha os oportunistas, gente que queria ter uma segunda casa, enfim o que sobrasse seria lucro. Mas, esses normalmente não ficam muito tempo. Logo vendem o barraco e voltam para casa ou vão para outra ocupar outro lugar. Ficaram aqueles que precisavam de um lugar para morar, porque não é fácil morar em ocupação"⁴¹.

Apesar da ocorrência expressiva de domicílios declarados "próprios" ou "em aquisição" (47,5%), era baixo o número de terrenos declarados próprios (5%) e nada menos que 72% deles foram declarados "em outra condição".

Todas estas informações nos levam a inferir que, em relação às demais áreas de estudo e, principalmente, se compararmos à média do município, no Parque Oziel há uma visível diferença na declaração dos dados. É bastante clara a situação de irregularidade vivida pela população nesta localidade que declarou serem 72% dos terrenos e 52% dos domicílios em "outra condição".

Ou seja, consideramos que no Parque Oziel exista uma diferença entre o que foi declarado para o Censo Demográfico e o que se propaga entre o senso-comum

devido à forma emblemática como se deu sua ocupação. Dito de outra forma, acreditamos que o envolvimento de seus moradores no movimento de ocupação desde seu início, tornaria a população mais ciente de sua situação, refletindo um percentual de declarações mais condizentes com a realidade.

Como pode ser observado na Tabela 3 referente à condição de propriedade do terreno e domicílio, é freqüente a existência de domicílios e terrenos declarados próprios em setores censitários especiais de aglomerados subnormais, nos quais - por definição do próprio Censo IBGE - a propriedade da terra é alheia (pública ou privada). Aliás, essa parece ser uma característica que cada vez mais recorrente nas periferias das grandes cidades do país.

Uma hipótese para explicar tal situação seria a de que fatores como constrangimento ou mesmo receio de revelar a ilegalidade de sua situação habitacional podem levar o declarante a omitir a realidade, refletindo num sub-registro de dados no IBGE⁴².

Por último temos algumas colocações relevantes a serem feitas sobre o Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança. Composto por apenas quatro setores censitários, menos de 5% de seus domicílios eram próprios, visto que o início da entrega das casas era ainda bastante recente na época em que foi feito o

41 Cabe esclarecer que, em 2006, a Prefeitura Municipal de Campinas concluiu parte do processo de regularização do Complexo Parque Oziel, desapropriando algumas áreas ocupadas e outorgando à população residente a documentação dos imóveis.

42 É recomendável ressaltar que os dados do IBGE abrangem apenas uma pequena parcela da irregularidade fundiária existente, pois essa variável é captada diretamente a partir da auto-declaração do entrevistado, não sendo checada a existência de documentos que confirmem a propriedade da habitação.

recenseamento do local. Contudo, apesar de se tratarem de casas da COHAB, há indício de ocupação irregular das mesmas ("outra condição")⁴³.

Os dados sobre o Conjunto Habitacional COHAB Pe. Anchieta e Ocupação Pe. Josimo revelam que, apesar de contíguas, as áreas analisadas apresentam condições opostas no que se refere ao tipo de setor censitário e condição de propriedade de terrenos e domicílios - o que é esperado devido a diferença na forma de ocupação dos assentamentos: não podemos nos esquecer de que enquanto o primeiro existe há 27 anos e teve suas unidades entregues de acordo com cadastro prévio e financiamento, o segundo segue o modelo de ocupação espontânea por grupos organizados.

Um fato curioso na área é o alto percentual de domicílios em aquisição na COHAB Pe. Anchieta, o que pode ser indicativo de uma rotatividade dos proprietários; é também elevado o percentual de domicílios cedidos, que pode indicar a co-habitação de famílias num mesmo domicílio.

Um dado interessante revelado pela Tabela 3 é a variação na frequência de domicílios alugados. Nos assentamentos mais precários, que são as ocupações espontâneas e reassentamentos de populações em áreas de risco, é bastante baixo o percentual de locações. Já nos assentamentos mais consolidados e antigos, esse percentual apresenta incremento considerável, corroborando a hipótese da existência de diversidade socioeconômica entre as áreas selecionadas. Ou seja, através das informações e dados utilizados na presente pesquisa, acreditamos que nas áreas mais carentes a solução da questão habitacional, em grande parte dos casos, se faz por

⁴³ Durante o trabalho de campo, foi entrevistada moradora do local que participou do movimento de ocupação de embriões habitacionais inacabados em 2000.

meio de ocupações irregulares; já em assentamentos mais consolidados aparecem os inquilinos, que, independentemente da situação fundiária do imóvel, pagam por sua locação.

Formas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destinação do lixo.

As informações referentes ao saneamento básico revelam que o município possui rede de abastecimento de água bastante abrangente, sendo que apenas duas áreas escolhidas para estudo apresentaram percentual de domicílios abastecidos pela rede geral abaixo da média do município, quais sejam: o Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança e a Ocupação Vila Vitória (Tabela 4). No primeiro caso, é possível que esta condição se deva ao fato de que o mesmo ainda não estivesse concluído no período do recenseamento visto que se trata de um Conjunto Habitacional da COHAB, já no segundo caso, a ocupação realmente apresentava condições de abastecimento de água bastante abaixo dos demais locais em estudo, levando-nos a inferir que há uma carência permanente deste serviço no local.

Tabela 4
 Origem do abastecimento de água
 Município de Campinas e assentamentos selecionados
 2000

Origem do abastecimento	Campinas	Amarais	Ocupação V Vitória	COHAB Vida Nova	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB V Esperança	COHAB Pe Anchieta	Ocupação Pe Josimo
Rede geral	96,4	98,6	72,3	99,4	99,5	99,2	4,1	99,9	95,5
Poço ou nascente	2,6	0,4	8,3	0,1	0,3	0,1	94,8	0,0	0,5
Outra forma	1,1	0,9	19,4	0,4	0,2	0,7	1,0	0,1	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Levando-se em conta que o abastecimento de água é praticamente universalizado no município de Campinas, foi feito um refinamento da pesquisa para as áreas escolhidas como estudo de caso, a fim de investigarmos se a água estava disponível dentro dos domicílios ou apenas na área externa.

A partir desse indicador, pode-se notar que os assentamentos Vila Vitória e Parque Oziel apresentavam um número significativo de residências sem canalização interna, seguido pelo assentamento Pe. Josimo – o que só vem a confirmar a situação de maior precariedade das áreas de ocupação espontânea em relação às demais áreas em estudo (Tabela 5).

Confirma-se também a suposição de que o Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança ainda não estava, em 2000, com sua infra-estrutura básica pronta - visto que apesar de existir, em grande parte dos domicílios, a canalização interna, o abastecimento de água era feito por poço ou nascente.

Tabela 5

Domicílios segundo existência de canalização de água
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Canalização de água	Campinas	Amarais	Ocupação V Vitória	COHAB Vida Nova	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB V Esperança	COHAB Pe Anchieta	Ocupação Pe Josimo
No terreno ou propriedade	1,0	0,2	2,7	0,3	0,3	7,0	0,3	0,0	3,0
Pelo menos 01 cômodo	98,3	99,8	84,1	99,2	99,5	92,7	97,3	99,9	95,5
Total	99,3	100,0	100,0	100,0	100,0	99,7	97,6	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE Censo Demográfico 2000. Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Em termos do esgotamento sanitário (Tabela 6), percebe-se que este ainda possuía distribuição irregular entre as formas consideradas adequadas (rede geral ou fossa séptica) e as consideradas inadequadas (fossa rudimentar e rio, lago ou mar principalmente, e vala em menor número de casos).

Tabela 6

Domicílios segundo forma de esgotamento sanitário
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Forma de esgotamento	Campinas	Amarais	Ocupação V Vitória	COHAB Vida Nova	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB V Esperança	COHAB Pe Anchieta	Ocupação Pe Josimo
Rede geral	85,3	31,9	26,8	98,3	83,9	5,9	97,1	99,8	89,9
Fossa séptica	5,2	0,4	43,0	0,5	3,8	35,8	0,2	0,2	6,6
Fossa rudimentar	5,6	0,7	18,4	0,5	9,5	30,5	0,3	0,0	1,5
Vala	0,7	0,0	4,2	0,0	1,8	6,0	0,2	0,0	0,5
Rio, lago ou mar	2,6	66,1	6,6	0,0	0,3	19,1	1,0	0,0	0,0
Outro escoadouro	0,3	0,0	0,1	0,0	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0
Sem banheiro ou sanitário	0,3	1,0	0,7	0,6	0,4	2,1	1,2	0,0	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

A abrangência de serviços públicos básicos pode também ser observada na destinação do lixo doméstico (Tabela 7). Os dados mostram que apenas um dos assentamentos em estudo não possuía coleta (domiciliar ou caçamba) próxima de 100%.

Nesse caso, encontramos as piores condições no Complexo de Favelas dos Amarias, onde 30% do lixo era jogado em terrenos baldios ou no córrego que corta o local. Entretanto, a observação dos locais onde foram feitas as entrevistas revelaram uma realidade bastante diferente: grande quantidade de lixo acumulado nas ruas, nas calçadas e nos terrenos baldios; esgotamento sanitário proveniente de várias moradias correndo à céu aberto.

Tabela 7
Domicílios segundo destino do lixo
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Destino do lixo	Campinas	Amarais	Ocupação V Vitória	COHAB Vida Nova	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB V Esperança	COHAB Pe Anchieta	Ocupação Pe Josimo
Coletado	98,3	68,4	90,4	100,0	98,9	94,6	99,8	99,9	100,0
Queimado na propriedade	0,8	0,7	8,7	0,0	0,5	0,7	0,0	0,1	0,0
Enterrado na propriedade	0,1	0,0	0,4	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Jogado em terreno baldio ou logradouro	0,5	27,7	0,0	0,0	0,0	3,0	0,2	0,0	0,0
Jogado em rio, lago ou mar	0,2	3,3	0,5	0,0	0,3	1,7	0,0	0,0	0,0
Outro destino	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Embora interessantes, os dados observados até aqui acerca da infra-estrutura básica não são capazes de revelar certas diferenças entre as áreas em estudo. Por isso, também foram levantados em consideração outros aspectos estruturais urbanos disponíveis em outras variáveis do Censo Demográfico.

Vale lembrar que nesse caso as informações dizem respeito a áreas maiores (Áreas de Ponderação), fato que pode esconder a diversidade de condições entre os assentamentos que se localizam dentro de uma mesma AP (como nos casos da Ocupação Vila Vitória e COHAB Vida Nova; e entre COHAB Pe. Anchieta e Ocupação Pe. Josimo). Portanto, nas análises das Tabelas 8 a 10 devemos levar em conta que se tratam de áreas geográficas de maior abrangência.

Apesar de praticamente universalizados os serviços básicos de saneamento, as Tabelas 8 a 10 mostram situação bastante diversa no que se refere a outros aspectos da urbanização dos bairros, principalmente nos dados que dizem respeito ao entorno dos domicílios, tais como: existência de pavimentação ou calçamento, existência de identificação nos domicílios e existência de iluminação pública.

Tais variáveis confirmam claramente que os indicadores mais gerais poderiam causar algum equívoco: apesar da abrangência dos serviços básicos já mencionados, na maioria dos novos indicadores aqui utilizados se observa que a as áreas em estudo apresentavam valores bem abaixo da média municipal, principalmente naquelas onde a forma de ocupação não teve um caráter institucionalizado como são os casos dos conjuntos habitacionais ou loteamentos projetados e construídos pela COHAB⁴⁴.

44 Vale lembrar que o Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança não consta dessas análises tendo em vista a dificuldade, já explicada no capítulo II, de conseguirmos sua sobreposição com alguma área de ponderação.

Uma das questões que talvez melhor demonstrem a precariedade de certos assentamentos diz respeito à existência ou não de identificação dos domicílios. Algo aparentemente tão corriqueiro na vida das pessoas residentes nas áreas centrais (particularmente para os mais abastados) a identificação dos domicílios é um aspecto que mostra o caráter da cidade “informal” (MARICATO, 1996) em que vivem muitas famílias. Como se observa na Tabela 8, existem assentamentos, como o Parque Oziel onde, em 2000, quase 55% dos domicílios não eram identificados.

Aliás, durante as entrevistas um fato que pareceu ser bastante presente na vida dos entrevistados é lidar cotidianamente com a falta de um endereço próprio. O casal E.R.F e F.R.F., como líderes da comunidade onde moram há 15 anos, se incumbem de distribuir as correspondências aos vizinhos, fato que lhes dá certo *status* perante os demais.

B.R.S. demonstra em sua fala descontentamento pelo estigma sofrido em relação à falta de um endereço próprio. Mesmo morando há 30 anos no Complexo de Favelas dos Amarais, diz não ter se acostumado com a situação: “... morar em favela é muito difícil, é muito complicado, tem preconceito e preconceito. Toda hora te perguntam: e seu endereço, é onde?”

Contudo, conforme relatado acima, durante visita ao local foi constatada situação bastante semelhante às áreas de ocupação irregular em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito à situação das ruas e calçadas. Apenas uma via principal (onde passam os ônibus) é asfaltada. Nas demais a situação é bastante precária, com muitos buracos, esgoto a céu aberto e sem calçamento. Também é notória a presença do lixo acumulado nas ruas e terrenos baldios.

Tabela 8
Domicílios segundo existência de identificação
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Existência de identificação	Campinas	Amarais	COHAB V Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Sim	88,2	69,6	89,1	68,1	45,5	68,8
Não	9,6	25,7	8,9	30,6	53,8	28,3
Ignorado	2,1	4,8	2,0	1,4	0,7	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Já no caso da Tabela 9, a situação revelada atesta da mesma forma a heterogeneidade dos assentamentos estudados e, novamente, a precariedade daquela ainda "não institucionalizados" como é o caso do Parque Oziel - onde apenas 29% dos domicílios contavam com iluminação em suas ruas.

Tabela 9
Domicílios segundo existência de iluminação pública
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Existência de iluminação pública	Campinas	Amarais	COHAB V Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Sim	90,4	83,0	72,1	63,9	29,1	92,3
Não	7,6	12,8	26,0	34,7	70,4	5,4
Ignorado	1,9	4,2	2,0	1,4	0,4	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Situação de precariedade semelhante é mostrada pelo indicador sobre pavimentação, como mostra o Tabela 10. Em relatos dos moradores podemos apreender a dificuldades cotidianas causadas pela péssima condição das vias de acesso as moradias. A.L.P., 25 anos, dona-de-casa, dois filhos, residente em área de remoção do Vila Vitória, confirma:

“...esse lugar é escondido, não tem nem ponto de referência quando precisa entregar alguma coisa. São 10 minutos a pé até o ponto de ônibus, quando chove não dá para chegar lá, muita lama, muito escorregadio”.

Tabela 10
Domicílios segundo existência de calçamento/ pavimentação
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000.

Existência de calçamento/ pavimentação	Campinas	Amarais	COHAB V Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Ozziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Total	75,4	60,5	34,5	33,6	15,6	63,6
Parcial	2,9	3,1	1,7	1,6	1,1	1,5
Não existe	19,7	30,2	62,3	63,3	82,9	32,6
Ignorado	2,0	6,1	1,5	1,5	0,4	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

A somatória das características de infra-estrutura analisadas nas Tabelas 8, 9 e 10 demonstram a dimensão da situação de precariedade dos assentamentos populares e periféricos da cidade. Percebe-se que quanto mais recente é o local, maior a carência de equipamentos e serviços públicos básicos. Contudo, em assentamentos mais antigos e consolidados, como o Complexo de Favelas dos Amarais, a questão também

é notória, tanto nos dados quantitativos, quanto na realidade observada e relatada pelos entrevistados.

B.R.S, líder comunitária do Complexo de Favelas dos Amarais relatou que só a partir de 1990 o poder público passou a enxergar o bairro e suas muitas carências. A despeito de viverem a 10 km do centro da cidade, conviviam com a falta de eletricidade

“... até aquele tempo não tinha nada aqui, nada. Foi meu pai que colocou o 1º poste de rua, não tinha luz, nem água encanada... um morador do outro lado fazia gato da luz da sua casa e vendia a ligação, só à noite que ele ligava o gato, durante o dia não tinha eletricidade. Passar roupa era com ferro de brasa, fazer mistura só a do dia, água que a gente bebia era de poço mesmo...”

Padrão construtivo

Também foram levantadas algumas informações que visavam espelhar o padrão construtivo das habitações. Nesse sentido dois indicadores foram utilizados: a densidade domiciliar⁴⁵ e o número de banheiros⁴⁶. Esses dois aspectos considerados ganham ainda mais relevância para a análise do padrão construtivo das habitações, visto que no questionário do Censo 2000 foram suprimidas as informações sobre acabamento interno e externo das paredes dos domicílios.

Uma informação a ser destacada na Tabela 11 é que a média de domicílios sem sanitário da cidade é maior do que a maioria dos assentamentos em estudo.

45 O grau de adensamento domiciliar é usado como critério de avaliação de qualidade habitacional..Um domicílio é considerado excessivamente adensado quando apresenta uma média de mais de três moradores por cômodo que sirva como dormitório no domicílio. Cabe destacar que é este o parâmetro de densidade domiciliar utilizado pela Fundação João Pinheiro e pelo Ministério das Cidades.

46 Tal característica foi selecionada por se tratar da área de maior custo por metro quadrado de construção de uma residência. Assim, supõe-se que quanto maior o número de banheiros no domicílio, maior deverá ser o padrão construtivo do mesmo.

Apenas o Parque Ozziel e o assentamento Pe. Josimo apresentavam média mais elevada, sendo que, estes, eram áreas de ocupação bastante recentes no período que foi realizado o Censo 2000. Tal fato aponta para a existência de número significativo de habitações precárias no município, espalhadas em áreas ainda mais desprovidas de infra-estrutura do que as estão aqui em estudo.

Tabela 11
Domicílios segundo número de banheiros
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Banheiros	Campinas	Amarais	Ocupação V Vitória	COHAB V Nova	Aeroporto	Parque Ozziel	COHAB V Esperança	COHAB Pe Anchieta	Ocupação Pe Josimo
0	1,2	0,9	0,9	0,6	0,2	2,3	1,2	0,0	1,5
1	64,2	90,4	94,2	92,7	86,7	94,5	95,1	83,1	87,1
2	22,4	8,1	4,8	6,6	12,0	3,0	3,5	15,7	11,3
Mais de 2	12,2	0,6	0,2	0,1	1,1	0,1	0,2	1,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP

Para chegarmos à informação sobre adensamento domiciliar fizemos uso das duas fontes de dados disponíveis no Censo Demográfico: o Questionário do Universo, que disponibiliza as informações por Setor Censitário⁴⁷ e o Questionário da Amostra⁴⁸ cujas informações correspondem a toda Área de Ponderação.

A Tabela 12 indica de forma bastante clara as diversidades existentes dentro de uma mesma AP, enquanto a COHAB Pe Anchieta apresenta adensamento domiciliar

47 O Questionário do Universo nos deu dados mais exatos sobre as áreas de estudo, contudo, não traz a informação do número de moradores por cômodo usado como dormitório, dado mais frequentemente aceito para a elaboração do indicador sobre adensamento domiciliar, mas sim sobre o número de moradores por domicílio.

48 O Questionário da Amostra traz a informação do número de moradores por cômodo usado como dormitório, todavia, disponibiliza os dados agregados por AP's, que são áreas geográficas maiores, fato que nos faz perder as nuances entre as áreas que estão dentro de uma mesma AP;

médio relativamente baixo, igual à média do município, a Ocupação Pe Josimo tem a segunda maior média entre as áreas em estudo.

Assim como explicita a heterogeneidade entre os assentamentos selecionados e a média municipal, observa-se que, enquanto a média da cidade era de 2,0 moradores por cômodo usado como dormitório, o Complexo de Favelas dos Amarais está no limite e Parque Oziel, COHAB Vida Nova e Ocupação Vila Vitória e Aeroporto se aproximam do limite máximo do que é considerado excessivo⁴⁹.

Tabela 12

Domicílios segundo número de moradores por cômodo servindo de dormitório e número de moradores por cômodo
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Adensamento Domiciliar	Campinas	Amarais	COHAB Vida Nova	Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta	Ocupação Pe Josimo
Setor Censitário**	3,4	4,0	3,7	4,1	3,9	3,6	3,4	4,0
Área de Ponderação*	2,0	3,0	2,9		2,7	2,9	2,3	

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Propria, NEPO/ UNICAMP.

**Número médio de de moradores por cômodo

*Número médio de moradores por cômodo usado como dormitório

Renda, escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

Os dados apresentados na Tabela 13 são bastante elucidativos a respeito da diversidade existente entre as condições socioeconômicas referentes às diferentes populações estudadas, quando comparadas entre si. Além disso, a Tabela 13 nos mostra um quadro alarmante nas áreas em questão, quando comparados os seus

49 O grau de adensamento domiciliar reflete a escassez da oferta de moradias adequada e um descompasso entre o tamanho das famílias e o tamanho da residência.

dados como os valores da média do município de Campinas como um todo. Ou seja, a renda e escolaridade dos responsáveis por domicílio deixam clara a grande distância que a população residente nas periferias se encontra, mesmo se comparada à média da cidade.

Como era esperado, encontramos valores bastante próximos entre as áreas de favelas (Amarais), ocupações (Vila Vitória e Pe. Josimo) e áreas de reassentamento da COHAB (Vida Nova e Vila Esperança); sendo estas as populações com a renda e escolaridade mais baixas. Sob essa perspectiva, fica bastante claro que a ocupação irregular se trata de uma estratégia para solução da questão da moradia utilizada pelas populações menos providas de recursos.

As áreas de loteamentos populares próximas ao Aeroporto apresentam valores intermediários - seguida pela COHAB Pe. Anchieta, com as melhores médias.

Todavia, ainda que apresentando as melhores médias entre as áreas em estudo, os responsáveis por domicílio do Conjunto Habitacional COHAB Pe. Anchieta apresentam rendimento médio mensal igual à aproximadamente metade da média do município de Campinas como um todo.

Tabela 13

Responsável pelo domicílio segundo renda e escolaridade
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Responsável pelo Domicílio	Campinas	Amarais	COHAB Vida Nova	Ocupação V. Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB V. Esperança	COHAB Pe Anchieta	Ocupação Pe Josimo
Renda média nominal mensal (R\$)	1.347,62	393,16	348,63	358,37	494,82	311,43	241,83	707,23	350,00
Renda > 0 (%)	92,0	76,0	77,0	77,0	82,8	76,0	69,0	94,5	87,0
Escolaridade*	8,0	4,1	4,9	5,0	5,4	4,6	4,1	6,4	4,4

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/ UNICAMP.

* Média do número de anos de estudo

A fim de prover a análise de tão importante parâmetro com dados mais substantivos, incluímos a Tabela 14 que traz as informações sobre a renda domiciliar *per capita* média. Pode-se dizer que esse indicador seria mais “poderoso” em traduzir a realidade, porque reflete a renda média domiciliar considerando uma possível contribuição econômica dos demais componentes do domicílio - enquanto a renda média do responsável não abrange tal situação.

Contudo, os dados para o cálculo da renda domiciliar *per capita* só encontram-se disponíveis em nível de Áreas de Ponderação, o que não nos permite tecer comparações mais específicas sobre os assentamentos escolhidos dentro de uma mesma AP. Entretanto, é possível notar diferença na renda domiciliar dos assentamentos, gerada pela participação de outros membros da família no orçamento doméstico e/ou da entrada da população de outros Setores Censitários no cálculo.

Assim, o Complexo de Favelas dos Amarais e Parque Oziel tiveram aumento percentual de renda, quando analisados por renda domiciliar per capita, já COHAB Pe. Anchieta e Ocupação Pe Josimo, COHAB Vida Nova e Ocupação Vila Vitória e os Loteamentos Populares da Região do Aeroporto apresentaram decréscimo de renda neste sentido. Todavia, ainda que haja variação de renda, a distância das médias por assentamento em relação à média municipal permanece igualmente grande, indicando o caráter empobrecido das populações aqui pesquisadas, bem como a concentração de renda observada na cidade - na qual os altos ganhos de uma minoria eleva consideravelmente a renda média domiciliar municipal.

Tabela 14
Domicílios segundo renda *per capita* mensal
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	Campinas	Amarais	COHAB V Nova e V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Pe Josimo
Média mensal (SM)	2,29	0,71	0,54	0,64	0,80	1,07

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

A situação sócio-ocupacional⁵⁰ dos responsáveis por domicílio nos assentamentos selecionados demonstra que o baixo rendimento constatado anteriormente se deve à forma de inserção dessa população no mercado de trabalho. Como se observa na Tabela 15, esta população se concentra principalmente, nas ocupações de serviços básicos, dentro do setor informal. Tradicionalmente tal categoria

⁵⁰ Tais categorias sócio-ocupacionais foram propostas por Portes e Hoffman, 2003.

absorve trabalhadores de baixa qualificação profissional, o que, conseqüentemente, se reflete nos baixos salários destes. Também é bastante expressivo o percentual de habitantes dessas áreas que se encontravam desempregados no período.

Observamos que as áreas de ocupação mais recentes na época do Censo 2000 (COHAB Vida Nova, Ocupação Vila Vitória e Parque Ozziel) apresentaram maior concentração de população nas categorias dos serviços básicos informais e desempregados - o que pode ser indicativo do papel das redes sociais como ativo importante na inserção no mercado de trabalho, entre outros aspectos que possibilitam melhor qualidade de vida dessas populações.

Todavia, é possível inferir que exista certa heterogeneidade ocupacional dentro desses assentamentos. Assim, observando a categoria de Trabalhadores Formais Técnicos e do Comércio, podemos identificar que um percentual considerável de responsáveis por domicílio desempenhava tais profissões. Isso pode ser indicativo de que, muito embora os meios de inserção no mercado de trabalho sejam mais precários para esta população (ou mesmo à despeito da elevada exclusão deste entre os moradores locais, na forma do desemprego), havia também moradores que desempenhavam funções ocupacionais hierarquicamente mais elevadas.

Tabela 15

Responsáveis pelo domicílio segundo categorias sócio-ocupacionais⁵¹

Município de Campinas e assentamentos selecionados

2000

Categorias sócio-ocupacionais	Campinas	Amarais	COHAB V Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Empresários, executivos e profissionais	18,7	2,2	3,2	3,9	3,9	5,9
Trab formais técnicos e do comércio	19,8	16,1	12,4	13,7	11,1	19,2
Trab informais técnicos e do comércio	6,7	7,3	5,6	6,5	5,3	7,5
Trab formais de serviços básicos	5,8	7,2	7,5	5,1	5,9	5,1
Trab informais de serviços básicos	32,6	46,6	50,2	44,8	47,1	40,7
Desempr. na semana de referência	16,3	20,7	21,1	26,1	26,7	21,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP.

51 O trabalho de tabulação dos dados das categorias sócio-ocupacionais por Setores Censitários foi previamente elaborado por Marcelo Tavares no âmbito do projeto "Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-Demográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos", NEPO/UNICAMP.

II.3 Algumas impressões e considerações sobre os locais em estudo.

A título de resgatar as impressões registradas durante as visitas aos locais de estudo, seguem alguns comentários relativos aos aspectos espaciais e sociais observados durante as entrevistas.

Entre todos os locais visitados na AR Norte, sem dúvida a região do Complexo dos Amarais é a de aparência mais caótica. Não pelo fato de apresentar maior precariedade, mas por ser claramente um assentamento dividido em inúmeras faces diferentes. Os quarteirões se misturam, com áreas plenamente consolidadas, de boa qualidade urbanística e, logo adiante, nos deparamos com áreas de total abandono, onde corre esgoto a céu aberto, com casas de madeira, totalmente frágeis do ponto de vista construtivo. Não há separação entre essas diversas realidades, na verdade parecem ser conviventes e complementares, fato que sugere uma certa invisibilidade deste contraste para a população local. De tanto transitar entre as contradições do bairro, estas acabam se tornando parte da paisagem.

Não podemos nos esquecer de que em função da industrialização crescente da época que data o início de sua formação, a região atraiu uma população trabalhadora, que deu ao bairro caráter estritamente proletário (SANTOS, 2005, p.80). Contudo, seja no bairro consolidado (e regularizado) ou na favela, o baixo poder aquisitivo da população em geral se reflete na baixa qualidade construtiva das habitações, dificultando a identificação visual entre essas duas realidades.

Devido à falta de investimentos públicos que contemplassem a questão habitacional, bem como o elevado custo da terra urbanizada, a população local passou a ocupar de forma espontânea e irregular as áreas inicialmente destinadas às praças e equipamentos de lazer (segundo o loteamento original do bairro), conformando uma mistura do legal e ilegal; isto é, morador do bairro e morador da favela. Neste sentido, nos remetemos à Cunha e Oliveira:

“...sabe-se que aí se concentra boa parte da população de mais baixa renda e com piores condições de vida, incluindo grandes favelas, como é o caso de São Marcos e Santa Mônica na área noroeste” (CUNHA e OLIVEIRA, 2001, p.363).

Os resultados das pesquisas acerca do local de residência anterior, apresentado neste trabalho mostram que nos Amarais, em 2000, os recenseados declararam como principal local de deslocamento anterior “outros municípios do Estado de São Paulo” (32%), seguidos pelo Nordeste do país (15,7%) e Região Metropolitana de São Paulo. Verificamos também um percentual relativamente alto de moradores advindos da porção Sudoeste da própria Região Metropolitana de Campinas⁵² (10,3%).

Os Estados de Minas Gerais e Paraná aparecem com 8,7% e 5,5% - respectivamente. Isto nos leva a inferir que, passadas quase quatro décadas do início de sua ocupação, atualmente a área apresenta mudanças quanto à população atraída para o local (quando comparada com os primeiros momentos de sua ocupação), já que anteriormente estes estados eram os principais locais de origem da população ali residente, segundo dados da Coordenadoria de Habitação Norte.

Em visita ao Complexo de Favelas dos Amarais tivemos a oportunidade de entrevistar B.R.S., moradora do local há mais de 30 anos, líder ativa da comunidade.

Natural de Porecatu - PR, veio para Campinas com a família no início dos anos 70. A cidade foi escolhida porque já haviam parentes morando aqui, mais especificamente na favela do Santa Mônica. Depois de algum tempo morando na casa de parentes a família de B.R.S. se mudou para outro local da vizinhança, num barraco alugado na favela do São Marcos.

Como foi observado no decorrer deste trabalho, o relato das trajetórias descritas na cidade é bastante comum: as famílias chegam, moram com parentes, depois passam a pagar aluguel e num terceiro momento tomam parte em movimentos de ocupação. Ou seja, o papel das redes sociais e a fuga dos aluguéis das áreas mais valorizadas da cidade parecem se constituir em elementos freqüentes na história daquelas pessoas, particularmente as de mais baixo rendimento, que chegam à cidade.

Outro elemento importante nesse processo parece ser a busca de lugares – em geral públicos - que permitam gerar expectativas de uma permanência mais duradoura. No caso da nossa entrevistada temos novamente esses elementos: cansados de pagar por moradia precária, ela e a família resolveram ocupar uma área vizinha e construir um barraco próprio. Contudo, por se tratar de uma área do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), em poucos dias foram desalojados através de uma ação de reintegração de posse. Mudaram-se então para um outro local, "... a 100 metros

adiante, na 17...”, de propriedade da prefeitura, com a intenção de negociar sua permanência posteriormente.

Da mesma forma, a organização comunitária surge como elemento a ser considerado. A relação da entrevistada com o local onde mora é bastante antiga: em 1976, como pretendia se casar, “...com 04 cabos de vassoura e um rolo de barbante...” fez a demarcação do seu lote. A partir daí, outras famílias se dirigiram ao local. Formou-se, assim, uma comissão de moradores. Aos poucos foram abertas ruas, sendo adensado o local. Apesar do contínuo processo de ocupação deste espaço, era vigente a precariedade urbanística e o descaso da prefeitura municipal para com seus moradores. Apenas no início dos anos 90, no segundo mandato do prefeito Magalhães Teixeira PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), a comissão de moradores locais teve voz junto às autoridades⁵³.

Alguns fatos pitorescos foram relatados, e ilustram bem a relação de cumplicidade desenvolvida entre os moradores e as instituições públicas que eventualmente trabalhavam no local na época: “... a luz pro baile do meu casamento foi puxada da obra da Sanasa, o engenheiro que emprestou...”

Como liderança ativa no bairro, B.R.S. tem sua versão dos fatos relacionados ao histórico do local e à luta da comunidade pela regularização. Segundo a entrevistada, foi já a partir dos primeiros contatos com a esfera política municipal (feitos no início da década de 1990) que a comissão de moradores percebeu sua força para negociar benefícios para o local junto aos políticos. Como se percebe, a força do capital

social⁵⁴ desenvolvido por essa comunidade pode ter sido importante na sua constituição e consolidação, permanecendo atuante até hoje.

Tudo nos leva a crer que os moradores desta área perceberam que com um grupo organizado numa associação de moradores teriam, talvez, sua única oportunidade de conquista de melhores condições urbanísticas para o bairro. Depois de vários anos de luta, em 1995, o Prefeito Magalhães Teixeira assinou a desafetação do local, dando início ao processo de regularização. Passados doze anos, atualmente o processo já foi finalizado em algumas áreas e, em outras, ainda tramita.

B.R.S. ainda não teve sua moradia regularizada pela Concessão Real de Uso⁵⁵. Segundo suas palavras, mais do que um documento de propriedade, ter um endereço de correspondência (após mais de 30 anos de residência no local) já seria um ganho considerável.

Em seu depoimento, a moradora coloca uma questão que vai ao encontro de um dos pontos abordados em nossa pesquisa: a relação entre o mercado imobiliário de moradias e os terrenos irregulares.

“...uma coisa na vizinhança que incomoda é a presença dos vários especuladores, proprietários de casas de aluguel e até os próprios inquilinos. Incomodam porque não colaboram com nada, não tomam parte na nossa luta. Os proprietários porque só visam o lucro fácil e os que alugam porque estão ali de passagem. Vão lutar pelo que não é deles?”.

53 Tal declaração encontra respaldo nos estudos de Warren, Thompson e Saegert sobre as três esferas de atuação do capital social, sendo o *link* da comunidade com o poder público a terceira. Maiores informações consultar: Warren, Thompson e Saegert, 2001.

54 Para maiores detalhes sobre as possibilidades da atuação do capital social em comunidades carentes consultar: Saegert; Thompson e Warren, 2001.

55 Concessão Real de Uso é o documento outorgado aos moradores após o término do processo de Regularização Fundiária em áreas públicas.

A hipótese levantada sobre a possível ocorrência de co-habitação na composição familiar do Complexo de Favelas dos Amarais encontra respaldo nas demais investigações que foram feitas acerca de outros aspectos sócio-demográficos da população (apresentados na seção anterior) e também no depoimento de um funcionário da Coordenadoria de Habitação da AR Norte:

“Em locais mais consolidados, como o São Marcos, por exemplo, as relações familiares já são mais perceptíveis, possivelmente porque com o tempo essa rede já se formou no local, as famílias já estão em sua segunda e terceira gerações, muitas vezes co-habitando.”

Porém, ainda no seu depoimento, fica clara a existência de dois tipos familiares diferentes, na mesma área: um, que habita as áreas mais consolidadas e urbanizadas, mais “antigo” no local e melhor instalado; e outro, que se apropriou das áreas remanescentes, disponíveis e precárias (porém mais próximas da possibilidade de inserção no mercado de trabalho do que a periferia distante, igualmente disponível e precária):

“Nas ocupações, por serem formações mais recentes, observa-se predominância de casais em seu início de vida, na formação da própria família - com filhos pequenos ou mesmo sem crianças -, também pessoas solteiras. São menores os vínculos familiares e o capital social, estão ali por eles mesmos, indicação de conhecidos, porque ouviram falar...”

Os dados levantados vêm corroborar a hipótese de co-habitação, podemos citar que a área apresenta o maior índice de adensamento domiciliar dentre as AP's em estudo, alto percentual de famílias extensas (10%) e famílias extensas sem cônjuge (9,2%) e que 75,5% dos responsáveis pela família não fazem parte do grupo de

peças residentes em Campinas há menos de 10 anos (considerados migrantes, de acordo com critério adotado).

Conjunto Habitacional COHAB Vida Nova e Área de Ocupação Vila Vitória.

No período de entrevistas aos locais estudados foi possível constatar que, embora vivenciem situações diferenciadas no que diz respeito à legalidade de suas habitações, o aspecto geral dessas duas áreas pouco difere entre si.

O Loteamento COHAB Vida Nova é bastante grande e, por ter sido entregue em duas etapas, seus moradores nomearam de *Vida Nova 1* a área mais próxima à pista asfaltada. É nesta área também que existe um terminal de transporte urbanos e uma espécie de centro comercial local, bastante diversificado em termos de oferta de produtos.

Nessa primeira etapa o padrão construtivo das casas é aparentemente superior em comparação com as habitações existentes nas quadras posteriores. Também se mostram em melhores condições outros aspectos urbanísticos, como as ruas e calçadas (que embora sejam de terra batida, apresentavam boas condições de uso) e iluminação pública.

Foi feita uma entrevista com uma moradora da primeira quadra do *Vida Nova 1* (considerada área nobre local). M. H., 57 anos, dona-de-casa, cinco filhos, foi uma das primeiras moradoras do bairro. É natural de Diamantina - SP. Chegou a Campinas com os pais e irmãos em 1970, em busca de emprego e melhores condições de vida. Assim como a maioria dos outros entrevistados, percorreu uma série de bairros dentro do município, até ocorrer o reassentamento no Vida Nova.

A primeira moradia foi em casa de parentes, nos Campos Elíseos (região Sudoeste de Campinas). Depois mudaram-se para uma casa alugada no mesmo bairro. Segundo seu relato, a dificuldade de pagar o aluguel foi o maior motivo para o início da busca por habitação própria. Contudo, não encontrando meios de realizar essa busca através de vias “normais”, passaram a integrar movimentos de ocupação irregular.

E assim em 1989, ocupou junto com um grupo de pessoas, uma área chamada Tancredo Neves (ocupação em área de risco, no bairro São Pedro de Viracopos); de onde foi removida para o Vida Nova.

Como a maioria dos entrevistados, afirma que morar em áreas de ocupação é muito difícil, e só mesmo a necessidade de um teto e a falta de opções melhores mantém os moradores no local.

Sua percepção do bairro é bastante positiva, considera a localização boa, com serviços de transporte, saúde e educação próximos e de boa qualidade; além disso seus filhos e netos moram próximos. Nesse caso, fica evidente um outro elemento importante com relação às conseqüências das distintas formas de assentamentos na cidade: a manutenção ou o esgarçamento do capital social relacionado ao convívio ou proximidade com familiares. Nesse caso, o impacto parece ter sido favorável.

No entanto, essa situação pode ser distinta, principalmente se considerarmos outras situações, como no caso de uma entrevista realizada dentro do mesmo bairro, porém na gleba posterior, mais distante do asfalto, chamada *Vida Nova 2*:

L. T., 38 anos, empregada doméstica, quatro filhos, é do interior do Ceará. Veio para São Paulo há treze anos, com o marido e dois filhos pequenos. Morou um ano em

Leme - SP, trabalhando no corte de cana-de-açúcar, até que se mudaram para Campinas. Sua trajetória na cidade também conta com muitas mudanças de endereço: de uma pensão no centro da cidade para uma casa de fundos na Vila Industrial (bairro próximo do centro, onde pagavam aluguel), até irem morar numa ocupação no Jardim Ipaussurama (Noroeste de Campinas), e de lá serem removidos pela COHAB para o Vida Nova.

Através do PSH (Programa de Subsídio Habitacional) quitaram o pagamento do lote há aproximadamente um ano. Para ela, morar pela primeira vez no que é seu significa muito: tranquilidade para ela e para os filhos, nos seus dizeres.

Pelo fato de ter a família morando longe considera seus vizinhos como parentes. Segundo sua percepção:

“... o bairro é muito bom e tem de tudo perto. Não mudaria daqui por motivo nenhum, a não ser que pudesse voltar para o Ceará, de lá eu tenho saudade”.

Assim, neste caso, o capital social parece ter que ser reconstruído lenta e gradualmente a partir da convivência com vizinhos e membros da comunidade - o que provavelmente faz com que o tempo de residência seja uma variável importante para que as pessoas e famílias adquiram ou reconstruam este tipo de ativo.

Por se tratar de famílias residentes anteriormente em áreas de risco e que foram ali reassentadas, podemos dizer que, apesar de promovido por iniciativa institucional, o assentamento em questão não atendeu a uma população com

características específicas – fator que comumente é necessário para o acesso à programas habitacionais⁵⁶.

Tudo isso contribui para explicar o fato de que, apesar de estarem em situação legalmente diferentes, os moradores da COHAB Vida Nova e os moradores da ocupação Vila Vitória não apresentem grandes distinções entre si, ao menos no que se refere aos aspectos sócio-demográficos (como visto anteriormente). Assim, é possível que ambos, em algum momento, tenham usado a estratégia de ocupação espontânea para solucionar seu problema relativo à habitação.

De fato, a diferença entre eles é mesmo o fato de que, enquanto os primeiros foram removidos do local de residência anterior e reassentados por um órgão institucional, os segundos ainda encontram-se em situação irregular.

É necessário esclarecermos que, sendo uma área de ocupação em propriedade particular, a Vila Vitória não faz parte do processo de regularização fundiária. Está em processo de regularização junto à prefeitura, porém possui irregularidades que dificultam a aprovação definitiva, sendo uma delas o grande adensamento populacional da região, além de não apresentar áreas de uso comum - como é previsto pela legislação.

Durante a visita à ocupação Vila Vitória, ao entrevistarmos um morador, ficou perceptível a atuação de pessoas na comercialização tais áreas.

⁵⁶ Exemplos desses fatores seriam: comprovação de renda mensal e tempo de residência mínimo no município. É importante lembrarmos que tais exigências acabam por excluir destes programas famílias mais carentes e recém-chegadas (como os migrantes recentes).

A.F.P, 75 anos, lavrador aposentado, dezesseis filhos, é natural de Vitória da Conquista - BA. Em sua trajetória fora do estado de origem percorreu vários outros estados brasileiros (Mato Grosso do Sul, Paraná) até chegar em Campinas, a convite das filhas.

Uma vez dentro de Campinas, também percorreu inúmeros bairros (dentre eles Campos Elíseos, Ouro Verde) na casa de parentes, até “comprar” um terreno no Recanto do Sol 2 (região Sudoeste de Campinas), que na época se tratava de uma ocupação em área pública: “... quem me vendeu foi um moço que trabalhava lá dentro da prefeitura...”. A. F. P., por sua vez, vendeu o tal terreno, e, depois de algum tempo morando na Bahia, em 1996 voltou para Campinas - ocupando um lote no Vila Vitória, vizinho à duas de suas filhas, que, como ele, ainda estão quitando o imóvel.

Tal qual no Loteamento COHAB Vida Nova, na Vila Vitória é observada a mesma situação, isto é: grande parte dos residentes declararam estar adquirindo a casa própria. Assim, a partir destas informações (aliadas às análises realizadas com os dados sócio-demográficos) podemos inferir que tal situação seja indício que ambas as áreas sejam compostas, em sua maioria, por famílias em fases iniciais ou intermediárias de seu ciclo vital.

De fato, os dados apresentados anteriormente, revelam que ambas são bastante semelhantes no que se refere às características de renda, escolaridade e inserção no mercado de trabalho, havendo poucos desvios entre os aspectos pesquisados. É na composição etária das populações que surgem as maiores heterogeneidades entre essas áreas, embora o aspecto dilatado das faixas etárias

intermediárias nas Pirâmides Etárias⁵⁷ seja indicativo (em ambos os casos) da influência de fluxos migratórios, predominando casais mais jovens na Ocupação Vila Vitória.

A situação de A.L.P., 25 anos, dona-de-casa, dois filhos, residente em área de remoção do Vila Vitória, confirma essa inferência: mesmo ela própria não sendo migrante (é natural de Campinas), seu marido (responsável pelo domicílio) é nascido em Ribeirão Preto (reside em Campinas há oito anos). Este fato acaba por classificar sua família como migrante.

Em termos mais detalhados, podemos colocar ainda que esta família mora há sete anos na atual casa, aguardando providências por parte da prefeitura. Ainda que em fase inicial do seu ciclo de vida, já é a segunda área de ocupação onde residem – moraram durante o primeiro ano de casamento numa ocupação chamada Jardim Rosalina, na região dos DIC's⁵⁸ - de onde saíram porque queriam construir uma casa. Como não tinham recursos financeiros, trocaram o lote que ocupavam por essa casa na beira do córrego no Vila Vitória.

Também se percebe na fala de A. L. P. o esgarçamento de suas redes sociais devido à mudança de bairro: seus parentes ficaram no Jardim Rosalina . De acordo com a entrevistada, no Vila Vitória a vizinhança é problemática e violenta, assim ela prefere manter uma relação distanciada, a fim de evitar problemas.

57 As Pirâmides Etárias constam no Capítulo 3.

58 São conhecidos por DIC's os Distritos Industriais de Campinas, que apesar do nome, também são bairros residenciais e se localizam na região Sul de Campinas.

Diferentemente dos demais depoimentos, sua visão acerca do local onde mora é bastante negativa: "...Posto de saúde tem, mas eu uso do Capivari, porque aqui quase não tem médico".

Seu maior sonho é sair dessa casa, mudando para qualquer outro lugar, onde tenha documentação. Entretanto, de acordo com sua experiência neste sentido, relata que para vendê-la será necessário fazer algumas reformas – o que, no momento, não será possível, dada a falta de recursos financeiros para isso.

A declaração de A. L. P. evidencia o mercado ativo de compra e venda dos imóveis irregulares. Aliás, durante as visitas a todos os assentamentos foi notória a quantidade de placas oferecendo imóveis para venda - inclusive em condições tão precárias (ou mais) que a casa de A.L.P. Tudo isso nos leva a refletir acerca das condições sócio-econômicas e demográficas de seus futuros proprietários.

Um outro aspecto apreendido durante a visita ao local foi a existência de certa "valorização imobiliária" na área. Enquanto a região do "Vida Nova 1" é considerada área nobre (e tal aspecto é percebido na própria condição dos imóveis do local), quanto mais distante do asfalto piores são as condições deste espaço; tanto no que se refere ao padrão construtivo dos imóveis (e conseqüentemente econômico de seus moradores) quanto nas condições de infra-estrutura urbana e comércio local.

Na ocupação Vila Vitória, a despeito de sua condição fundiária irregular, repete-se o mesmo esquema de distribuição sócio-espacial. Os imóveis próximos à pista (seus equipamentos e benesses) apresentam condições menos precariedade. Já no trajeto que vai deste ponto até a beira do córrego local – onde mora a entrevistada A.L. P. – o

aspecto geral do local decaí consideravelmente. Da mesma forma, nestes locais pudemos verificar que os relatos dos moradores sobre a satisfação acerca do local onde moram não são tão animadores.

Loteamentos Populares Região do Aeroporto

Embora os dados acerca da condição de propriedade de domicílios e terrenos indiquem situação mais favorável aos residentes deste assentamento - visto que 95% dos terrenos e 77,5% dos domicílios foram declarados próprios, e em seu histórico se destaque a forma regular de ocupação - os demais dados sócio-demográficos contribuem na construção de um outro panorama acerca deste local, conformando um quadro caracterizado como uma periferia bastante distante do centro da cidade (a mais afastada entre todas em estudo) inserida numa das regiões campineiras mais carentes.

Os dados sobre existência de identificação nos domicílios, calçamento e pavimentação de ruas e iluminação pública (Tabelas 8, 9 e 10), e principalmente, nossa visita ao local, confirmam mais uma vez que, na realidade, em Campinas o aspecto urbanístico e habitacional não muda de acordo com a situação fundiária, ao menos quando se trata de áreas periféricas e empobrecidas. O que se vê são, tanto em um caso, como em outro, ruas e calçadas (quando estas são demarcadas) em condições precárias, esgoto doméstico que corre à céu aberto por falta de ligação com a rede geral, ausência de iluminação pública.

Como será visto, as análises da composição da população indicam proporção de homens e mulheres bastante equilibrada, no que se refere ao total de moradores. Contudo entre as áreas em estudo é a Região do Aeroporto que apresenta o maior

percentual de homens responsáveis pelo domicílio (83,4%), indicando a presença expressiva de casais na composição da população. De fato, a distribuição das categorias familiares, assim como das Pirâmides Etárias, analisadas no Capítulo 3, confirmam essa inferência. No caso das categorias familiares, percebe-se que essa região tinha o maior percentual de casais com filhos (58,6%), e baixo percentual de indivíduos sós.

Os responsáveis por domicílio apresentavam a mais baixa média de idade entre as áreas selecionadas para estudo, e era alto o percentual de responsáveis pela família que moravam há menos de 10 anos no município - isto é, que faziam parte do grupo de migrantes.

Somando as informações dos questionários do universo e amostra, traçamos um perfil predominante das famílias residentes na Região do Aeroporto: migrantes jovens, com filhos pequenos (pirâmide de base larga), baixa renda (renda domiciliar per capita mensal de 0,64 Salários Mínimos) e dificuldade de inserção no mercado de trabalho - visto que cerca de 26% dos responsáveis estavam desempregados e 45% trabalhando na informalidade no período de referência do Censo 2.000.

Área de Ocupação Complexo Parque Oziel

A visita ao Complexo Parque Oziel foi bastante importante no sentido de trazer uma perspectiva diferente em relação ao local, que sofre um estigma de região extremamente violenta, na qual nem mesmo a polícia tem permissão para entrar. Mas, para mais do que isso, o Complexo Parque Oziel se mostrou um local de características bastante diversas das demais áreas de ocupação visitadas.

A impressão causada foi a de que o local reproduz, ao seu modo, os moldes de uma cidade contemporânea, onde as atividades econômicas e sociais têm locais determinados para acontecerem, e a população se divide espacialmente em classes, ocupando locais reservados aos mais e aos menos favorecidos economicamente.

Tal constatação encontra respaldo em estudos feitos acerca da heterogeneidade sócio-espacial de favelas no Rio de Janeiro.

“Pesquisas e trabalhos de campo ao longo de muitos anos em uma mesma favela (Medina e Valladares, 1968; Valladares 1968, 1977, 1991) sugerem, ainda que nas grandes favelas as diferenças internas são muito importantes (haveria praticamente bairros e favelas dentro de uma mesma favela). Verifica-se nesses espaços cariocas uma enorme evolução no ambiente construído (que mal ou bem vem sendo equipado), na qualidade das construções e das habitações, no desenvolvimento da atividade comercial e dos serviços especializados, no mercado imobiliário (tanto de venda como de aluguel). Tudo faz crer que a representação tradicional e a imagem consagrada da favela devam ser revistas e atualizadas” (PRETECEILLE e VALLADARES, 2000, p.376).

Segundo relato de F. C. 32 anos, advogado, que trabalha no local como voluntário de uma ONG no P.A.F. (Programa de Ação para o Futuro - centro comunitário onde são ministrados cursos de informática, línguas, aulas de reforço escolar etc.), o assentamento se divide em três classes sociais distintas: “...Os que têm uma situação financeira melhor moram no Monte Cristo, são os ricos do local; a classe média fica aqui no Oziel e os pobres na Gleba B”.

Sob muitos aspectos o Complexo Parque Oziel apresenta peculiaridades: o comércio local é bastante diversificado, e até mesmo sofisticado quando comparado aos outros locais em estudo – para exemplificar essa sofisticação citaríamos uma loja de produtos usados, na qual observamos uma enorme variedade de itens, de berços a computadores. Além disso, está em funcionamento uma faculdade de pedagogia dentro do assentamento, sendo também notória a sua visibilidade diante da sociedade civil e acadêmica que o torna (segundo relato da agente municipal que nos acompanhou durante a visita) um 'laboratório' de estudos: "... muita gente vem até aqui estudar, pesquisar, não só alunos e professores da região, mas até de fora do país".

Embora sejam muitas as diferenças positivas em relação às demais ocupações - em muito, desenvolvidas a partir da ampla visibilidade do local por parte da sociedade e do próprio poder público -, a precariedade é percebida em aspectos que são comuns em assentamentos deste tipo: falta de ligação de esgoto doméstico, que corre pelas ruas; péssima condição das ruas, de terra batida; qualidade construtiva das casas (principalmente na Gleba B), sendo muitas de madeira e papelão e construídas em áreas sujeitas a deslizamento e enchentes.

Em visita realizada à Coordenadoria de Habitação da Região Sul, em 21/11/06, um funcionário responsável pela área relatou:

"Há uns 10 anos, quando começaram os primeiros movimentos na região, os ocupantes eram moradores da praça do Lago 2 (bairro regular existente na área ocupada), que é uma área de risco, sujeita a inundações por estar na beira do Córrego Taubaté".

Todavia, passados dez anos de ocupação, tornando-se símbolo expressivo da luta das camadas mais empobrecidas pela conquista de moradia digna, Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B parecem ter um longo caminho a percorrer a fim de chegar a equidade com os bairros vizinhos, legalizados e consolidados no tecido urbano, isso mesmo tendo sido iniciado o processo de regularização dos imóveis deste complexo - intermediado pela Prefeitura Municipal.

Por fim, resta-nos registrar que os dados acerca da média de renda e escolaridade dos responsáveis pelos domicílios do Complexo do Parque Oziel demonstram bastante semelhança com as outras áreas de ocupação em estudo (Vila Vitória e Pe. Josimo).

Conjunto Habitacional Cohab Vila Esperança.

Em visita ao local, entrevistamos R.A.B., líder comunitária, nascida em São José do Rio Preto - SP. Chegou em Campinas ainda criança, no início da década de 1960, se instalando com a família na Favela do Santa Mônica, até ocupar espontaneamente uma casa da COHAB Vila Esperança.

No ano de 2000, a construtora responsável pela edificação de uma etapa das moradias no local não concluiu a obra. R. A. B., cansada de ver as casas quase prontas vazias, saqueadas continuamente, sem haver nenhuma providência das autoridades, decidiu organizar um movimento de ocupação do local. Foi assim que liderou 120 famílias das áreas adjacentes. Tratavam-se de pessoas que pagavam aluguel em casas

ainda mais precárias do que os embriões inacabados do Vila Esperança⁵⁹. Em pouco tempo todas as casas foram invadidas, sendo que as famílias com filhos tiveram prioridade nesse processo de ocupação.

Segundo R. A. B., foram feitos “gatos” para água e luz. Além disso, as famílias usaram o que puderam para cobrir e fechar as casas e lá ficaram por dois anos, sem que a prefeitura nem a COHAB se manifestassem a respeito.

Apenas em 2002, como representante do movimento de ocupação, a entrevistada iniciou as negociações junto à COHAB para a legalização da situação das famílias assentadas. Segundo seu depoimento, o principal motivo para o movimento de ocupação era a necessidade de habitar: “..falei prá ele.. a gente tá lá por que tá precisando, não tá negociando nem vendendo...”

Depois de alguns anos de trâmite, finalmente as famílias tiveram sua situação de moradores oficializada, e passaram a pagar pelas casas que ocuparam. Os custos mensais atualmente perfazem: R\$ 58,00 para a COHAB, R\$ 24,00 para o pedreiro financiado pela FUNDAP e R\$ 11,60 para o seguro (que cobre os custos da casa em situações como desemprego, invalidez e morte).

De acordo a percepção da entrevistada, o bairro é bom, porém o que há de melhor ali são os seus parentes e sua condição de proprietária:

“...O bairro é bem localizado, principalmente se comparado com outras periferias da cidade; o transporte é ruim - passa ônibus só de hora em hora - , faltam profissionais de saúde, principalmente médicos, os funcionários do posto são despreparados. Escola Municipal ainda não tem, a creche só comporta 50 crianças por período.”

59 É interessante ressaltar que, de acordo com os relatos coletados, naquele momento tais casas inacabadas não tinham cobertura, portas, janelas, nem qualquer tipo de acabamento; porém, possuíam a distinção de serem feitas em alvenaria.

“...ter moradia própria hoje em dia é ter tudo na vida, significa não ter todo mês alguém vindo pegar o aluguel. Quando a gente consegue chegar (ter casa própria), e devido as dificuldades que enfrentou, tudo mais parece ser melhor do que é”.

Como se percebe, na opinião da entrevistada, apesar de ainda prevalecer muita precariedade onde vive, a situação parece ser bem melhor se comparada com aquela vigente no lugar onde residia antes da mudança.

Um outro aspecto bastante presente nos seus relatos demonstra a força do capital social desenvolvido no local. Segundo a entrevistada esta força se deve, em grande parte, ao processo de remoção no Vila Esperança reunir famílias moradoras em áreas vizinhas, portanto, eram, em muitos casos, já conhecidos e com certa identidade em comum.

Também, o fato de ser antiga moradora da favela do Sta. Mônica (onde a entrevistada tem muitos parentes e amigos) indica a força desse capital social como ativo importante na vida de R. A. B., Inclusive, de acordo com seu próprio relato, foi exatamente este fato que motivou mais fortemente seu engajamento no movimento de ocupação da área. Essa atuação parece até ter dado um novo sentido à sua vida, e hoje a entrevistada se dedica à luta pela causa da moradia popular como um todo -, tanto no bairro onde mora, quanto em esferas maiores. Ainda, coordena as atividades de uma ONG que ensina esportes a 200 crianças e adolescentes locais (“Bola pra Frente”), é conselheira do Orçamento Participativo de Campinas e faz parte do conselho da União da Moradia Popular e da UBM – União Brasileira das Mulheres.

Para finalizar este item, podemos mencionar que os dados sobre renda revelam que a população em questão é a que tem o menor rendimento entre todas as pesquisadas -, o que corrobora a idéia de que, apesar de ser um assentamento constituído por vias institucionais, o acesso às moradias não foi feito por iniciativa própria (através de cadastramento na COHAB, como ocorreu no Conjunto Habitacional Pe. Anchieta), mas, de forma externa, em decorrência de remoção do local onde residiam anteriormente, fato que justifica tal situação sócio-econômica.

Conjunto Habitacional COHAB Padre Anchieta e Área de Ocupação Padre Josimo.

Em visita ao local fica evidente que, embora seja uma área projetada e construída por instituição pública, o bairro cresceu e ganhou características diferentes ao longo dos vinte e sete anos que se passaram desde seu início.

Ou seja, é bastante clara a intervenção dos moradores nas residências - o que, de certa forma, torna a paisagem urbana mais "viva", pois descaracterizou-se o aspecto de conjunto habitacional padronizado e impessoal.

Em relação aos equipamentos públicos, sendo um bairro bastante consolidado, o Pe. Anchieta possui: Teatro, centro Comunitário, Delegacia de Polícia, Posto de Saúde. Por estar localizado num distrito do município de Campinas, abriga também a sede da sub-prefeitura. Também estão presentes na totalidade da área visitada aspectos como calçamento e asfalto, iluminação pública e identificação nos domicílios. Estes fatores contribuem para distinguir de forma expressiva esta área da COHAB dos demais assentamentos que visitamos.

Entrevistamos uma antiga moradora local, que foi contemplada com sua casa no primeiro sorteio realizado. S.F, 60 anos, cozinheira aposentada, é natural de Promissão - SP, ainda pequena migrou com a família para o Paraná, a fim de trabalhar na lavoura. Quando contava com aproximadamente doze anos, mudaram-se do sítio para que tivessem acesso a melhores estudos e perspectivas de emprego. E assim, chegou à Campinas no final da década de 1950.

Sua descrição da trajetória familiar na cidade dá idéia da forma como os bairros que hoje são consolidados e centrais na malha urbana, já foram, no passado, considerados lugares mais afastados, destino de migrantes recentes na cidade.

A família morou numa pensão no centro, depois alugaram casa na Vila Teixeira (área bastante próxima ao centro); poucos meses depois deram entrada no pagamento de uma casa no Bairro Bonfim (que segundo a entrevistada, naquela época era tido como região periférica da cidade).

Os pais trabalharam como feirantes por mais de dez anos, até que, por desejo de mudarem de profissão, alugaram a casa do Bonfim e se mudaram para uma casa alugada no Taquaral (bairro mais nobre ao Norte do município), onde tinham também uma mercearia. Ali permaneceram até que S.F. casou-se, em 1970, e foi morar com o marido na casa do sogro, novamente no bairro Bonfim. P; por motivos diversos mudou várias vezes de endereço, até que fez a inscrição na COHAB e, meses depois, em maio de 1980, foi contemplada com sua casa própria, na qual mora até os dias atuais.

Segundo sua percepção, sob todos os aspectos, o bairro é muito bom para se morar: infra-estrutura, serviços, rede de transportes e vizinhança.

Comparando tais impressões acerca do Conjunto Habitacional Pe. Anchieta com os demais assentamentos estudados e visitados, podemos afirmar que (sobretudo no que diz respeito aos dados referentes à situação sócio-econômica e demográfica) com os demais assentamentos estudados e visitados percebe-se que a diferença em todos os aspectos é bastante clara. Tudo isso contribui, portanto, para corroborar nossa hipótese de que o perfil sócio-demográfico pode ter relação com a forma de ocupação do espaço urbano, principalmente pelas camadas de mais baixa renda.

Portanto, podemos concluir que, talvez, sua população apresente condições sociais e econômicas mais favoráveis do que as demais áreas por nós estudadas, exatamente por se tratar de um conjunto habitacional entregue há quase trinta anos, no qual o acesso da população se deu foi por meio de apresentação de documentação e inscrição em cadastro, era esperado que sua população apresentasse condições sociais e econômicas mais favoráveis do que as demais.

III. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DOS ASSENTAMENTOS ESCOLHIDOS: OS DIFERENTES PERFIS DAS POPULAÇÕES RESIDENTES E AS DIFERENTES FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

Este capítulo aborda os principais aspectos demográficos das populações residentes nos assentamentos selecionados, a fim de apreendermos sua dinâmica demográfica e uma possível relação desta com as formas distintas de ocupação dos espaços selecionados. Para tanto, foram tabulados os seguintes indicadores demográficos (tanto para todo o município, como para os assentamentos selecionados): taxa de crescimento da população, idade e sexo do responsável pelo domicílio, fecundidade, composição etária da população, arranjos familiares e condição migratória (tempo de residência no município e local de residência anterior).

Analisando as taxas de crescimento da população entre 1991 a 2000 (Tabela 16) podemos perceber que é notória a magnitude da expansão da ocupação populacional observada no município durante a década de 1990. Todavia, a tabela demonstra também que esta se deu de forma bastante pontual e concentrada em áreas específicas da cidade. De fato, as áreas em estudo mais antigas e consolidadas (Amarais e COHAB Pe. Anchieta) apresentaram valores negativos de crescimento populacional, fato que se explica, em grande medida, por estas já se encontrarem bastante adensadas no período, não havendo muitos lotes disponíveis que permitissem a expansão populacional. Além disso, o maior tempo de existência do assentamento certamente implica um número considerável de famílias residentes em etapas mais avançadas do seu ciclo vital que, portanto, não apenas deixam de apresentar um

componente importante do crescimento demográfico (ou seja, os nascimentos), mas também podem ser mais propensas a experimentar a fragmentação do núcleo doméstico, o que implicaria, por sua vez, a diminuição do tamanho das mesmas, em função da saída dos filhos.

Os demais assentamentos cresceram em números surpreendentemente altos, principalmente se comparados à taxa média municipal. Contudo, é importante esclarecer que as taxas se referem a populações inicialmente pequenas.

Também cabe frisar que, nos assentamentos onde foram observadas as maiores taxas de crescimento da população, a ocupação se deu em períodos de tempo mais curtos do que os nove anos calculados⁶⁰. Isso implica que, na realidade, o crescimento populacional nestes locais seria, de fato, ainda mais expressivo do que os demonstrados pelas taxas calculadas no Censo⁶¹.

Em relação à idade do responsável pelo domicílio, a Tabela 16 nos indica algumas confirmações de hipóteses acerca do perfil etário vigente nos assentamentos: uma população mais envelhecida na área mais antiga e melhor equipada, a COHAB Pe. Anchieta. Tais condições, em particular por se tratar de um assentamento “institucionalizado”, certamente implicariam uma maior fixação da população no local. O mesmo pode ser inferido a respeito da população dos Amarais, muito embora tal assentamento apresente aspectos muito diferentes em relação à infra-estrutura. Todavia, nesse caso específico, a fixação poderia ser justificada por outros aspectos,

60 Intervalo entre os dois Censos Demográficos por nós utilizados: 1991 e 2000.

61 Conforme relatado anteriormente o início da ocupação Vila Vitória data de 1992, COHAB Vida Nova 1996 e Parque Oziel 1997.

como o capital social - visto que há famílias que residem no local há mais de trinta anos, cujos filhos e netos permanecem morando no entorno, ou mesmo co-habitando⁶².

Tabela 16
Indicadores demográficos selecionados
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Áreas	População 2000	TC Pop 91 - 00 (%aa)	TFT f(i)	Idade responsável pelo domicílio (anos)	Razão de sexo (%)		Sexo do responsável pelo domicílio (%)		Migrantes		Naturais*** (%)
					H	M	H	M	Recentes* (%)	Gerais** (%)	
Campinas	968.582	2,0	1,6	39,7	48,7	51,3	74,8	25,2	18,2	33,9	47,9
Complexo de Favelas dos Amarais	12.990	-0,9	2,0	42,7	49,3	50,7	71,6	28,4	17,3	33,6	49,1
COHAB Vida Nova	8.677	116,5	2,7	38,6	49,4	50,6	81,2	18,8	25,6	31,7	42,7
Ocupação Vila Vitória	7.305	82,5		38,4	50,3	49,7	77,3	22,7			
Loteamentos Populares Aeroporto	4.432	63,6	2,1	41,7	50,0	50,0	82,6	17,4	31,9	28,3	39,8
Ocupação Parque Oziel	10.501	106,4	2,3	37,6	50,9	49,1	77,5	22,5	42,1	23,3	34,6
COHAB Vila Esperança	2.268	8,6	-	36,8	49,6	50,4	63,9	36,1	-	-	-
COHAB Pe. Anchieta	5.922	-1,5	1,6	48,8	47,9	52,1	70,1	29,9	14,6	34,7	50,7
Ocupação Pe. Josimo	802	8,6		43,0	50,4	52,1	68,3	31,7			

Fonte: FIBGE Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

* Migrantes recentes são os indivíduos com menos 10 anos de residência no município (ver Questões Técnicas e Metodológicas nos Anexos).

** Migrantes gerais são os indivíduos naturais ou não, com mais de 10 anos de residência no município.

*** É válido lembrar que se tratam dos naturais sempre moraram no município.

62 Uma análise mais detalhada sobre composição familiar será realizada logo adiante.

Contudo, a idade do responsável pelo domicílio ainda apresenta comportamentos aparentemente inesperados, como no caso da ocupação Pe. Josimo, que apresentou média etária bastante elevada para uma ocupação recente⁶³. Esse pode ser um indício de que, embora mais recente, esse assentamento seja o destino de famílias (ou ao menos responsáveis por elas) com maior tempo de residência em Campinas, e, portanto, com experiências prévias na cidade - caracterizando então o que chamamos de uma *migração de segunda etapa* no município. De fato, como pode ser visto mais adiante (Tabela 17), este assentamento aparece como o de maior proporção de migrantes com mais de dez anos de residência em Campinas (mais de 80%).

Os dados sobre a razão de sexo mostram que há bastante equilíbrio entre a população feminina e masculina nos assentamentos em estudo, exceto na COHAB Pe. Anchieta, onde a mulheres estão em maioria, mesmo se comparado com a média do município. Todavia, tal fato não causa necessariamente estranheza tendo em vista que se trata de uma área bem mais envelhecida, e como é tradicionalmente reconhecido, as populações mais velhas normalmente apresentam maior percentual feminino, fato que se relaciona à maior esperança de vida das mulheres.

Já em relação à responsabilidade pelo domicílio, observamos que três assentamentos apresentam números que diferem dos demais (ou seja, apresentam uma elevada proporção de mulheres responsáveis): COHAB Vila Esperança, a área de ocupação Pe Josimo e a COHAB Pe. Anchieta. De outro lado, os demais

63 Normalmente, espera-se que uma ocupação recente apresente em sua pirâmide etária maior presença de jovens, que ainda estão em fase inicial de seu ciclo vital, pois acredita-se que as pessoas de mais idade já tenham conseguido resolver a questão da habitação num momento anterior de suas vidas.

assentamentos apresentam percentual de responsáveis do sexo masculino acima da média municipal. De toda forma, é importante ressaltarmos aqui que, no que se refere a essa diferenciação entre a responsabilidade pelo domicílio, temos que considerar que fatores como a diversidade de características socioeconômicas e a impossibilidade de se fazer uma análise específica da composição familiar das áreas separadamente, nos deixa sem maiores possibilidades de levantar hipóteses que respondam de forma segura a essa constatação.

Ao menos no caso da COHAB Vila Esperança uma suposição é que esta situação tenha vínculo com a Lei Municipal nº 11.397 de 23/10/2002. Esta lei autoriza o poder executivo a instituir em empreendimentos habitacionais de interesse social implementados no município, cotas de participação para mulheres com responsabilidades de sustento da família. Embora a coleta dos dados tenha sido feita em 2000 (dois anos antes de promulgação da lei), já existia, segundo relato obtido em entrevistas junto às coordenadoras de habitação, no município o incentivo à preferência da mulher sobre a titularidade, independentemente de sua situação conjugal.

No caso da COHAB Pe. Anchieta, com base nos dados sócio-demográficos que foram por nós analisados, é possível inferir que, por ser uma população mais envelhecida, o maior número de mulheres responsáveis pelo domicílio seja decorrência de viuvez, como foi citado anteriormente, tal situação é demograficamente explicada como reflexo da maior esperança de vida feminina.

Relacionando as informações sobre responsabilidade pelo domicílio com a idade do responsável, podemos observar que a população do Pe. Josimo era composta

por habitantes numa faixa etária superior à normalmente encontrada neste tipo de assentamento⁶⁴, bem como por uma significativa proporção de mulheres responsáveis. Tudo isto pode indicar, ao menos em parte desses casos, ausência de cônjuge. Entretanto, as informações sobre composição familiar não nos permitem confirmar tais suposições, visto que não estão disponíveis por Setor Censitário.

Os dados sobre fecundidade corroboram os dados anteriormente avaliados, em particular a taxa de crescimento. Ou seja, as áreas de ocupação mais recentes (COHAB Vida Nova e Parque Oziel) apresentam as maiores Taxas de Fecundidade Total (número médio de filhos por mulher), o que pode também ser um indicativo da presença de fluxos migratórios mais recentes, visto que as mulheres provavelmente ainda seguem o padrão de fecundidade de seu lugar de origem, mais elevado que o padrão local. Já no caso dos assentamentos mais antigos (Amarais e COHAB Pe. Anchieta), observa-se taxas de fecundidade mais baixas, possivelmente por tais populações já seguirem um padrão local.

Antes, porém, convém observar as especificidades de cada um dos assentamentos em termos do perfil etário, que não apenas espelha de maneira eloqüente várias características da dinâmica demográfica, mas também permite associá-las às trajetórias da constituição de cada uma dessas áreas.

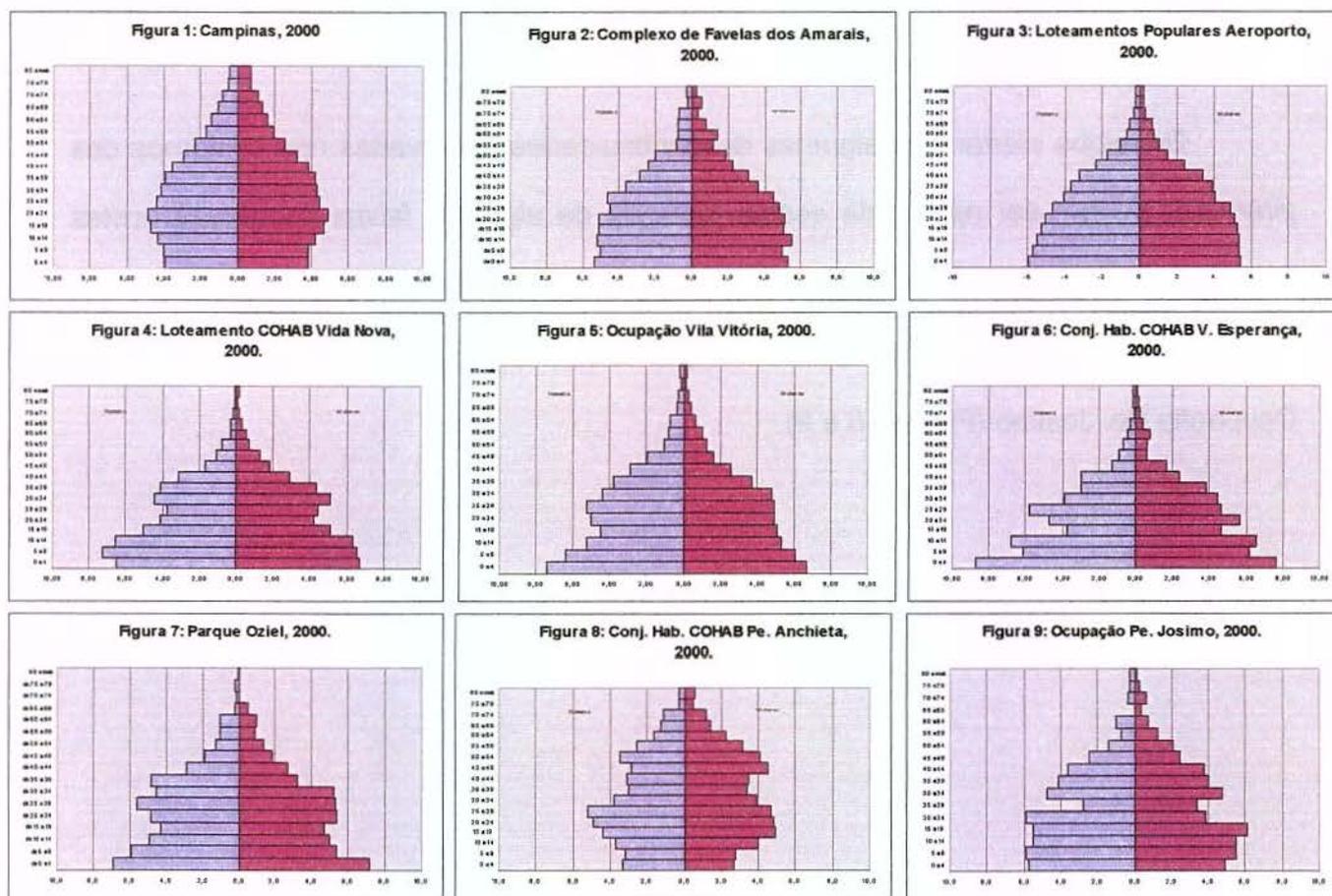
64 Em nossas inferências traçamos um perfil de casais jovens no início do seu ciclo vital, principalmente nas áreas

O perfil etário da população residente nos assentamentos

As figuras de 1 a 9 mostram as diferenças e similaridades das estruturas etárias encontradas nas populações residentes tanto de Campinas (Figura 1) quanto dos assentamentos selecionados (Figuras 2 a 9).

Devemos alertar que algumas discontinuidades observadas nos contornos das pirâmides podem ser reflexo da escala reduzida de algumas faixas população nestas áreas, e não necessariamente da influência de fatores externos (como, por exemplo, fluxos migratórios). Esses são os casos, por exemplo, da COHAB Vila Esperança e Ocupação Pe. Josimo (Figuras 6 e 9).

Figuras 1 a 9
 Pirâmides Etárias segundo população total
 Município de Campinas e assentamentos selecionados
 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Em linhas gerais, podemos indicar alguns aspectos importantes e reveladores das pirâmides: a base larga indicando a forte presença de crianças na estrutura da população, o que é uma característica bastante recorrente em áreas de ocupação precárias. No caso deste estudo, tal característica aparece em sete dos oito assentamentos abordados. Apenas no Conjunto Habitacional Pe Anchieta nota-se a

menor proporção de crianças pequenas, o que indica a menor fecundidade em tais lugares, fato este confirmado pelas TFT's apresentadas na Tabela 17. Já o ápice estreito revela a pequena importância relativa dos idosos nessas áreas: reflexo, tanto de uma maior fecundidade, como do impacto dos fluxos migratórios recentes - tendo em vista o seu caráter seletivo, ou seja, envolvendo normalmente adultos jovens em idade economicamente ativa, ajudando a "rejuvenescer" ainda mais a pirâmide.

A única exceção a essa regra pode ser observada na COHAB Pe. Anchieta que, mais próxima da média municipal, apresenta maior percentual de idosos em sua composição populacional. Não é demais lembrar novamente que esse assentamento corresponde a um dos mais antigos do município, o que pode contribuir para incrementar tal indicador.

No caso do Complexo de Favelas dos Amarais observamos concentração da população nas idades jovens havendo equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres. Esse aspecto dilatado da pirâmide nas faixas a partir do grupo de 10 a 14 anos sugere a influência de fluxos migratórios, que, como já mencionado, normalmente envolvem pessoas que estão ingressando no mercado de trabalho.

No Loteamento COHAB Vida Nova há um aumento no número de indivíduos (de ambos os sexos) nas idades entre 30 a 39 anos - o que indica a influência de movimentos migratórios e presença de casais num estágio mais adiantado de seu ciclo vital. Este fato que se reflete na ocorrência relativa de pessoas na faixa dos 5 a 14 anos (possivelmente filhos destes casais). Na Ocupação Vila Vitória, se observa que essa concentração de população de ambos os sexos se dá entre as faixas etárias de 20 a 29

anos, indicando predomínio de casais em fase inicial do ciclo vital. Assim, através das Figuras 4 e 5 inferimos que há diferença entre as populações dos dois assentamentos em questão, sendo um grupo composto por casais mais adiantados em seu ciclo vital, e outro por casais em fase inicial.

Os Loteamentos Populares do Aeroporto mostram bastante equilíbrio na proporção entre homens e mulheres, sugerindo a presença de casais em sua composição; a base larga de sua pirâmide, bem como suas faixas etárias intermediárias dilatadas indicam o alto percentual de crianças, além do impacto de fluxos migratórios de população em idade economicamente ativa.

Da mesma forma, a pirâmide da população do Parque Oziel nos permite inferir a presença de famílias no início de seus ciclos vitais. Ou seja, a base larga (percentual alto de crianças) e as saliências entre as idades de 20 a 34 anos, em ambos os sexos (casais), sugerem este perfil demográfico em termos da composição familiar predominante na área.

Ainda é possível inferir que esse aumento de população jovem adulta é influência de fluxos migratórios, contudo, com base nos dados disponíveis não podemos afirmar se tal migração é intra-urbana (pessoas que já habitavam no município e foram atraídas pela possibilidade de acesso à moradia), intra-metropolitana ou inter-estadual (migrantes que foram diretamente de sua origem para o local).

O Conjunto Habitacional Pe. Anchieta apresenta população bem mais envelhecida do que as demais áreas selecionadas, com menor percentual de crianças e jovens: dados indicativos da presença de casais em fases adiantadas de seu ciclo vital

(sem os filhos). Porém o volume considerável de jovens adultos (20 a 29 anos) de ambos os sexos nesta área, pode ser reflexo da ocorrência de filhos adultos residindo com os pais ou - o que parece ser menos provável, dado a consolidação das áreas - de casais jovens que ainda não tiveram filhos. Outra inferência também pode ser feita no sentido de que os filhos destes casais mais velhos estejam retardando sua saída de casa.

Já a área de ocupação Pe. Josimo apresenta características bastante recorrentes nas demais áreas em estudo: alto percentual de crianças e jovens (ingressantes no mercado de trabalho), indicação da existência de casais entre os jovens adultos e baixo contingente de idosos.

Comparando as pirâmides devemos ressaltar que as semelhanças encontradas na composição das diferentes populações (alto percentual de crianças, poucos idosos) são causadas pela seletividade destas. Isto é, são, na maioria, assentamentos compostos por grupos de migrantes, formados por casais no início ou meio do ciclo vital.

Tempo de residência do responsável no município e local de residência anterior

A análise da Tabela 17 mostra de forma bastante clara como o componente demográfico migração é fator de impacto na formação das áreas de assentamento em estudo. Observando os assentamentos formados mais recentemente (como Parque Oziel, COHAB Vida Nova e Aeroporto) identificamos que a participação da população migrante é diretamente proporcional a essa ordem, isto é, quanto mais recente a ocupação, maior o contingente de migrantes entre seus integrantes. Já as áreas mais

consolidadas no município – ainda que igualmente precárias e carentes de infraestrutura (como é o caso de parte do Complexo dos Amarais) apresentam percentuais de não-migrantes⁶⁵ mais elevados que a própria média municipal.

Claro está que essa observação, aparentemente um tanto óbvia, não poderia ser imediatamente generalizada, já que a formação de certos assentamentos se faz, muitas vezes (como no caso de reassentamentos) com pessoas residentes há mais tempo na cidade. Assim o que os dados mostram para estes casos, em particular, é que, definitivamente, não houve qualquer tipo de “renovação” nesses assentamentos. Talvez o único caso que fuja à essa regra seja o Pe. Josimo que, como se notou, é um assentamento recente e, ao mesmo tempo, composto predominantemente por migrantes mais antigos.

Tabela 17

Idade média do responsável pelo domicílio segundo tempo de residência no município
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Tempo de residência no município	Idade média do responsável pela família						
	Campinas	Amarais	COHAB V Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB V Esperança	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
0 a 2 anos	36,1	38,9	34,0	33,4	34,6	38,4	33,6
3 a 5 anos	36,7	35,1	37,6	37,1	39,3	35,9	33,3
6 a 9 anos	38,0	38,1	38,3	36,3	33,8	40,4	40,0
mais de 10 anos	48,6	48,1	50,1	49,4	49,2	49,4	49,1
Média	39,9	40,1	40,0	39,0	39,2	41,0	39,0

Fonte: Fundação IBGE Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

65 Cabe esclarecer que foram considerados não-migrantes os indivíduos naturais de Campinas ou migrantes com mais de 10 anos de residência no município (ver “Questões Técnicas e Metodológicas”, Anexos).

Uma vez analisado os fluxos migratórios de acordo com o tempo que o responsável pelo domicílio reside na cidade (Tabela 17), lançamos mão das informações sobre migrantes de “data fixa”⁶⁶, para ter maior conhecimento a respeito do local de origem do responsável pelo domicílio (Tabela 18).

Embora estivéssemos cientes dessa “inadequação” dos dados, a informação a respeito do município de residência anterior se mostrou mais importante, já que procuramos identificar os fluxos de migrantes provenientes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), demais municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e interior do Estado de São Paulo.

Assim, a informação desagregada por municípios revelou que, no período 1995/2000, a RMSP e o interior do próprio estado (excetuando os municípios da própria RMC) foram os maiores contribuintes em fluxo de população para as áreas de estudo; seguidos por Minas Gerais, Paraná e Bahia.

Desta maneira é possível inferir a existência de redes sociais que podem estimular fluxos migratórios para determinados locais da cidade, como pode ser observado na frequência de migrantes da Bahia nos assentamentos COHAB Vida Nova e Vila Vitória, Aeroporto e Parque Oziel. Além disso, podemos observar migrantes mineiros em todos os assentamentos (e inclusive no município) - contudo estes são mais expressivos na COHAB Pe. Anchieta. Observamos ainda a presença de migrantes paranaenses na região do Aeroporto.

66 Cabe esclarecer que, visto que a informação desagregada por municípios só está disponível nesta variável chamada “data fixa” a Tabela 18 foi feita a com base nos dados referentes à data fixada de 5 anos anteriores ao período de referência do Censo 2000, isto é, 31.07.1995. Sendo assim, só é contemplada parte da população

Tabela 18

Responsável pelo domicílio segundo local de residência em 31.07.1995

Município de Campinas e assentamentos selecionados

2000

Local de residência anterior		Campinas	Amarais	COHAB Vida Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Estado de São Paulo	RMC-Norte*	2,4	3,8	0,5	1,6	1,2	6,0
	RMC-Sul**	2,3	2,9	1,0	1,0	3,0	0,0
	RMC-Sudoeste***	5,4	10,3	4,5	5,0	3,7	13,1
	RMSp	18,6	11,3	19,1	11,0	12,3	8,2
	Outros Municípios SP	28,4	32,0	22,9	15,5	19,7	24,5
Sudeste	MG	10,1	8,7	9,0	10,5	9,1	13,8
	ES, RJ	2,4	6,8	0,5	1,0	2,9	1,8
Sul	PR	7,2	5,5	9,1	11,0	3,6	3,5
	MA	1,4	0,0	1,2	1,7	6,3	1,7
	PI	0,9	1,5	1,4	3,6	2,1	2,0
Nordeste	PE	2,4	5,7	3,2	2,9	3,0	5,8
	BA	6,0	4,1	11,8	11,3	11,2	3,5
	CE, RN, PB	2,8	4,4	5,8	7,6	4,7	7,1
	AL, SE	2,1	0,0	3,7	7,0	4,9	3,9
Demais UF's	SC, RS, CO, DF	5,4	1,4	4,0	5,6	7,0	4,5
	Norte	2,2	1,5	2,3	3,6	5,2	0,6
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

*Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Pedreira, Paulínia, Sto. Ant. Posse, Sta. Bárbara D'Oeste

**Itatiba, Louveira, Valinhos, Vinhedo

***Hortolândia, Indaiatuba, Monte Mor, Nova Odessa, Sumaré

migrante, já que os migrantes mais antigos – que têm de seis a nove anos de residência no município - não foram

Arranjos familiares

Como já adiantado, a forma das pirâmides etárias já permitiam vislumbrar qual ou quais seriam os perfis da população residente nos distintos assentamentos, em termos dos arranjos familiares.

Conhecer esse outro aspecto demográfico para todas as áreas escolhidas implica melhor desvendar a relação entre as características destas e o padrão demográfico observados.

Tendo em vista, uma vez mais, as limitações imposta pela forma de divulgação do dados do Censo Demográfico pelo IBGE, somente é possível reconstituir os arranjos familiares a partir para Áreas de Ponderação dos locais selecionados para estudo.

Assim a partir da Tabela 19 pode-se observar a distribuição das famílias segundo os arranjos prevalentes em cada uma das áreas. O primeiro fato que merece ser destacado, diz respeito ao baixo percentual de “indivíduos sós” apresentados na maioria das áreas de estudo (especialmente nas mais recentes COHAB Vida Nova e Vila Vitória e Aeroporto). Na verdade isso era de se esperar, visto que se tratam de populações com características bastante seletivas, nas quais predominam casais jovens e crianças pequenas (dados confirmados também pelo percentual elevado de casais com filhos).

Tabela 19
 População total segundo arranjos familiares
 Município de Campinas e assentamentos selecionados
 2000

Arranjo familiar	Campinas	Amarais	COHAB Vida Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Individual	13,2	7,5	5,8	5,9	12,5	8,2
Chefe com filhos	10,4	12,6	11,7	11,4	7,5	11,6
Casal sem filhos	13,4	8,7	10,9	9,5	12,0	14,2
Casal com filhos	47,3	52,1	58,6	56,0	52,1	47,9
Família extensa sem cônjuge	8,4	9,2	4,5	6,5	8,4	8,4
Família extensa	7,3	9,9	8,4	10,7	7,5	9,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Todavia, a região do Parque Oziel mostra distribuição percentual dos arranjos familiares diversa das demais áreas estudadas, principalmente no que se refere ao percentual elevado de "indivíduos sós". Uma possível explicação para essa constatação seria o fato do local estar numa fase inicial de sua consolidação, num momento de insegurança sobre a possibilidade de permanência. Esta situação, por sua vez, poderia desestimular famílias já formadas a se instalarem no local. Ademais, tal qual como acontece muitas vezes em áreas de fronteira agrícola, este quadro pode ser explicado por se tratar de um local que ainda não conta com famílias reunificadas, após um prévia separação em função da migração recente.

Pode ser, portanto, que o Parque Oziel, em 2000, ainda atraía uma população diferenciada: migrantes mais jovens e solteiros, quando comparados com as outras

áreas de estudo. De fato, devemos lembrar que os dados sobre idade do responsável pela família - Tabela 17 - mostram que a média do Parque Oziel é a segunda menor entre as áreas estudadas.

Como sugerido anteriormente quando da análise das pirâmides, a presença marcante de migrantes jovens no início de seus ciclos vitais fica, portanto, evidenciada nesse dado. De fato os dados da Tabela 21 da seção seguinte, não deixam mais dúvidas a esse respeito na medida em que mostram que, para os migrantes, é no Parque Oziel que se observa o maior percentual do arranjo “indivíduo só”, aproximando-se muito ao que se registra para o município como um todo.

Já a COHAB Pe. Anchieta, apresenta resultados que corroboram nossas inferências sobre o envelhecimento da população e fragmentação das famílias: maior número de indivíduos sós e casal sem filhos.

Algumas características de população migrantes

Tendo em vista a importância da migração na formação e composição dos assentamentos escolhidos e tendo em vista, também, as considerações já anunciadas sobre o seu efeito no perfil demográfico dessas áreas, consideramos por bem apresentar, ainda que sucintamente, algumas das características dessa população.

Assim, a partir de uma comparação com o que aqui se considerou população “não-migrante” (natural ou migrante com mais de 10 anos de residência no local) buscamos investigar não só as especificidade (se elas existirem) de cada área, mas também os impactos desse fenômeno nos comportamento demográficos identificados até aqui, especificamente no que se refere aos arranjos familiares e estrutura etária.

No que diz respeito aos arranjos familiares a Tabela 20, mostra que nas famílias das áreas cujo chefe é migrante existe, de fato, uma maior predominância de casais em fase intermediária ou inicial (ainda sem filhos) do ciclo vital; também indica que a migração pode ser motivada pelas redes sociais (no caso redes familiares) dado que a frequência de famílias extensas se amplia entre os migrantes de todos os assentamentos em estudo.

Tabela 20
Famílias de chefes migrantes segundo arranjos familiares
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Arranjo familiar	Campinas	Amarais	COHAB Vida Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Individual	18,0	7,2	5,2	6,0	12,7	5,5
Chefe com filhos	7,3	8,2	8,6	7,3	4,9	9,6
Casal sem filhos	14,4	8,1	11,5	10,1	11,6	17,0
Casal com filhos	43,2	52,5	61,2	55,0	51,2	44,1
Família extensa sem cônjuge	10,2	8,4	4,1	9,2	8,4	13,1
Família extensa	7,0	15,7	9,4	12,4	11,3	10,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Também entre os não-migrantes o percentual de famílias com ou sem filhos permanece elevado, sem apresentar grandes desvios em relação à população de migrantes. Tal situação pode ser explicada por parte dos não-migrantes se tratar de pessoas que já migraram alguma vez, mas de qualquer forma residem há mais de dez anos no município. Isto é, apesar de não serem mais considerados migrantes pelo

critério adotado aqui, esta população ainda apresenta algumas características semelhantes à população local como, por exemplo, nupcialidade.

Tabela 21

Famílias de chefes não migrantes segundo arranjos familiares
Município de Campinas e assentamentos selecionados
2000

Arranjo familiar	Campinas	Amarais	COHAB Vida Nova e Ocupação V Vitória	Loteamentos Populares Aeroporto	Parque Oziel	COHAB Pe Anchieta e Ocupação Pe Josimo
Individual	9,7	7,0	6,3	4,1	9,8	7,4
Chefe com filhos	10,5	13,3	11,7	13,4	8,6	10,0
Casal sem filhos	13,1	7,9	10,0	8,3	11,6	14,3
Casal com filhos	50,3	53,3	57,9	58,6	55,8	50,0
Família extensa sem cônjuge	7,9	9,4	5,3	4,9	9,3	7,6
Família extensa	8,4	9,1	8,9	10,7	4,8	10,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE Censo Demográfico 2000, Tabulação Própria, NEPO/UNICAMP.

Quanto à estrutura etária, as Figuras 10 a 15⁶⁷ apresentam em comum a base estreita, explicada, em grande medida, pelo fato de que crianças pequenas tendem a dificultar a mobilidade da família, inibindo os movimentos migratórios. Deve-se lembrar que as crianças filhas de migrantes que já nasceram em Campinas, constarão das Pirâmides Etárias dos não migrantes (ver Figuras 16 a 21). Estas, por sua vez, apresentam base bastante alargada, exatamente por sofrerem o impacto dos nascimentos dos filhos das famílias migrantes.

67 Vale a pena novamente alertar para o fato de que certas irregularidades das pirâmides etárias podem estar ligadas ao número reduzido de pessoas que compõe cada assentamento selecionado.

Outro aspecto comum a todas as figuras, ainda que em intensidades diferentes, é a predominância de jovens (nas faixas de 20 a 29 anos) na composição da população. Também, na maioria dos casos apresentados há certo equilíbrio entre os sexos, indicando a forte presença de casais entre os migrantes.

Já nas figuras 12, 13 e 14 (principalmente a Figura 14 referente ao Parque Oziel) percebemos um percentual maior de adultos mais velhos, possivelmente por se tratarem de áreas de ocupação mais recentes na época, e que, segundo relatos das entrevistas de campo, atraíram moradores de outros municípios paulistas e até mesmo de outros estados – migrantes estes que vieram muitas vezes através de redes sociais, isto é, parentes e amigos que já moravam na cidade e participaram do processo de ocupação das áreas.

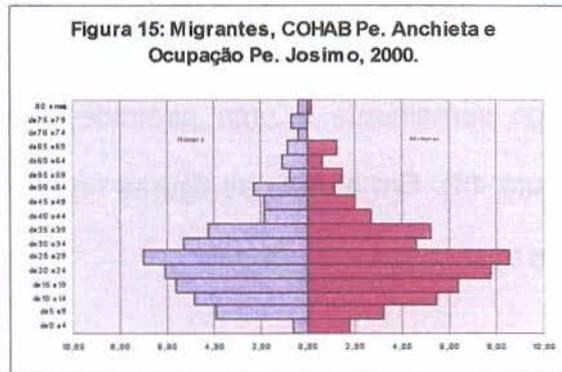
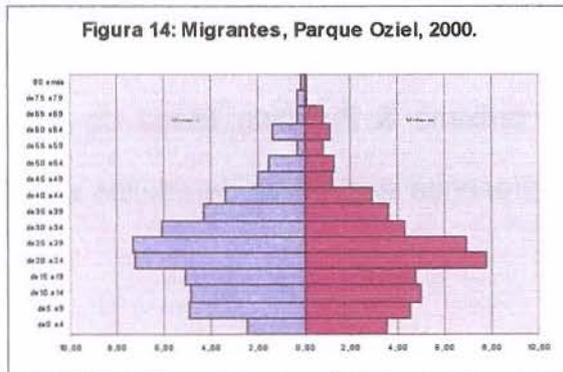
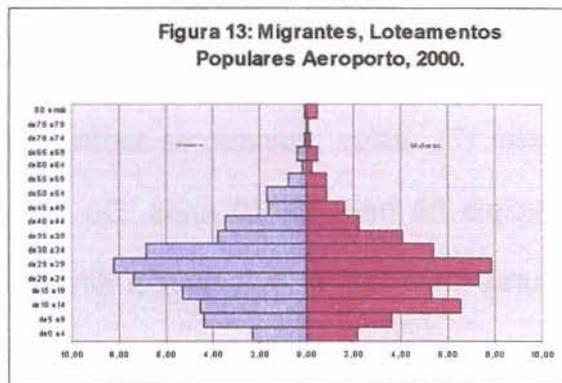
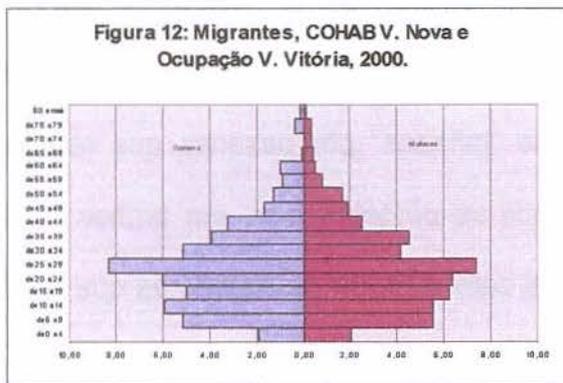
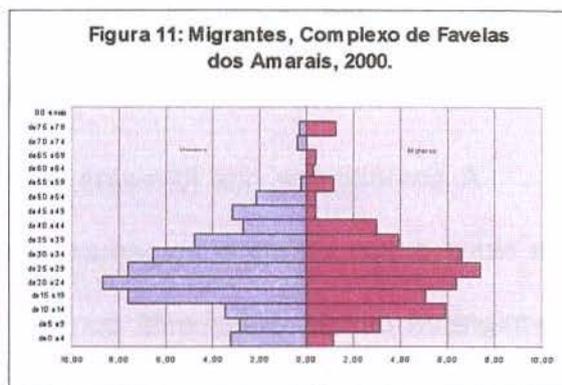
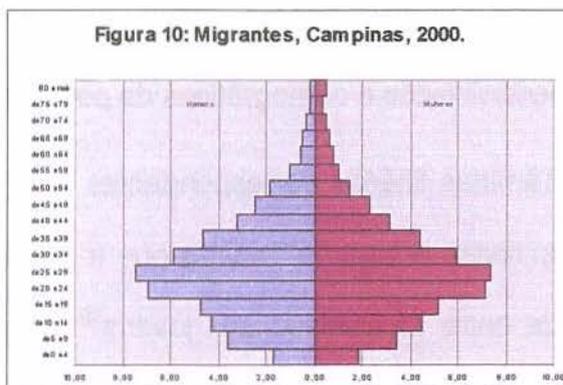
Já os demais assentamentos (Amarais e Pe. Anchieta) são áreas bastante consolidadas no município, nas quais a maioria da população está fora do critério por nós utilizado para a classificação de migrantes, e, portanto, se encontra concentrada como população não-migrante. O ápice estreito também comum a todas as Pirâmides Etárias, pode ser apontado como reflexo do caráter seletivo da população migrante que encontra em idosos e crianças pequenas fatores inibitórios da mobilidade espacial.

Figuras 10 a 15

Pirâmides Etárias segundo população migrante

Município de Campinas e assentamentos selecionados

2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulação Própria NEPO/UNICAMP.

A análise das Figuras 16 a 21 mostra claramente quais são os assentamentos mais antigos e mais recentes do município. Mostram também como cada tipo de assentamento abriga perfis diferenciados de população. Desta forma, estes dados vêm ao encontro da nossa hipótese inicial de que as diferentes formas de ocupação do espaço urbano refletem distintos perfis socioeconômicos e demográficos da população.

A semelhança nos formatos das Pirâmides Etárias correspondentes à COHAB Vida Nova e Vila Vitória e Loteamentos Populares Aeroporto, mostra que a população não-migrante destas áreas está concentrada entre as idades mais jovens⁶⁸. Também apresentam maior participação de adultos mais velhos. Aqui temos que considerar que, tendo em vista o peso dos não-naturais⁶⁹ de Campinas sobre esses assentamentos (ver Tabela 17), estes indicadores também estão “inflados” por pessoas que residem no município há mais de 10 anos. Ou seja, pode-se perceber que, em ambos os casos (Figuras 18 e 19), se relacionam diretamente com o grupo de migrantes que se dirigiu para o local, embora não façam parte de tal categoria.

Já a COHAB Pe. Anchieta (Figura 19), apresenta aspecto bastante dilatado, e pouco semelhante a uma pirâmide - mais próximo à Pirâmide Etária do município (Figura 14). Em ambas as figuras nota-se a presença expressiva de adultos em idades mais avançadas e de idosos.

Todavia, a despeito de representarem composições populacionais bastante distintas, as Pirâmides Etárias dos Amarais e do Pe. Anchieta possuem contornos mais

68 Não podemos nos esquecer que dentro desta população jovem estão também enquadrados os filhos dos migrantes nascidos em Campinas (o chamado efeito indireto de migração).

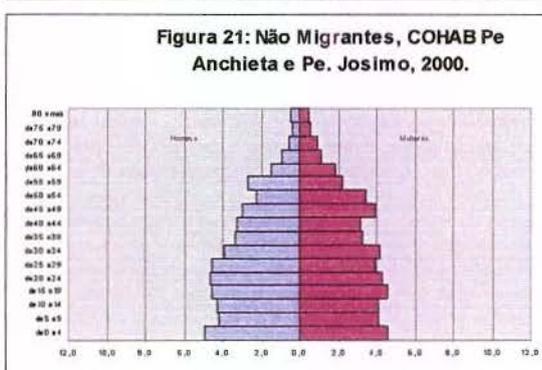
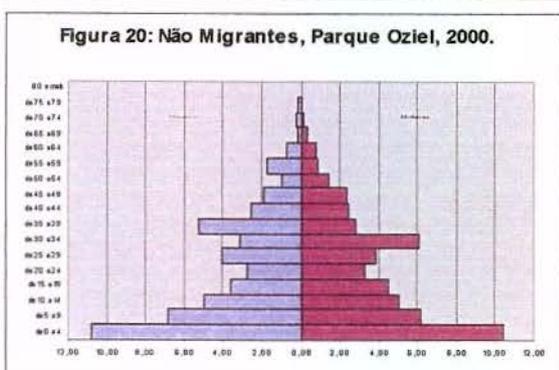
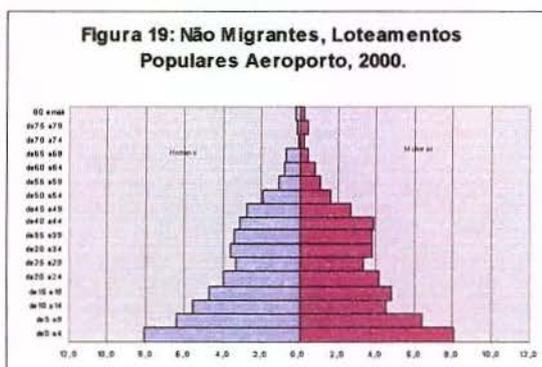
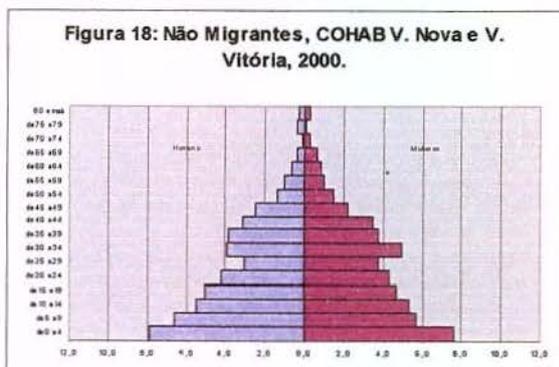
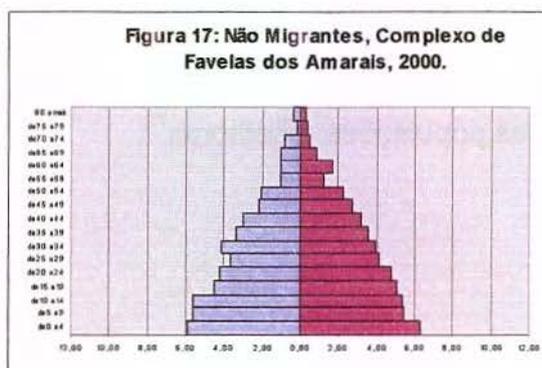
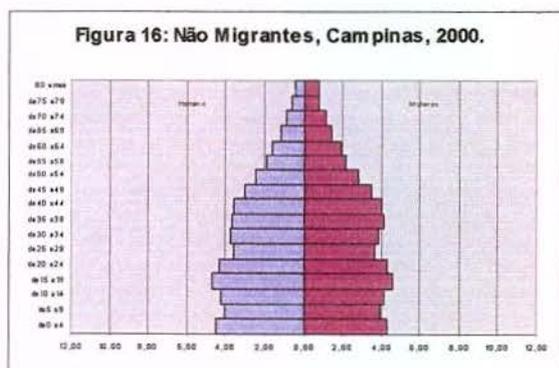
69 Cabe esclarecer que são considerados não-naturais todos aqueles que não nasceram no município, independentemente do tempo de residência em Campinas.

arredondados em suas laterais referentes aos grupos etários de jovens adultos - o que indica o impacto de fluxos migratórios ocorridos no passado recente.

Enfim, a rápida passagem pelos dados das estruturas demográficas de migrantes e não-migrantes não deixam dúvidas sobre qual é o impacto que os primeiros têm sobre as populações receptoras⁷⁰.

70 É claro que devemos ter em mente que em alguns casos (em particular os assentamentos mais recentes, dado a importância e dimensão da migração) é até mesmo difícil caracterizar o que seria realmente (se é que de fato existiria) essa população receptora.

Figuras 16 a 21
 Pirâmides Etárias segundo população não migrante
 Município de Campinas e assentamentos selecionados
 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulação Própria NEPO/UNICAMP.

CONCLUSÕES

Para concluir este trabalho – se é que podemos dá-lo por concluído, uma vez que inúmeras possibilidades de pesquisa ainda se descortinam aos nossos olhos – julgamos válido fazer uma breve retrospectiva dessa análise acerca da diversidade social, econômica e demográfica predominante em diferentes formas de morar, articuladas pelas camadas mais empobrecidas da população no município de Campinas, na década de 90.

Assim, entendemos que nossa hipótese inicial frutificou, surgindo ao longo do desenvolvimento da pesquisa muitas outras questões advindas do contato mais estreito com os dados secundários e, principalmente, no período de visitas aos assentamentos.

Também pudemos atestar a possibilidade do uso dos Microdados do Censo para análises intra-urbanas, em particular no levantamento das informações sobre a infra-estrutura urbanística dos locais em estudo. Porém, ainda que os dados censitários tenham sido ferramentas fundamentais, acreditamos que as visitas aos assentamentos e o diálogo com a população residente e agentes públicos foram igualmente importantes para uma correta caracterização do objeto de estudo e confirmação da hipótese inicial.

Na verdade não podíamos perder de vista que, no caso dos dados censitários, estávamos trabalhando com informações referidas a agosto de 2000, ou seja, de sete anos atrás. Assim, tendo em vista o reconhecimento do grande dinamismo dos processos que estávamos perseguindo, consideramos fundamental a visita aos locais em estudo como uma forma de atestar as condições existentes no momento presente.

Mesmo tendo em vista o reduzido número de entrevistas realizadas e a falta de uma maior diversidade de atores envolvidos, não temos dúvidas que conhecer in loco estas realidades e, de certa forma, vivenciá-las a partir de relatos de seus moradores, nos proporcionaram maior segurança quanto aos resultados que os dados censitários nos sugeriam. Voltando à questão central de nossa pesquisa, entendemos que foi possível corroborar nossa proposição de partida, já que a forma de ocupação dos assentamentos selecionados (não obstante semelhantes quanto ao baixo poder aquisitivo e escolaridade dos seus residentes), de fato, mostrou-se distinta sob vários aspectos - em particular àqueles mais especificamente de cunho demográfico.

Sobre as diferenças significativas encontradas nos indicadores demográficos pesquisados, poderíamos citar:

a) Taxa de crescimento da população. Esta refletia não apenas os distintos momentos pelos quais passaram cada um dos assentamentos, mas também o caráter do crescimento periférico da cidade na década de 90.

b) Idade e sexo do responsável pelo domicílio. Este indicador nos permitiu avaliar as relações entre a cronologia de ocupação das áreas estudadas e o seu perfil demográfico. Nesse caso fica muito claro que o padrão inicial de ocupação tende a ser de famílias no início do ciclo vital e, portanto, com responsáveis predominantemente jovens. Também foi possível observar o avanço da chefia feminina em alguns assentamentos, tendência que responderia não apenas aos condicionantes normalmente aceitos – tais como acesso ao mercado de trabalho, empoderamento da mulher – mas, até mesmo pequenas mudanças na forma de coleta da informação;

c) Relação da condição migratória e do tipo de assentamento. Nesse caso, os dados mostraram que os assentamentos mais recentes são quase sempre compostos por população também mais recente no município, indicando ser a moradia na periferia distante e precária, possivelmente a única “saída” habitacional para essa população recém-chegada na cidade. De qualquer forma, ainda assim é possível ver que esse comportamento possa variar quando se trata, por exemplo, de assentamentos “institucionalizados” - já que nesses casos muitas vezes a possibilidade de reassentamento (como de fato se observa) acaba por levar migrantes com experiência previa na cidade para essas periferias;

d) Níveis de fecundidade. Mais elevados em relação à média municipal de alguns assentamentos, podem justificar a maior presença de população infantil e jovem nessas áreas (padrão comum nas periferias). Este quadro pode também ser reflexo da expressiva presença de migrantes recentes, que, historicamente, apresentam níveis mais elevados de fecundidade do que a população de origem;

e) Pirâmides Etárias. Provavelmente a melhor expressão das diferentes dinâmicas demográficas dos assentamentos analisados foi dada pela composição etária da população. A partir desses dados foi possível preliminarmente inferir as especificidades de cada área em estudo, sobretudo em termos dos possíveis arranjos familiares, do envelhecimento populacional das áreas mais consolidadas, bem como da clara presença de fluxos migratórios de população economicamente ativa;

f) Arranjos familiares. Corroborou muitas inferências feitas nas análises das pirâmides etárias, como o alto percentual de casal com filhos, e baixo percentual de

indivíduos sós. Nesse caso específico mereceu atenção especial o Parque Oziel, que diferentemente dos demais assentamentos possuía expressivo contingente nessa categoria. Também, a partir dessa análise foi possível inferir sobre a existência de redes sociais em algumas das áreas em estudo - dada a variação no percentual de famílias estendidas. Foi interessante notar ainda que, nos locais mais consolidados, havia maior concentração de casais sem filhos; aspectos aparentemente ligados à fragmentação das famílias e de indivíduos sós, possivelmente refletindo a existência de mais indivíduos viúvos. No entanto, embora os dados não pudessem ser conclusivos a esse respeito sempre existe a possibilidade de que tais comportamentos também indicassem o início de um processo de renovação populacional dessas áreas mais consolidadas e bem equipadas;

g) Tempo de residência no município e local de residência anterior. Foram indicadores que permitiram mostrar o impacto dos fluxos migratórios na composição da população dos assentamentos, sendo os mais recentes (e precários) contentores dos maiores percentuais de migrantes. Já a análise do local de residência anterior atesta a possibilidade de formação de redes sociais em alguns assentamentos, visto a maior frequência de algumas origens específicas.

Além da heterogeneidade observada entre os perfis dos moradores dos assentamentos selecionados, também foi possível apreender a existência de diferenças econômicas, em forma de “estratos sociais distintos” dentro dos próprios assentamentos, isto é, mesmo nestes bolsões onde imperam a carência e o abandono, é perceptível a divisão sócio-espacial entre os mais pobres e menos pobres, sendo o Parque Oziel o exemplo mais claro de tal situação.

Um outro aspecto relevante a ser abordado em nossas conclusões é uma reflexão a respeito de nossas motivações durante a escolha dos assentamentos. Durante essa etapa do trabalho colocamos a institucionalização de loteamentos ou conjuntos habitacionais – através da COHAB Campinas - como um possível “divisor de águas” entre esses diferentes perfis que buscávamos.

Na realidade pudemos observar que apenas uma, dentre as três áreas escolhidas produzidas pela iniciativa pública, apresentou indicadores socioeconômicos mais positivos e revelou - durante a visita ao local - ser equipada urbanisticamente da maneira que “deveria ser” de acordo com nossas suposições iniciais.

As demais áreas institucionalizadas, urbanisticamente falando, pouco diferem dos assentamentos - sejam eles irregulares, regularizados, em processo de regularização - ou loteamentos populares realizados pela iniciativa privada. A justificativa encontrada para tal característica dos assentamentos da COHAB reforça a questão da desigualdade nas condições de vida dentro da cidade; o fato da população ter sido removida para lá por habitar em áreas de risco parece ter encorajado o poder público a institucionalizar a precariedade habitacional, bem como a carência de equipamentos urbanos.

Também se evidenciou que quanto mais recentes são os assentamentos, mais precárias são suas condições de infra-estrutura urbana. Todavia, o aspecto multifacetado – assim como os relatos colhidos - de um dos bairros populares mais antigos de Campinas (Amarais) deixa claro o descaso histórico sofrido por tais assentamentos, sobretudo no que se refere às ações do poder público.

Através de uma análise de todas as entrevistas, especialmente daqueles com mais tempo de residência no município, pudemos reconstituir de forma abreviada como a periferia de Campinas se expandiu nos últimos quarenta anos. Algumas entrevistas também nos ajudaram a confirmar a idéia de que a ocupação da periferia da cidade ocorre na medida em que acontece uma modificação nas condições financeiras da população residente, e que tal situação exige algum tempo de maturação. Aliás, tal maturação se reflete, não apenas nas condições sociais das pessoas e, portanto, das condições médias das áreas onde vivem, mas também no perfil etário e do ciclo vital da população.

Essa “trajetória” ou “escalada” social pode significar a busca de condições - particularmente habitacionais - cada vez melhores, o que torna esse processo ainda mais longo no tempo.

Os relatos referentes aos assentamentos que surgiram a partir da década de 1990 apontam a distância (espacial, social...) percorrida pela população que se acomodava na periferia, bem como o adensamento vertiginoso observado (principalmente nas regiões Sul e Sudoeste). Essa tendência também foi comprovada pelos dados aqui analisados.

Outro ponto a destacar, retirado dos relatos colhidos, diz respeito à influência do capital social na permanência da população no local, e também na luta das comunidades - organizadas em forma de associação de moradores - pela reivindicação ao enfrentamento de suas necessidades e carências junto ao poder público.

Entretanto não podemos nos esquecer de que, pelas coincidências nos depoimentos dos residentes e agentes públicos, parece que somente no início dos anos 90 é que se percebe uma maior intensidade de organização de grupos para a ocupação de glebas públicas ou privadas.

De fato, é perceptível o avanço organizacional por parte dos movimentos sociais ao longo da década de 1990. Enquanto os relatos acerca de ocupações na década de 1970 indicam que estas se davam de maneira espontânea e isolada, nas falas sobre os anos 90 podemos verificar que os movimentos de “invasão” aconteciam de forma mais organizada. Ou seja, havia uma liderança pré-existente; muito embora nem sempre este tipo de organização estivesse livre de “erros de estratégia”, como reconhecido por alguns de nossos entrevistados. Tais erros resultaram, por exemplo, em reintegração de posse das áreas, derrubada dos barracos ou mesmo o enfrentamento com as esferas municipais e policiais.

Assim, a especialização dos grupos ligados aos movimentos de ocupação pareceu avançar, investindo em estratégias que minimizassem os riscos de ações por parte dos proprietários - sejam eles públicos ou particulares. Neste sentido, mais uma vez o assentamento Parque Oziel aparece como um exemplo claro desta especialização, principalmente no que se refere à forma como aconteceu a ocupação da área.

Nos parece que a cronologia dos fatos apresentada é culminada pela promulgação, em 2001, do Estatuto das Cidades, que entre outras disposições, aborda

de forma contundente a necessidade dos municípios possuírem Planos Diretores e enfrentarem a questão da Regularização Fundiária.

Contudo, o enfrentamento de tais questões, mais do que apenas atender disposições legais, deveria atender as necessidades habitacionais e urbanísticas da população residente, o que infelizmente não parece acontecer.

Em todas as áreas visitadas foi observada a mesma situação: áreas regularizadas contíguas a áreas em processo de regularização, ou mesmo a áreas onde será feita a remoção dos moradores por impossibilidade de implantação de tal procedimento.

Cabe destacar que, não fosse nosso conhecimento prévio acerca da situação fundiária de cada local e as informações fornecidas pelas coordenadoras de habitação que estavam presentes, o cenário observado durante as visitas aos assentamentos não nos permitiria divisar tais diferenças. A realidade de forma geral revela uma urbanização precária, moradias inacabadas, construídas com todo tipo de material reutilizado. Assim entendemos que, a institucionalização ou a regularização dos assentamentos não garante, necessariamente, melhores condições de vida aos moradores. O que os relatos indicaram sobre essas duas formas de assentamentos (institucionais ou regularizados) foi a importância de poder permanecer no local, sem conviver com a possibilidade de remoção.

As declarações dos moradores entrevistados deixam a impressão de que a fuga do aluguel, motivadora das ocupações irregulares na maioria dos casos, em parte soluciona uma dificuldade, no entanto, a antiga figura ameaçadora do proprietário que

cobrava mensalmente um pagamento, toma outra feição, concretizada na imagem do poder público e seus fiscais, prontos a removê-los ou “despejá-los” a qualquer momento.

Embora não tenhamos abordado de forma mais ampla o processo de regularização fundiária - até porque não era o nosso objeto -, a impressão que restou, é que *a priori* o poder público visa atender uma demanda imposta pelo Estatuto das Cidades; em segundo lugar, pretende se beneficiar das conseqüências político-eleitorais – pessoais e partidárias - causadas pelo processo e, somente depois, como efeito e não causa, entram em cena a população e suas mazelas sociais e urbanas.

Essa dissertação além de uma contribuição claramente metodológica no sentido de buscar alternativas para melhor conhecer o espaço intra-urbano a partir das informações censitárias, mostrou que a cidade e, em particular, suas áreas periféricas “reservadas” às pessoas de baixa renda apresenta um “ciclo” de ocupação, que, por sua vez, se reflete nas características sócio-demográficas de seus residentes.

Esperamos ter mostrado que estas ditas “periferias” não são apenas aglomerados de pessoas com esta ou aquela característica. Nossa intenção era mostrar que tais características refletiam distintos processos de ocupação que, por sua vez, implicavam uma diferenciação de situações - seja em termos demográficos ou mesmo sócio-econômicos. Pode parecer difícil aceitar a heterogeneidade da pobreza, mas não apenas os dados aqui analisados mostraram que há situações em que - mesmo nessa condição - a população tende a estar melhor em certas áreas do que em outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, B. M. et al. **Regularização da terra e da moradia: o que é e como implementar?** São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

_____. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: FASE/GTZ/IPPUR/UFRJ - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1997.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do Pólo Industrial Paulista.** Campinas, 1996. 204f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** São Paulo: FAPESP, 1998.

CAIADO, M. C. S. O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

CAMARANO, A. A. Migração e estrutura produtiva: o caso das regiões metropolitanas nordestinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, NEPO/UNICAMP, v.3, n.2, p.23-46, jul./dez.1986.

CARVALHO, S. N. **Política pública de planejamento urbano: condicionantes e possibilidades políticas.** 2003. (Texto apresentado no Curso de participação "Indicadores Sociais e Políticas Públicas")

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA J. M. P.; JIMENÉZ, M. A. Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: _____ (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____. Segregação e pobreza. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____ et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____; OLIVEIRA, A. A. B. População e espaço intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D. J. et al (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FISCHER, I. R.; MARQUES, F. Gênero e exclusão social. **Trabalhos para Discussão**, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, n.113, ago.2001.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2001.

_____. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2001.

GONÇALVES, M. F.; SEMEGHINI, U. Uma metrópole singular. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org.). **Livro verde**: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.

GUIMARÃES, B. M. As vilas favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

HARVEY, D. **Social justice and the city**. London: Edward Arnold, 1973.

HOGAN, D. J. et al. Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas. In: _____ (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

LAPA, J. R. A. **Cidade**: os cantos e os antros. São Paulo: Edusp, 1996.

LEME, M. C. S. (Org.). **Urbanismo no Brasil**: 1895 – 1965. São Paulo: Nobel; FAU/USP/FUPAM, 1999.

MACHADO, L. M. V. **Atores sociais**: movimentos urbanos, continuidade e gênero. São Paulo: Annablume, 1995.

MANFREDO, M. T. **Desigualdades e produção do espaço urbano**: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARICATO, E. **O que esperar dos planos diretores?** [mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: <amoyses@terra.com.br> em: nov.2006.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOURA, D. A. S. Cidade: os cantos e os antros. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.35, 1998.

NASCIMENTO, E. P. **O fenômeno da exclusão social no Brasil**. São Paulo: INED, n.3, 1996.

NEGRI, B. A interiorização da indústria paulista (1920 - 1980). In: Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico de São Paulo (1920 - 1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, 1988. (Coleção Economia Paulista, v.1, n.2)

PATARRA, N. L.; CUNHA, J. M. P. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.1, n.2, p.32-35, jul./set.1987.

PIRES, M. C. S.; SANTOS, S. M. M. Evolução da mancha urbana. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.

PORTES, A.; HOFFMAN, K. **Las estructuras de clase em América Latina: composición y cambios durante la época neoliberal**. Santiago do Chile: CEPAL, maio/2003.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000.

ROGERS, G. "What is special about social exclusion approach?". In: ROGERS, G.; GORE, C. G.; FIGUEIREDO, J. B. (Org.). **Social exclusion: rethoric, reality, responses**. Genebra: International Institute for Labor Studies, 1995.

SACHS, C. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SAEGERT, S.; THOMPSON, J. P.; WARREN, M. R. (Ed.). **Social capital and poor communities**. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

SANTOS, J. M. **No fundo do quintal: a co-residência como estratégia de sobrevivência no complexo de favelas dos Amarais - Município de Campinas, SP**. Franca, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de São Paulo.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco de Nordeste do Brasil S. A., 1980.

SMOLKA, M.; IRACHETA, A. Captación de la plusvalía del suelo para suministrar tierra urbanizada a los sectores pobres. **Land Lines, USA**, n.4, jul.1999.

TASCHNER, S. P. **Alternativas habitacionais para população de renda baixa: conceito, mensuração e evolução na cidade de São Paulo**. jun.2001. (Texto apresentado em concurso de livre docência)

_____. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. **Cadernos LAP 18**, São Paulo, 1997.

>VILLAÇA, F. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html>. Acesso em: março /2007.

WARREN, M. R.; THOMPSON, J. P.; SAEGERT, S. The role of social capital in combating poverty. In: _____ (Ed.). **Social capital and poor communities**. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

ZIMMERMANN, G. O município no sistema tributário: os municípios paulistas e o caso de Campinas. In: Fundação SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, 1989. (Coleção Economia Paulista, v.1, n.3)

ANEXOS

QUESTÕES TÉCNICAS E METODOLÓGICAS

Podemos dizer que além de um estudo analítico esta dissertação também é um laboratório para tentativas de análise intra-urbana a partir do enfrentamento das debilidades dos dados censitários para tal.

Assim, buscar formas de demonstrar que o uso do questionário da amostra é viável para este tipo de estudo, mesmo considerando que isso implicaria, em muitas situações, em apenas grosseiras aproximações das questões perseguidas, representará no nosso entender uma importante contribuição aos estudos sócio-demográficos.

Na seleção das áreas de estudo, foi utilizado um levantamento realizado pela COHAB Campinas em parceria com a Secretaria de Habitação, que resultou no mapeamento de todas as áreas de favelas, ocupações e conjuntos habitacionais COHAB existentes na cidade.

Nossa motivação principal durante a escolha das áreas em estudo foi encontrar a maior diversidade de características sócio-demográficas entre elas. Isto é, contemplarmos situações de arranjo habitacional que nos aproximassem de populações com as mais variadas características, ainda que fossem - sob uma primeira análise - integrantes das mesmas camadas da sociedade; de forma geral, grupos de baixa renda, baixa escolaridade, residentes em áreas de urbanização assim como habitações bastante precárias.

Portanto, inicialmente fizemos a escolha dos tipos de assentamentos que seriam mais frutíferos para nossos objetivos. Ao fazer uma primeira seleção lançamos mão da classificação usada pela Prefeitura Municipal de Campinas que relaciona esses tipos de assentamento da seguinte forma:

Ocupação: áreas que não são passíveis de regularização;

Favelas: podem ser regularizadas ou mesmo já estão em processo de regularização;

Núcleos Habitacionais, assentamentos já regularizados pelos órgãos municipais competentes, de acordo com o critério municipal.

Como era previsto que tais tipos de assentamentos envolveriam as populações mais carentes das camadas mais baixas, selecionamos também áreas correspondentes à conjuntos habitacionais instituídos pela iniciativa pública (no caso a COHAB Campinas) e loteamentos populares lançados pelo setor privado - por suspeitarmos que os residentes destas áreas teriam condições socioeconômicas relativamente melhores do que os primeiros, visto que se serviram de instituições (públicas ou privadas) como estratégia para o acesso à moradia.

Mais uma vez é válido realçar que em nossas escolhas e caminhos trilhados sempre perseguimos o objetivo de encontrar diversidade onde há - aparentemente - homogeneidade.

Definidos os tipos de assentamentos da forma como será explicitada no capítulo seguinte partimos para a compatibilização destas áreas com aquelas para as quais tínhamos as informações censitárias disponíveis, ou seja, os Setores Censitários

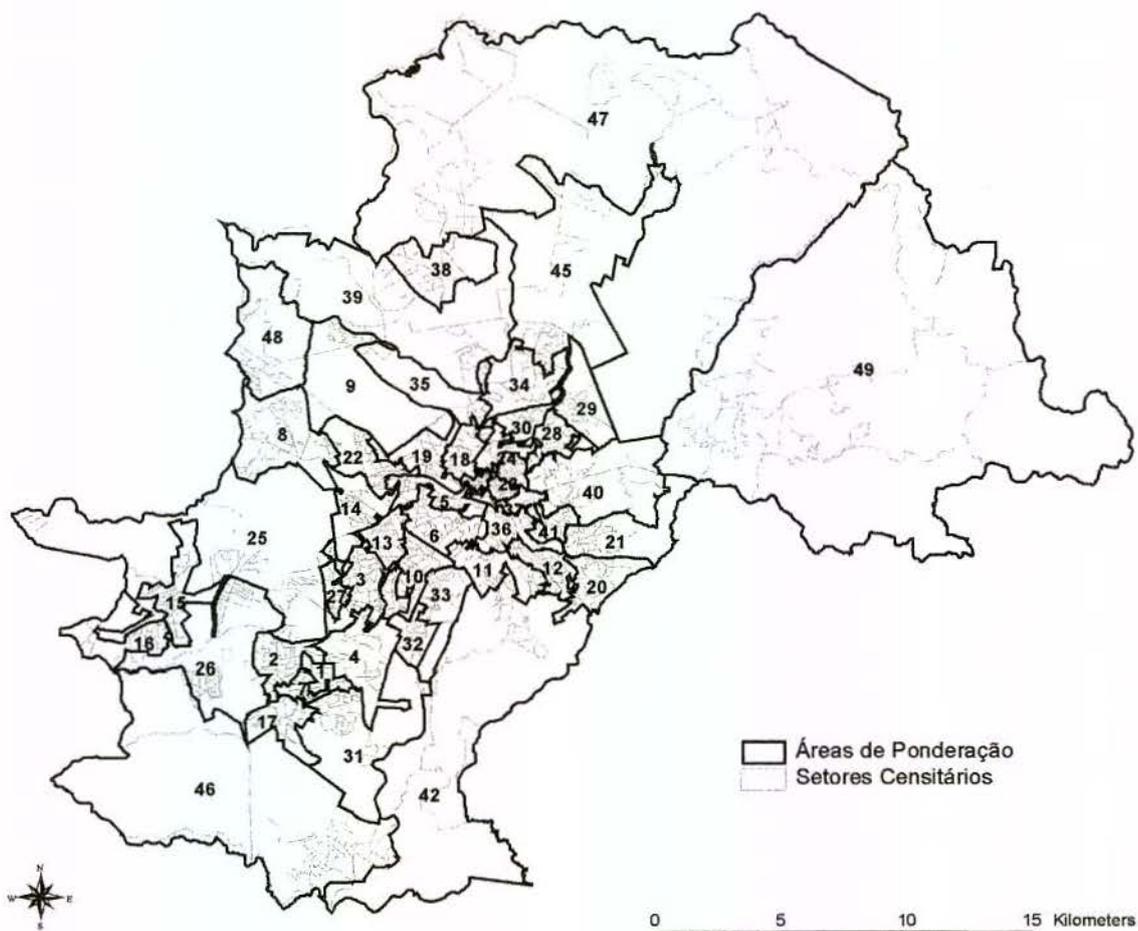
(SC)⁷¹ e as chamadas Áreas de Ponderação (AP). Assim, durante essa segunda etapa, foram sobrepostos os mapas fornecidos pela COHAB Campinas com a malha de Áreas de Ponderação e respectivos Setores Censitários (Mapa 2) do Censo IBGE 2000, de modo verificar em que medidas as áreas escolhidas poderiam ser reproduzidas pelas divisões espaciais utilizadas pelo IBGE, em especial as APs⁷², já que para esta subdivisão pode-se contar com toda a riqueza das informações contidas no questionário da amostra do Censos Demográfico.

71 Setor Censitário é a unidade territorial de coleta e de controle cadastral, percorrida por um único recenseador, contínua e situada em área urbana ou rural de um mesmo distrito, em função do perímetro urbano (linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal).

72 Para a realização do Censo IBGE 2000, a cidade de Campinas foi dividida em 49 Áreas de Ponderação distintas, que por sua vez, foram subdivididas em 3.064 Setores Censitários.

Mapa 02

Setores Censitários e Áreas de Ponderação segundo o IBGE, município de Campinas, 2000.



Fonte: Fundação IBGE. Malhas Digitais de Setores Censitários do Brasil 2000. Elaboração NEPO/ UNICAMP.

Nos casos nos quais essa sobreposição não era adequada, ou seja, quando as áreas escolhidas representavam menos de 50% da população da AP correspondente, um forma de assegurar que a análise dos dados da AP seria algo razoável, foi a consideração de análise já existentes sobre a homogeneidade dessas sub-áreas.

Para tanto lançou-se mão de estudos recentes realizados sobre a segregação sócio-espacial da Região Metropolitana de Campinas (CUNHA e JIMENÉZ, 2006). Nesse estudos, a partir de análise de correlação espacial os autores permitem identificar áreas da região com maior ou menor grau de homogeneidade segundo algumas características sócio-demográficas. Para o nosso caso, utilizamos a variável criada referente à pobreza⁷³.

Com esse procedimento foi possível resolver boa parte das dúvidas sobre a viabilidade ou não do uso de certas APs para representarem os assentamentos escolhidos.

73 Maiores esclarecimentos em Cunha e Jimenez, 2006.

Duas fontes de dados foram usadas para atingir o objetivo proposto, o questionário do universo e o questionário da amostra.

A opção por trabalhar com os dois questionários se deve ao fato de que apesar do primeiro não abordar temas como migração e mobilidade, seus dados estão disponíveis em nível de Setor Censitário, que por ser muito uma divisão bem menor as AP's, possibilitaria um conhecimento espacialmente mais preciso - ainda que limitado em termos da informações - sobre os assentamentos escolhidos como objetos de estudo do trabalho, envolvendo, por exemplo, o perfil sócio-econômico do responsável pelo domicílio. A análise dos dados desagregada por Setor Censitário permite, portanto, analisar ainda que de forma aproximada, a existência ou não de homogeneidade sócio-econômica dentro de cada Área de Ponderação.

Já os dados derivados do Questionário da Amostra não estão disponíveis em níveis de Setores Censitários, mas apenas para Áreas de Ponderação, que como salientado, mesmo permitindo uma boa visão do espaço intra-urbano de Campinas, nem sempre se adequou às áreas dos assentamentos escolhidos. No entanto, ao lançar mão desses dados obtém-se informações sobre migração, composição familiar, ciclo vital, etc, todas relevantes para perseguir as hipóteses levantadas na pesquisa.

Como foi dito anteriormente, para o uso das informações disponíveis apenas por Área de Ponderação testamos duas condições, representatividade numérica da população e homogeneidade entre os setores censitários. Cabe ressaltar que nos 06 assentamentos estudados apenas um não atendeu a nenhuma dessas condições: o Conjunto Habitacional COHAB Vila Esperança esse caso, usamos em nossa análise

apenas as informações disponíveis no questionário do universo e aquelas obtidas nas pesquisas de campo.

Durante a montagem do banco de dados específico para a pesquisa foram retirados os domicílios coletivos, sendo que o número de domicílios improvisados foi levantado com a finalidade de conhecermos melhor cada assentamento em estudo, mas tampouco foram utilizados. Assim, as informações tabuladas no trabalho dizem respeito apenas aos domicílios particulares permanentes e seus respectivos moradores.

Cabe ressaltar que a montagem do banco de dados para posterior tabulação foi uma etapa bastante importante da pesquisa. Em vista do grande número de variáveis existentes no banco de dados do Censo IBGE 2000, a escolha das informações que seriam mais relevantes foi bastante minuciosa, sempre buscando caminhar no sentido de responder as hipóteses levantadas.

Um outro esclarecimento acerca da metodologia aplicada se refere ao corte feito para classificação da população em migrantes e não migrantes, categorias essas importantes para as análises que serão realizadas. Foram considerados migrantes aqueles que residiam no município há menos de 10 anos, e não migrantes aqueles que eram naturais ou residiam há 10 anos ou mais no município. Outra variável a ser considerada na análise diz respeito aos arranjos familiares. Nesse caso, tendo como referência o responsável pela família pode-se construir a seguinte classificação⁷⁴:

74 Ainda sobre a composição familiar, usamos para considerar a condição de migrantes e não migrantes, as características do responsável pela família, independentemente da situação dos demais integrantes.

Indivíduos sós;

Casais sem filhos;

Casais com filhos;

Chefe com filhos;

Família extensa;

Família extensa sem cônjuge.

Tal classificação foi elaborada pela pesquisadora do NEPO/UNICAMP, Elisabete Dória Bilac, objetivando abarcar o maior número possível de arranjos familiares passíveis de serem extraídos das informações constantes nos bancos de dados do Censo IBGE.

Também foi usada a compatibilização entre os Setores Censitários existentes em 1991 e 2000⁷⁵ para obtermos a taxa de crescimento ao ano, tanto para domicílios quanto habitantes.

Uma outra etapa do procedimento metodológico tratou das pesquisas qualitativas, em forma de entrevistas semi-estruturadas. Nestas entrevistas buscamos um aprofundamento nas questões sobre a trajetória das famílias e seus membros fora e dentro de cidade, as dificuldades encontradas para a inserção produtiva e social,

75 A Compatibilização dos Setores Censitários de 1991 e 2000 foi previamente elaborada por Antônio Bitencourt e posteriormente aperfeiçoada por Alberto Jakob, no âmbito do projeto "Dinâmica intrametropolitana e vulnerabilidade sócio-demográfica nas metrópoles do interior paulista: Campinas e Santos", NEPO/UNICAMP.

elementos do capital social perdido ou acumulado com a mobilidade espacial, estratégias residenciais adotadas etc⁷⁶.

Para as entrevistas realizadas nas áreas em estudo, decidimos que seriam entrevistados moradores que participaram do início dos assentamentos, por poderem nos relatar a respeito tanto de sua estória de vida, como do surgimento do local. Tal decisão foi motivada principalmente por questão de tempo, dado que não seria possível realizarmos várias entrevistas por assentamento, como havia sido planejado inicialmente.

76 Ver a estrutura do questionário aplicado em Anexos

Roteiro de Entrevista com Moradores das Áreas de Estudo

Trajetoária de vida:

1. Você nasceu em Campinas?
2. Como foi sua vinda para Campinas?
3. Por que escolheu Campinas?
4. Você veio direto para esse bairro⁷⁷ ou passou por outros?
5. Por onde esteve? Por que veio para esse?
6. Mora em casa/ terreno próprios? Já morou?
7. O que significa para você ter moradia própria?

Redes sociais:

1. Veio para Campinas a convite de algum parente?
2. Já chamou algum parente para vir morar com você?
3. Você tem parentes morando no mesmo bairro?
4. Você conhece seus vizinhos? Se relaciona bem com eles?
5. Participa de alguma atividade comunitária em seu bairro?

Percepção do local onde mora:

1. Na sua opinião o bairro é bem localizado?
2. Tem transporte, escola, posto de saúde por perto?
3. Gostaria de mudar para outro local?
4. O que faria você se mudar?

⁷⁷ Apesar do objeto de estudo serem assentamentos irregulares e conjuntos habitacionais, será usada a palavra "bairro" para facilitar o entendimento dos entrevistados.